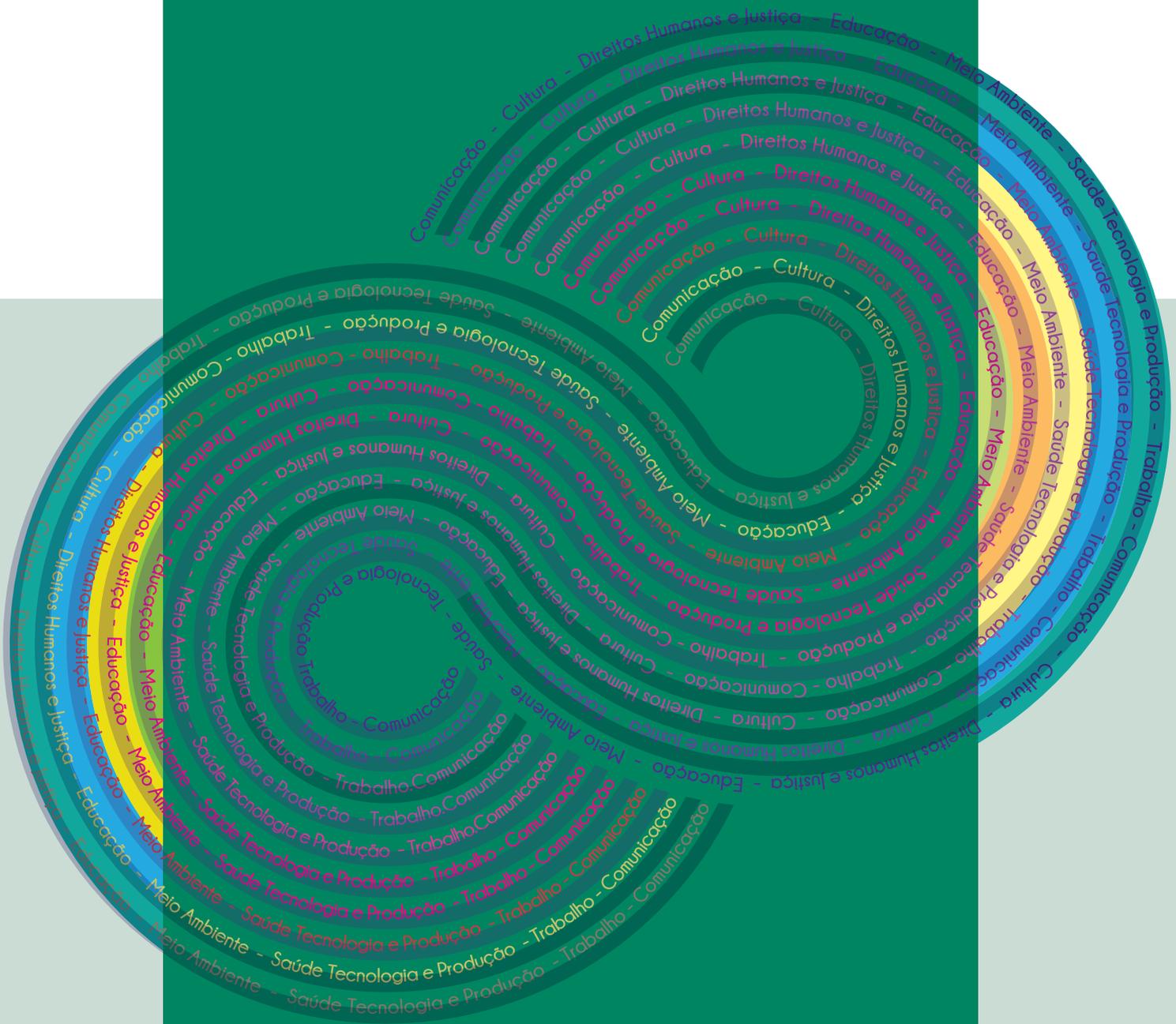


revista Compartilhar

v.3 - 2019



ISSN 2595-9123

revista
Compartilhar

**Revista de Extensão
do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia de São Paulo**

v.3 – 2019

REVISTA COMPARTILHAR

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

REITOR

Eduardo Antonio Modena

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Silmário Batista dos Santos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Aldemir Versani de Souza Callou

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reginaldo Vitor Pereira

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Elaine Inácio Bueno

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Wilson de Andrade Matos

DIRETORA DE PROGRAMAS E PROJETOS

Fernanda Sorrentino Atanes

DIRETORA DE RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E INSTITUCIONAIS

Dyane Guedes Cunha

DIRETORA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Elaine Alves Raimundo

DIRETORA ADJUNTA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Luciana Harumi dos Santos Sakano

COORDENADORA DE AÇÕES SOCIOCULTURAIS

Priscila de Aquino Matos

COORDENADORA DE APOIO À GESTÃO

Adriane Zangiacomo Foligno

COORDENADOR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Reginaldo Guilhermino Cabral Liborio

COORDENADOR DE REGISTRO DE AÇÕES DE EXTENSÃO

Hélio Tenório Cavalcante

EDITOR-CHEFE

Wilson de Andrade Matos

EDITOR ASSISTENTE

Adriane Zangiacomo Foligno

REVISOR

André de Freitas Simões

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Tiago Oliveira Valentim

CONSELHO EDITORIAL

Adhemar Watanuki Filho

Adhemar Watanuki Filho

Adriana de Oliveira Dias

Aline Aparecida da Silva Blasioli

Amanda Conrado Pereira

Amanda Maria Bicudo de Souza

Ana Carolina Vila R. dos Santos

André Luis Gobbi Primo

André Luiz Bigal

Antonio Carlos Fonseca Pontes

Aparecida de Fátima Alves De Lima

Caio Cabral da Silva

Carla Renata Garcia Xavier da Silva

Celina d'Avila Samogin

Cesar Augusto Ilódio Alves

Cynthia Lushiuen Shieh

Divina Sueide de Godoi

Douglas Aparecido Bueno

Edgard Gonçalves Cardosos

Elaine Alves Raimundo

Eliane Aparecida Bacocina

Elias Antônio Morgan

Enio Freire de Paula

Érika Pena Bedin Matias

Eva Cristina Francisco

Eveline dos S. Teixeira Baptistella

Fábio Campos

Fabio Muchenski

Felipe Ferreira de Lara

Flávia Karolina L. Duarte Barbosa

Flavio Palagi Siqueira

Gesialdo Silva do Nascimento

Glória Cristina M. Coelho Miyazawa

Jailson Batista Alves

Jânderson Albino Coswosk

Josy da Silva Freitas

Karla Paulino Tonus

Karlucy Farias de Sousa

Leandro Aparecido De Souza

Leandro de Godoi Pinton

Luciana Harumi dos Santos Sakano

Luciana Lima Monteiro

Luciana Maria Araújo Rabêlo

Lucimara Del Pozzo Basso

Luiz Felipe Borges Martins

Luiz Fernando Caldeira Ribeiro

Maicon José Fortunato

Maikon Moises de Oliveira Maia

Marcos de Oliveira Valin Jr

Maria do Horto Salles Tiellet

Maria Isabel M. V. Delcolli

Mario T. Shimanuki

Mateus Casanova dos Santos

Meire Celedônio da Silva

Michel Sitnik

Natalino Perovano Filho

Nilton Miguel da Silva

Paulo Jorge de Oliveira Carvalho

Pedro Cândia Neto

Plínio Alexandre dos S. Caetano

Priscila Benitez

Reginaldo Guilhermino C. Liborio

Rocco Antonio R. Rosso Nelson

Rosana Alves de Oliveira

Rubens Arantes Corrêa

Sâmeque do Nascimento Oliveira

Saulo Augusto de Moraes

Simone Maria Magalhães Meleán

Teresa Helena Buscato Martins

Valdinei Marcolla

Valdir Lopes

Valéria Pereira Silva

Vanessa Regina Ferreira Da Silva

Viviane Silva Ramos

Washington Luiz da Silva Martins



Compartilhar: revista de extensão do IFSP / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Ano 3, n.1 (2018) - São Paulo: IFSP, 2019. 100 p. : il. ; 29,7 x 21.

Anual

Publicado também como revista eletrônica.

ISSN: 2595-9123

1. Educação. 2. Extensão I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. II. Título

CDD 370

APRESENTAÇÃO

É com enorme prazer que apresentamos a terceira edição da Revista Compartilhar, a revista de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Esta edição chega num momento especial da nossa instituição, quando encerramos o ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 e iniciaremos o próximo ciclo (2019-2023); dessa forma, podemos fazer um balanço da Extensão do IFSP à luz deste PDI que se encerra. Esse balanço pode ser acompanhado no texto “Balanço da Extensão do IFSP no PDI (2014-2018)”, escrito pelo pró-reitor de Extensão.

Também é um momento muito importante para a Extensão Nacional, pois temos desde dezembro de 2018 o primeiro Marco Regulatório da Extensão Nacional. Trata-se da Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES), que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024). Esse tema poderá ser visto na matéria da nossa jornalista Lidiane Maria da Silva, “As Diretrizes Nacionais da Extensão da Educação Superior”.

Serão encontrados também, nesta edição, matérias sobre alguns programas e ações de Extensão promovidos pela pró-reitoria de Extensão (PRX) do IFSP. Um deles é o Programa de Empresa Júnior: a diretora-adjunta de Desenvolvimento Comunitário da PRX, Elaine Alves Raimundo, apresenta um histórico de como foi construído esse programa e de seus regulamentos, além de uma apresentação das empresas juniores que foram criadas até agora no IFSP.

A jornalista Danielle Yura nos traz um agradável relato da experiência da estudante Janaina Santos Quirino, do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP, em sua participação no intercâmbio esportivo na Austrália por conta de uma parceria do IFSP com o Instituto Salto para a Vida.

Ainda na temática sócio-cultural, esta edição traz um texto sobre o Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade do IFSP (NUGS). O texto discorre sobre sua criação e suas ações, e como estas se articulam com o dia a dia dessa Instituição educacional, contribuindo para a construção de um ambiente solidário e que valoriza a diversidade.

Como nas outras edições, após essas matérias a Revista Compartilhar traz as seções de Artigos e de Relatos de Experiências de Extensão no IFSP e de outras instituições. Nessas seções, poderão ser encontrados projetos de extensão sociais, tecnológicos e culturais, das diversas áreas temáticas da extensão, projetos com estudantes de escolas públicas de Educação Básica e com professores das diversas redes de educação pública e privada, projetos com trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Ou seja, projetos em que as instituições educacionais se articulam e dialogam com a comunidade na qual elas estão inseridas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e na formação de nossos estudantes.

CARTA DO REITOR

A Extensão tem um papel basilar no projeto educacional de nossa Instituição. A lei de criação dos Institutos Federais garante a Extensão como finalidade institucional, ao mesmo tempo que nos coloca o compromisso de articulação com o arranjo produtivo, social e cultural da localidade. Assim, a Revista Compartilhar nos traz nesta edição, mais uma vez, a possibilidade de termos contato com experiências extensionistas realizadas em nossa Instituição e em outras.

Temos trabalhado para que os regulamentos e as políticas da Instituição possam garantir a participação cada vez maior dos servidores em projetos de extensão, por compreender a importância destes projetos para uma educação integral, colaborando para a permanência e êxito de nossos estudantes; as matérias aqui publicadas ajudarão a orientar todos aqueles que queiram realizar atividades de extensão, apresentando estratégias para que possam se planejar e desenvolver projetos junto às comunidades em que estão inseridos.

Desejo uma ótima leitura a todos e todas!



Eduardo Antonio Modena
Reitor do IFSP

CARTA DO PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

A Extensão, nos últimos anos, tem se consolidando cada vez mais em nossa Instituição e, por que não, na Rede Federal. Quando da criação de nossa Rede, em 2008, as experiências extensionistas eram bem raras na maioria de nossas instituições, ou mesmo nulas. Ao longo desses dez anos, nossas instituições criaram políticas internas, regulamentos e estratégias de fomento para garantir que cumpríssemos aquilo que nos é colocado como objetivo e finalidade, promover o desenvolvimento do território por meio de ações de extensão. E isso não foi diferente aqui no IFSP.

Para isso, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal EPCT (FORPROEXT) teve um papel importante na discussão, conceituação e socialização das experiências que estavam sendo desenvolvidas nas nossas instituições. Mas só foi possível desenvolver tanto em tão pouco tempo porque não partimos do zero: tanto nosso fórum quanto nossas instituições, por meio de seus pró-reitores de extensão, compreenderam que não estávamos criando um novo tipo de extensão, e sim vivenciando, num espaço diferente, aquilo que as universidades já haviam experimentado. Assim, devemos muito ao acúmulo dessas instituições irmãs, em especial ao Fórum dos Pró-Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX), do qual também fazemos parte.

Esses dois fóruns compreendem que publicações como a COMPARTILHAR contribuem muito para divulgar e socializar as experiências extensionistas de nossas instituições, além de auxiliarem a formação de uma Cultura Extensionista no interior de nossas redes.

Assim nasceu a proposta de nossa Revista, e acreditamos que ela tem cumprido essa missão; por isso, apesar das dificuldades orçamentárias que nos foram impostas ultimamente, fizemos questão de garantir a publicação desta edição, pelo menos na forma digital, principalmente pelo momento histórico que a Extensão Nacional vivencia com a publicação do Marco Regulatório da Extensão, o primeiro regulamento nacional dessa dimensão educativa: a Resolução nº7/2018 do CNE/CES, que traz as Diretrizes Nacionais da Extensão do Ensino Superior.

Destarte, na forma digital ou impressa, a COMPARTILHAR é e será sempre a vitrine de nossas práticas extensionistas que contribuem para mostrar o papel que nossas instituições desempenham nas comunidades dos territórios em que estamos inseridos. Assim, a COMPARTILHAR é também uma devolutiva à sociedade dos investimentos que ela faz em nós, retornando como atividades de extensão que colaboram na efetivação de políticas públicas dos três níveis do poder público, materializando em ações o pacto federativo.

Desejo a todos e todas, além de uma boa leitura, um momento de reflexão sobre o papel de nossas instituições, sua importância para as comunidades e como podemos fazer parte dessa construção coletiva, mesmo diante dos ataques que a Educação sofre ultimamente.



Wilson de Andrade Matos
Pró-reitor de Extensão do IFSP

SUMÁRIO

MATÉRIAS

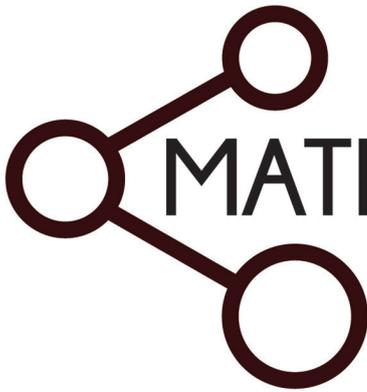
- 8 - 9** BALANÇO DA EXTENSÃO DO IFSP NO PDI (2014-2018)
- 10 - 13** ALUNA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA REALIZA INTERCÂMBIO ESPORTIVO NA AUSTRÁLIA
- 14 - 17** O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS JUNIORES NO IFSP
- 18 - 21** A CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO IFSP
- 22 - 23** DIRETRIZES DA EXTENSÃO: ENTENDA O QUE REPRESENTA A APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO QUE ORIENTA AS POLÍTICAS DE EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

ARTIGOS

- 26 - 29** A EXPRESSÃO GRÁFICA COMO AUXÍLIO NO DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA FINA NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO DO COQUE
Sandra de Souza Melo, Thyana Farias Galvão, Auta Luciana Laurentino
- 30 - 33** ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE: UMA INTERVENÇÃO EDUCATIVA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BOA VISTA - RORAIMA
Talitha L. M. Silva, Halaine C. P. Bento, Aléxya C. B. Lima
- 34 - 37** DIÁLOGOS SOBRE ARTES, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS EM UMA ABORDAGEM DO CONCEITO DE TEMPO
Davilson Limberg
- 38 - 42** EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO QUILOMBO DO CARMO EM SÃO ROQUE-SP
Rafael Fabricio de Oliveira, Luana Beserra de Carvalho, Rogério de Souza Silva
- 43 - 48** PROPOSTA DE CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO
Claudia de L. Ribeiro, Simone S. de Oliveira, Cristina Maria.C. Delou, Manuel Gustavo.I. Ribeiro
- 49 - 52** USO DE EXPERIMENTOS DE BAIXO CUSTO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA
Adriana De Andrade, Ricardo Roberto Plaza Teixeira
- 53 - 57** ANÁLISE DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DO PROJETO CASAMAR CORRELACIONADAS AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Adeildo C. Silva, Nájila Rejanne A. J Cabral
- 58 - 62** MEDIAÇÃO POPULAR E ORIENTAÇÃO SOBRE DIREITOS NA PERIFERIA DE FEIRA DE SANTANA-BA: UM PLANO NA ROTA DA EMANCIPAÇÃO CIDADÃ E DA GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA
Douglas Silva Navarro; Orientadora: Vanessa Mascarenhas Lima
- 63 - 69** REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM UMA CIDADE DE PEQUENO PORTE
Fernando Yoiti Obana, Lucas Kriesel Sperotto, Max Robert Marinho, Raiane Talissa Dos Santos

RELATOS de EXPERIÊNCIAS

- 71 - 73** AMPLIANDO HORIZONTES E ENFRENTANDO PRECONCEITOS POR MEIO DE CINEDEBATES
Adriana de Andrade; Ricardo Roberto Plaza Teixeira
- 74 - 77** MÚSICA, ARTE E HISTÓRIA: A EXPERIÊNCIA COM UM CURSO DE EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO, CÂMPUS SÃO ROQUE
Fernando Santiago dos Santos; Victor de Moura Lobo
- 78 - 81** PROJETO "TOUBA": UM POUCO DO SENEGAL NO BRASIL
Maria do Carmo C. Muterle, Priscila C. dos Santos, Ticiane C. Roquejani, Aline da S. de Oliveira
- 82 - 86** PROJETO CAIU NA REDE - ORIENTAÇÃO PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO SOBRE SEGURANÇA NA INTERNET
Roseane Salvio
- 87 - 90** DESAFIOS DA INCLUSÃO RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS SURDOS EM UM CURSO PROFISSIONALIZANTE NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO - CÂMPUS CAMPOS DO JORDÃO.
CUNHA, Ana Lúcia
- 92 - 94** SARAU LITERÁRIO: DO ENSINO DA LITERATURA À ESTÉTICA DA SENSIBILIDADE
Patrícia A. da Silva, Maria C. S. Guilhen, Marilda Beijo, Rosemeire Bressan
- 95 - 97** MÚSICA NA BIBLIOTECA
Daniele Spadotto Sperandio
- 98 - 100** PROJETO "CIÊNCIA E ARTE"
Ricardo M. M. Rosado, Riama C. Gouveia, Bruno M. Ribeiro



MATÉRIAS

BALANÇO DA EXTENSÃO DO IFSP NO PDI (2014-2018)

por Wilson de Andrade Matos – Pró-reitor de Extensão do IFSP

Aproveitaremos a publicação desta terceira edição da Revista Compartilhar para fazer um balanço da Extensão no IFSP sob a luz do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período 2014-2018.

Podemos dizer que a Extensão do IFSP neste PDI trazia compromissos auspiciosos, mas factíveis. E é por isso que poderemos observar que os objetivos traçados foram realizados quase que na totalidade nos prazos estabelecidos naquele documento.

Como já havia sido mencionado na 2ª Edição da Revista Compartilhar¹, desde a criação do IFSP, pela Lei 11.892/2008, até o início de 2013, não havia uma política clara de extensão em nossa Instituição, e as ações de extensão que até então ocorriam dependiam muito mais de realizações pontuais e autorais do que de uma ação sistêmica da Instituição. Não eram raros os projetos denominados ou financiados pela Instituição como de Extensão, mas que não poderiam ser caracterizados como tais, sob uma análise mais crítica em relação à concepção de extensão que adotamos nacionalmente².

Para mudar esse quadro conceitual e fortalecer as políticas de extensão adotadas no IFSP nesse período, o PDI nos propõe oito objetivos gerais, dos quais obtemos objetivos específicos que foram traduzidos em metas que nortearam as ações que seriam desenvolvidas nesse período.

Era compreendido que para implementação de uma Política de Extensão consistente, fazia-se necessário desenvolver uma Cultura Extensionista na nossa Instituição; para isso, um dos Objetivos Gerais era “Criar Programas Institucionais de Extensão”, em que os objetivos específicos propunham-se a desenvolver uma cultura extensionista por meio da criação e fomento de projetos/programas de extensão e da capacitação dos servidores sobre o tema “Extensão”. Esses objetivos foram alcançados por meio da criação de Editais de Fomento para Projetos e Programas de Extensão, além de um conjunto de Regulamentos que organizavam as diversas ações de extensão. As capacitações foram muito importantes também no desenvolvimento dessa cultura extensionista, apresentando-se nas seguintes formas:

- Encontros de Coordenadores de Extensão: esses encontros eram momentos de socialização das vivências extensionistas nos câmpus e também eram espaços de formação/capacitação sobre diversas temáticas que se relacionam a extensão; sempre que possível foram trazidos Extensionistas de outras instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para compartilhar suas experiências e debater sobre desafios comuns a nossa Rede³.
- Visita aos Câmpus: Nestas visitas foram feitas palestras para os três segmentos (docentes, técnicos administrativos e discentes) sobre as “Perspectivas da Extensão no IFSP”, onde eram apresentadas as

1 “A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NO IFSP”. Revista Compartilhar, V.2, 2017, pp 9-13

2 A concepção de Extensão aqui mencionada se refere à apresentada na Política Nacional de Extensão, elaborada pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX) <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>

3 Neste Período tivemos o prazer de receber: Rafael Almada (IFRJ), Paula Aparecida Martins Borges Bastos (IFF), Régia Lucia Lopes (IFRN), Vania Maria de Medeiros (IFPB), Manoel José Porto Junior (IFSUL), Renato Tannure Rotta de Almeida (IFES), Maria Alice Caggiano (CEFET-RJ), João Altemir Secco (IFAL), Sandro Di Lima (IFG), Maria Mello de Malta (UFRJ), André Dala Passa (IFSC),

concepções de extensão adotadas e exemplos exitosos de projetos dos demais câmpus.

- **Publicações:** No início de 2014, foi publicado um caderno com relatos de projetos dos diversos câmpus do IFSP. Foi solicitado que cada Coordenador de Extensão relatasse as experiências exitosas de seu câmpus, foi uma forma de socializar com toda a comunidade as atividades de extensão que ocorriam no IFSP. Após essa experiência foi feita a proposta de uma revista com artigos e relatos de experiências, nasceu, assim, a Revista Compartilhar. Para essa revista optou-se um modelo muito comum na Rede de EPCT, uma publicação multidisciplinar para divulgação dos trabalhos de extensão composta por matérias ou entrevistas sobre as temáticas da Extensão, Artigos e Relatos de Experiências.
- **Congressos e Mostra de Arte e Cultura:** Desde 2014 são realizados, anualmente, Congressos de Extensão e Mostra de Arte e Cultura do IFSP (CONEMAC), esse evento é um espaço de socialização e formação, em que servidores e estudantes dos diversos câmpus do IFSP apresentam os resultados de seus trabalhos de extensão e culturais, mas também, por meio de palestras e conferências, para aprofundamento e compartilhamento das concepções de extensão e cultura.

Com relação ao Objetivo Geral 2 (Institucionalizar as ações de Extensão), além da elaboração de regulamentos que disciplinam as ações de extensão, as bolsas discentes de extensão, Programas específicos etc., a constituição do Conselho de Extensão (CONEX) garantiu que de forma compartilhada com a comunidade fossem discutidas as ações de extensão e aprovadas nesse conselho ou encaminhadas para aprovação no Conselho Superior, assim as regulações e institucionalização das ações de extensão são fruto de discussão compartilhada em órgãos colegiados e mesmo aquelas regulamentadas por meio de portarias são fruto de ampla discussão com a comunidade, atendendo ao princípio democrático de gestão⁴.

Além dos regulamentos, a institucionalização das ações de extensão se apresenta por meio dos editais de fomento a projetos e programas publicados pela PRX; esses editais apresentam não só as concepções de extensão adotadas como também as políticas de extensão promovidas pelo IFSP.

Exemplo disso é o fomento a projetos de extensão com escolas públicas; nesse caso, há uma clara indicação de que devemos ter uma maior articulação, por meio da extensão, com as escolas de educação básica públicas das redes estadual e mu-

nicipais. Outro exemplo é o fomento a projetos de Arte e Cultura, indicando que temos uma intenção de promoção dessa dimensão educativa.

Por fim, a institucionalização se deu também com uso de um sistema informatizado para gestão das ações de extensão. Desde 2013 o IFSP adotou o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), mas os módulos de extensão começaram a ser desenvolvidos somente em 2014, por isso ainda no início de 2014 adotou-se o Sistema de Informação e Gestão de Projetos do MEC (SigProj), enquanto os módulos do SUAP não estivessem disponíveis. Já com a adoção do SigProj, foi possível abolir os processos físicos que eram encaminhados para a PRX, além de garantir uma melhor gestão dos projetos na submissão, avaliação, aprovação e registro das ações de extensão, facilitando, assim, a obtenção de relatórios e dados para análise e tomadas de decisões. A PRX tem trabalhado com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) para se inserir no SUAP os módulos para atender a Extensão. Já em 2016, o módulo de estágio entrou em operação e, em janeiro de 2019, foi implementado o módulo de programas e projetos de extensão. O próximo passo é o módulo de submissão/aprovação/registro/acompanhamento/certificação de Cursos de Extensão, que será desenvolvido em parceria com as Pró-reitorias de Ensino (PRE) e Pesquisa e Pós-Graduação (PRP) para atender às demais modalidades de cursos, com previsão de implementação no final de 2019.

Assim, pode ser observado no gráfico abaixo como essas ações de institucionalização da extensão impactaram no número de projetos de extensão ao longo do período avaliado.



⁴ Os regulamentos da Extensão do IFSP podem ser acessados no portal institucional <https://www.ifsp.edu.br/pro-reitoria-de-extensao>

ALUNA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA REALIZA INTERCÂMBIO ESPORTIVO NA AUSTRÁLIA

por Danielle Yura

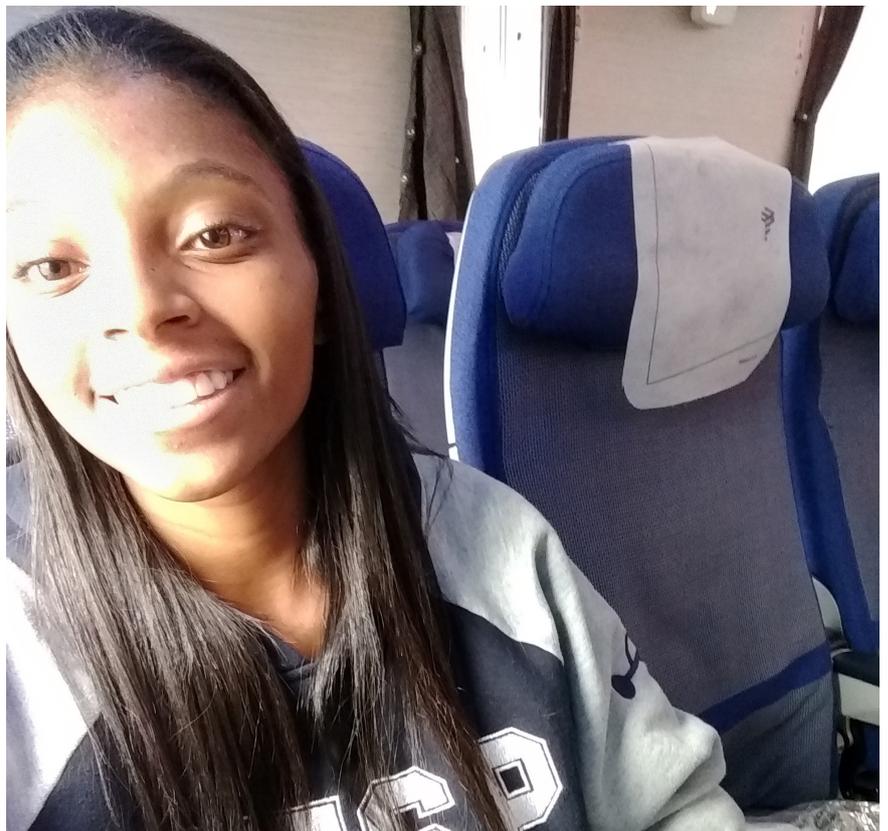
Apaixonada por esportes desde criança, Janaina Quirino conta que nem sonhava em fazer uma viagem internacional, pois lhe parecia algo muito difícil de ser realizado. Agora, além de planejar novas viagens, Janaina tem a certeza de que cursará a faculdade de Educação Física

Em 2018, a Pró-reitoria de Extensão (PRX) proporcionou uma experiência inesquecível para Janaina Santos Quirino. Por meio de uma parceria com o Instituto Salto Para a Vida Adhemar Ferreira da Silva, a aluna do Câmpus São João da Boa Vista realizou um intercâmbio esportivo na Austrália.

Mesmo cursando o Técnico em Informática integrado ao ensino médio, Janaina sempre foi uma apaixonada por esportes. Atualmente, ela pratica atletismo, salto em distância e futsal. Após a experiência na cidade de Sidney, seu sonho em trabalhar com esportes parece cada vez mais próximo.

A viagem da estudante foi proporcionada pela parceria entre a PRX e o Instituto Salto Para a Vida (ver mais no box), que homenageia o primeiro bicampeão olímpico brasileiro, Adhemar Ferreira da Silva (1927-2001), ex-aluno do IFSP (1944-1948) quando ainda se chamava Escola de Aprendizes Artífices (ver mais no box).

Selecionada pelo professor de Educação Física do Câmpus São João da Boa Vista graças à sua dedicação aos esportes, Janaina revela que foi difícil acreditar no que estava acontecendo. “Quando o professor me falou que deu tudo certo, que eu ia pra Austrália, achei que era brincadeira dele. Minha ficha só caiu quando entrei no avião. Minha mãe teve de vir ao IF conversar com os professores para acreditar. Todos dizem que gostariam de estar no meu lugar”, conta.



A aluna do IFSP, Janaina Santos Quirino, embarca ansiosa em sua primeira viagem de avião.

Os dias que antecederam a viagem pareciam intermináveis. Segurar a ansiedade diante de tantas novidades não foi tarefa fácil. Seria a primeira viagem internacional, a primeira vez dentro de um avião, o primeiro contato da jovem com uma língua estrangeira.

A aluna do IFSP ficou hospedada na residência da família Woodward, no período de 19 de fevereiro a 8 de março. Apesar da barreira da comunicação nos primeiros dias, Janaina diz ter se sentido em casa e até cozinhou para os anfitriões. “Eles são uns amores, experimentei vários pratos da culinária australiana e cozinhei arroz e feijão pra mostrar um pouco da nossa cultura.”

Em Sidney, Janaina frequentou o Westfields Sports High School, acompanhada por Kaitlin Woodward, filha do casal que a hospedou. Na escola, ela treinou e participou de uma competição. “O treinador foi maravilhoso, muito calmo e paciente. O nível de treinamento deles é fortíssimo. Eu me dediquei totalmente, me senti leve, dei o meu melhor e foi uma experiência única.”

Antes da viagem, a estudante já ressaltava a importância da disciplina de Educação Física nas escolas. “Ela ajuda na saúde, no trabalho em grupo, no respeito com o próximo, na interação com pessoas. É muito importante.” Após a experiência internacional, os esportes ganharam um signifi-

“Foi uma experiência única, fiquei com frio na barriga, mas foi maravilhoso. A viagem superou todas as minhas expectativas”



A família Woodward hospedou e acompanhou Janaina durante os treinos na Austrália.

Janaina em frente à Ópera de Sydney, um dos cartões postais da cidade australiana.



cado ainda maior. “Desde pequena sonhei em jogar ou correr ou então fazer faculdade de Educação Física. Essa viagem me motivou ainda mais. Vou cursar faculdade de Educação Física”, garante.

Em meio a esse turbilhão de acontecimentos, Janaina conta que uma viagem internacional parecia um sonho tão distante que não fantasiava realizar. “Nunca esperei ter a chance de viajar para outro país e, com essa viagem, notei que o contato com outras culturas não é exatamente como eu pensava, então voltei querendo fazer outros intercâmbios para conhecer novos lugares e culturas”, relata.

A pedido dos amigos, ela fez muitas fotos e vídeos para que todos pudessem acompanhar sua experiência e, no retorno, conversou com colegas e professores do Câmpus São João da Boa Vista. “Eu virei o orgulho do câmpus por ter sido a primeira aluna do IFSP a fazer esse intercâmbio esportivo, foi o máximo”. E o principal conselho de Janaina está na ponta da língua: “não desperdicem as oportunidades, não deixem pra depois. E se você acha que está passando por um momento difícil, não desista!”.



Os amigos acompanharam toda a viagem de Janaina por meio das postagens nas redes sociais.

INSTITUTO SALTO PARA A VIDA

Adhemar Ferreira da Silva (São Paulo, 29 de setembro de 1927 – São Paulo, 12 de janeiro de 2001) nasceu no bairro da Casa Verde, em São Paulo. Era filho de Antônio Ferreira da Silva, ferroviário, e Augusta Nóbrega da Silva, empregada doméstica.

Ele foi o primeiro bicampeão olímpico do país ao conquistar as medalhas de ouro no salto triplo nos Jogos de Helsinque 1952 e de Melbourne 1956.

Em 2012, foi imortalizado no Hall da Fama do Atletismo. Ele é o único sul-americano a representar o Brasil no salão da Federação Internacional de Atletismo (IAAF), criado como parte das celebrações pelo centenário da instituição.

No mesmo ano, foi criado o Instituto Salto Para a Vida Adhemar Ferreira da Silva, com o objetivo de difundir valores que marcaram a vida e conquistas esportivas de Adhemar Ferreira da Silva.

Os projetos do Instituto Salto Para a Vida Adhemar Ferreira da Silva buscam inspirar reflexões sobre como o esporte pode trazer benefícios não só à saúde e bem estar, como causar importantes impactos sociais, culturais, educacionais e econômicos naqueles que o praticam, por meio de ações interdisciplinares.

O Intercâmbio Brasil x Austrália é um dos projetos oferecidos pelo Instituto, resultado da admiração de uma australiana por Adhemar da Silva. Rosemary Mula conheceu o atleta brasileiro pessoalmente em 1956, quando ele ganhou sua segunda medalha olímpica em Melbourne. O encontro, inesquecível para Rosemary, transformou-se, quase 50 anos mais tarde, na parceria entre o Instituto Salto para a Vida e a Westfields Sports High School, escola totalmente voltada para os esportes.

Aqui no Instituto Federal de São Paulo, Adhemar formou-se em Belas Artes ainda adolescente, como conta sua filha e presidente do Instituto Salto Para a Vida, Adyel Ferreira da Silva. "Por muito tempo eu tive vontade de contatar o Instituto Federal para saber mais sobre a passagem do meu pai como aluno da Escola de Aprendizes Artífices, mas isso acabou não acontecendo. Então fiquei muito feliz com o contato da Instituição em setembro de 2017, quando fui convidada para a inaugura-



A presidente do Instituto Salto Para a Vida, Adyel Ferreira da Silva, acompanha Janaina no aeroporto antes do embarque para a Austrália

ção do ginásio poliesportivo Adhemar Ferreira da Silva, do Câmpus São Paulo, em homenagem ao meu pai."

O fruto dessa aproximação foi a primeira parceria entre a pró-reitoria de Extensão e o Instituto Salto Para a Vida, com o objetivo de custear todos os gastos da viagem e a permanência da aluna selecionada para o intercâmbio esportivo que levou Janaina à Austrália. "Acho que vai ser uma grande oportunidade para ela conhecer outro país, outra cultura, fazer amigos e, sobretudo, incentivar os alunos de todos os câmpus do IFSP a praticar o atletismo", afirmou Adyel.

A filha de Adhemar revela a intenção de renovar essa parceria com o Instituto Federal e de realizar também novas parcerias, para levar aos câmpus uma exposição sobre seu pai e a vivência do atletismo.

Para saber mais sobre o Instituto Salto Para a Vida Adhemar Ferreira da Silva, acesse:

www.adhemarferreiradasilva.org

Fonte: Instituto Salto para a Vida Adhemar Ferreira da Silva e do São Paulo Futebol Clube.

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS JUNIORES NO IFSP

por Elaine Alves Raimundo

De acordo com a Confederação Brasileira de Empresas Juniores – Brasil Júnior, as empresas juniores são associações civis sem fins lucrativos e com fins educacionais formadas e geridas por estudantes de cursos de graduação comprometidos com a elaboração de projetos e com a realização de prestações de serviços voltadas ao desenvolvimento da sociedade. Desse modo, além de colaborar com o arranjo produtivo local e regional – mediante o apoio de pessoas físicas, de micro e pequenas empresas, de organizações públicas ou do terceiro setor – as empresas juniores oportunizam aos estudantes um desenvolvimento profissional que se relaciona diretamente aos conteúdos, competências e qualificações previstas no currículo do curso no qual eles estão matriculados.

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), o processo de elaboração do documento que regulamenta as empresas juniores teve início em 2015 e término em 2016. É importante observar que essa demanda partiu espontaneamente de alunos, servidores e coordenadores de extensão dos diferentes câmpus do IFSP após a realização do I Seminário do Mundo do Trabalho¹ e por meio de projetos submetidos aos editais de fomento da Pró-reitoria de Extensão (PRX).



¹ O I Seminário do Mundo do Trabalho foi organizado pela PRX em 2015. Foram discutidos os temas economia solidária, mundo do trabalho e experiências solidárias no mundo do trabalho, empreendedorismo e sustentabilidade e recuperação de empresas.

Em 2016, a PRX elaborou a primeira minuta para regulamentar as empresas juniores do IFSP. A partir de então, o processo de finalização desse documento seguiu alguns trâmites necessários à sua aprovação, a saber: (I) Consulta pública para o recebimento das contribuições e considerações da comunidade; (II) Envio à procuradoria jurídica do IFSP para parecer técnico; (III) Encaminhamento para análise do Conselho de Extensão do IFSP (Conex); (IV) Nova consulta à procuradoria jurídica e à auditoria interna para a apreciação dos questionamentos realizados pelo Conex; e (V) Encaminhamento para a apreciação do Conselho Superior do IFSP (Consup).

Assim, no dia 6 de setembro de 2016, foi publicada a Resolução nº 77, que aprovou o *Regulamento de Empresa Júnior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo*. É importante observar que o início das discussões relacionadas à elaboração da minuta do regulamento das empresas juniores do IFSP é anterior à publicação da Lei nº 13.267/16, que disciplina, em âmbito nacional, a criação e a organização das empresas juniores nas instituições de ensino superior.

Durante o III Seminário do Mundo do Trabalho, realizado no primeiro semestre de 2017, no Câmpus Jundiaí, foram discutidos temas relacionados a “educação e empreendedorismo”, “incubadoras” e “empresas juniores”. Nesse contexto, foi proposta aos participantes a organização de grupos de trabalho (GT) para a discussão dos seguintes temas: Empreendedorismo nos projetos pedagógicos dos cursos do IFSP, Hotéis de Projetos, Incubadoras, Empresa Júnior e Relacionamento entre o IFSP e os Arranjos Produtivos Locais (APL).

Participaram do GT de Empresas Juniores representantes de dez câmpus do IFSP – Avaré, Birigui, Caraguatatuba, Capivari, Catanduva, Guarulhos, Registro, São Paulo, Sertãozinho e Tupã.

Na ocasião, os participantes expuseram como se encontravam os projetos ou planos de implementação de empresas juniores em seus respectivos câmpus. Também foram discutidos os mecanismos necessários para a formalização de uma empresa júnior e a necessidade de criação de empresas que abrangessem mais de uma área do conhecimento, envolvendo, dessa forma, estudantes de diferentes cursos de graduação.



Fotos 1 e 2 - Mesa de abertura do I Seminário do Mundo do Trabalho e Debate com os professores Paul Singer e Sônia Kruppa.

Fonte: Arquivos PRX.

<http://ojs.ifsp.edu.br>

R. Compartilhar São Paulo v.3 p.12-15 2019



Foto 3 - Fala da estudante representante da ESTAT JÚNIOR (Unicamp). **Fonte:** Arquivos PRX.



Assim, entre os anos de 2017 e 2018, após uma série de discussões envolvendo a comunidade interna e externa, foi aprovada a criação de três empresas juniores no IFSP – a *Automatique Consultoria*

Júnior, a *Conecta Júnior* e a *Federal Júnior – Soluções em Engenharia*, conforme informações apresentadas a seguir:

Quadro 1 – Relação de Empresas Júniores no âmbito do IFSP (2017-2018)

Ano de criação	Empresa Júnior (EJ)	Câmpus	Cursos envolvidos
2017	Automatique Consultoria Júnior	Bragança Paulista	Engenharia de controle e automação, tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas, tecnologia em mecatrônica industrial e licenciatura em matemática.
2017	Conecta Júnior	Sertãozinho	Tecnologia em automação industrial, tecnologia em gestão de recursos humanos, engenharia elétrica, engenharia mecânica e licenciaturas em letras e química.
2018	Federal Júnior – Soluções em Engenharia	São Paulo	Engenharias de produção, civil controle de automação e eletrônica.

Fonte: arquivos PRX.

De acordo com a documentação da **Automatique Consultoria Júnior**, extraída da página oficial do câmpus Bragança Paulista do IFSP, a empresa foi criada pelos estudantes visando à oferta de soluções inovadoras nas áreas de engenharia de controle e automação e desenvolvimento de sistemas, mediante o desenvolvimento de projetos eletrônicos e mecânicos, automação comercial e industrial, desenvolvimento de protótipos e softwares entre outros serviços.

Já conforme apresentado no Plano Acadêmico da **Federal Júnior – Soluções em Engenharia**, a empresa busca realizar soluções em engenharia com otimização e inovação, por meio do compromisso social e do desenvolvimento acadêmico e tecnológico de seus estudantes-membros. Observa-se que embora a formalização da criação da empresa júnior tenha sido concluída em 2018, os estudantes do curso de engenharia de produção do Câmpus São Paulo deram início a essa discussão no ano de 2013.



A **Conecta Júnior**, fundada em 2017 na assembleia dos estudantes e servidores do câmpus Sertãozinho, destaca em seu regulamento a importância da relação entre o perfil dos egressos dos cursos do IFSP e o conjunto de serviços oferecidos pelas empresas juniores (prestação de consultoria e desenvolvimento de projetos voltados às diferentes áreas dos cursos de formação).



De modo geral, as empresas juniores, enquanto ação de extensão do IFSP e parte de sua política, buscam incentivar e estimular a formação social, ética e empreendedora dos estudantes, proporcionando-lhes experiências profissional e empresarial ainda no ambiente acadêmico. Além disso, possibili-

tam a aplicação prática dos conhecimentos teóricos referentes as áreas de formação acadêmica dos estudantes, contribuindo, assim, para uma formação alinhada ao mundo do trabalho e em consonância com os Arranjos Produtivos Locais.

É importante ressaltar que, de acordo com o novo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP (PDI 2019-2023), a PRX, em parceria com os câmpus, tem por objetivo a ampliação do número de empresas juniores e a promoção de formações voltadas aos seus membros e a toda a comunidade interna e externa interessada.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Resolução nº 77**, de 6 de setembro de 2016. Aprova o regulamento de empresa júnior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. São Paulo, 2016.

A CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO IFSP

por Priscila de Aquino Matos e Fernanda Sorrentino Atanes

O debate acerca dos temas gênero e sexualidade, no ambiente escolar, ganhou destaque político nos últimos anos. A discussão que envolve esse tema chegou às Câmaras de Vereadores de alguns municípios e ao Congresso Nacional, colocando em questão as diretrizes da Educação, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e também nos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

Em meio ao cenário político divergente sobre as diretrizes da educação no Brasil, no que diz respeito a gênero e sexualidade, a pró-reitoria de Extensão (PRX) já havia assumido, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a realização de ações de caráter extensionista que visassem ao desenvolvimento de programas e projetos para a promoção da diversidade e dos direitos humanos, entre outros temas (PDI, p.181). Firmado esse compromisso, foram idealizados os Seminários de Diversidade Cultural e Educação do IFSP, cujas realizações debateram as relações étnico-raciais, as relações de gênero, as migrações e a situação dos refugiados no Brasil e a abordagem da cultura dos povos indígenas nos currículos. A concepção desse seminário é de proporcionar um espaço de discussão e elaboração de estratégias e abordagens deles na Educação, constituindo-se uma metodologia para a construção de caminhos coletivos e institucionais.

Nesse contexto, a primeira edição do evento, em 2014, abordou o tema “Sexualidades, Educação em Sexualidade e Direitos Humanos”, com o objetivo de discutir os conceitos de gênero e de sexualidade, algumas possibilidades de implementações de políticas na área educacional para a promoção do debate nas redes de ensino, explorando as conexões entre as relações de gênero e os direitos humanos. Posteriormente, em 2015, abordou-se o tema “Ainda devemos discutir feminismos?”, com o objetivo de expor o contexto histórico dos feminismos a partir da perspectiva das lutas sociais, o machismo que se renova no século XXI e a sua relação com as tecnologias, destacando o papel do mediativismo e das instituições educacionais no combate às opressões e violências de gênero. Considerando que o evento tem o objetivo de criar mecanismos institucionais para lidar com as temáticas abordadas, como resultado dos debates desenvolvidos nesses dois momentos, foi proposta a criação do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do IFSP (Nugs-IFSP).

PROCESSO DE FORMAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (NUGS – IFSP)

A partir da ideia de criação do **Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do Instituto Federal de São Paulo**, foi composta uma comissão com os interessados em elaborar uma proposta de estruturação do núcleo¹. Durante os trabalhos da comissão, foram estabelecidas as funções e objetivos do núcleo, bem como elaborado um regulamento inicial², fundamentado na Lei de Diretrizes e bases

1 Portaria nº 2.841, de 12 de agosto de 2015.

2 Portaria nº 1.861 de 06 de maio de 2016.

da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996); no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014); nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012); nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012); nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada.

Apesar da organização em múltiplos câmpus do IFSP, estabeleceu-se que o núcleo teria estrutura centralizada e seria composto por dez representantes de cada um dos segmentos discente, docente e técnico-administrativo, além de representação das pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão. Após esse trabalho inicial, houve um processo de seleção de integrantes, e a composição inicial do núcleo foi nomeada em agosto de 2016³.

3 Portaria nº 3749, de 23 de agosto de 2016.



Membro do Nugs, o docente Tiago Pellim, explanando sobre gênero e sexualidade nas escolas, durante a abertura do ciclo de debates.

As atividades do Nugs

Com o objetivo de proporcionar o diálogo sobre as relações de gênero e sexualidade na Instituição, além de identificar focos de discriminação e orientar sobre encaminhamentos possíveis aos conflitos do cotidiano acadêmico, os integrantes do Nugs passaram a organizar ações e participar de atividades desenvolvidas nos câmpus.

Projeto-Piloto

No primeiro semestre de 2017, foi realizado projeto-piloto de capacitação de servidores do Câmpus Boituva, com objetivo de trabalhar, junto aos docentes e técnicos administrativos, os conceitos que envolvem gênero e sexualidade e de discutir a realidade vivenciada no câmpus. Durante o ciclo de debates, foram explorados temas como transexualidade, mídia e beleza, gênero e educação, interseccionalidade entre gênero e raça, entre outros. A avaliação da experiência indica que trabalhos como esse são significativos para qualificar os profissionais para o desenvolvimento de ações nos câmpus. Por isso, o Nugs estuda meios de replicar a experiência.

Acompanhamento das políticas nacionais

O Nugs, em parceria com o Neabi e o Napne, empenhou-se para a assinatura do Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos pelo IFSP. O documento inicial foi firmado entre os Ministérios da Educação e da Justiça, e tem como objetivo incentivar e acompanhar nas instituições de educação superior ações que promovam o Respeito à Diversidade, a Cultura de Paz e os Direitos Humanos.

Organização e participação em eventos

O Nugs, por meio de seus representantes e em parceria com outros setores do IFSP, como as coordenarias de extensão, os setores sociopedagógicos etc. vem promovendo e participando de eventos nos diversos câmpus. Um dos eventos que mobilizou o primeiro semestre de 2017 foi o dia Internacional de Combate à LGBTI-fobia, que mobilizou as comunidades dos câmpus Barretos, Campos do Jordão, Capivari, Jacaréí, Pirituba, São José do Campos, São Miguel Paulista, São Paulo, Sertãozinho e Sorocaba, trabalhando temas referentes aos Direitos Humanos, Corpo, Sexualidade e Gênero, entre outros, sendo alguns deles em articulação com a comunidade externa.



Estudantes do Câmpus São José dos Campos na palestra do educador em Direitos Humanos Filippa Almeida.



Da esquerda para a direita, Priscila de Aquino Matos (coordenadora do Nugs), Caroline Felipe Jango, (coordenadora do Neabi), o reitor do IFSP, Eduardo Antonio Modena, e Aline Gonzaga Ramos (coordenadora do Napne).

CINE DIVERSIDADE
I MOSTRA DE CURTAS

EU NÃO QUERO VOLTAR SOZINHO
Terça-feira 16/05

LEVE-ME PRA SAIR
Quarta-feira 17/05

VISTA SUAS CORES
Quinta-feira 18/05

Local: AUDITÓRIO
Hora: 12:30

Realização:
Projeto Cineclubes Federal
Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade

Cartaz de divulgação da atividade realizada no Câmpus Capivari com curtas-metragens sobre diversidade sexual, juventude, sexualidade e reconhecimento.

Participação na elaboração da Política de Ação Afirmativa do IFSP

Apesar dos trabalhos realizados pelos Núcleos Neabi, Nugs e Napne (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), atualmente o IFSP não conta com uma Política de Ação Afirmativa própria da Instituição. Ciente de que essa é uma demanda de grande importância no ambiente educacional, o Reitor Eduardo Modena nomeou uma Comissão⁴ para organização do documento que regulamenta a “Política de Ações Afirmativas do IFSP”, que conta com a representação da coordenação dos três Núcleos, das pró-reitorias e de servidores que participam dos grupos de Direitos Humanos dos câmpus. Como ação inicial, a Comissão, com o apoio dos Núcleos, promoveu-se o encontro “Ações Afirmativas: da Implementação ao Acompanhamento”, que aconteceu dia 17 de agosto na Câmara Municipal de São Paulo.

4 Portaria nº 1.989/2017

No ano de 2018, o Nugs promoveu três grandes atividades, o encontro formativo dos seus membros, o V Seminário de Diversidade Cultural e Educação do IFSP e a Campanha de Combate às Discriminações, todas as atividades desenvolvidas contaram com a parceria com o Neabi, sendo que a Campanha, além do Neabi, contou com a participação do Napne e da Assessoria de Comunicação Social.

Com o tema “Tensões Contemporâneas e perspectivas para uma formação emancipadora: relações étnico-raciais, diversidade, gênero corporeidade e Direitos Humanos, o encontro formativo contou com a participação de 35 servidores em 4 dias de evento, onde foram trabalhados temas como a criminalização da pobreza, consciência negra no Brasil, Considerações sobre Gênero, Corpo e Poder na Produção Intelectual de Mulheres Negras, questões indígenas, Povos Ameríndios e a Política do Bem Viver etc.

O V Seminário de Diversidade Cultural e Educação do IFSP aconteceu dentro do encontro formativo, mas foi aberto a todos os interessados. Como acontece em todas edições do Seminário, a PRX concedeu diárias e passagens para que cada câmpus pudesse enviar dois servidores para participarem do evento. O tema do Seminário teve como ponto de partida o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, que causou grande comoção na sociedade e com isso trouxe para o centro da discussão os Direitos Humanos. Nesse contexto o Seminário assumiu um espaço de reflexão, debate e articulação com o objetivo basilar de projetar – em perspectivas crítica, coletiva e criativa – ações alicerçadas dos valores democráticos e na afirmação dos Direitos Humanos, de maneira a desencadear um vasto movimento educacional, alcançando o cotidiano acadêmico e o fazer pedagógico do IFSP em suas mais diversas instâncias.

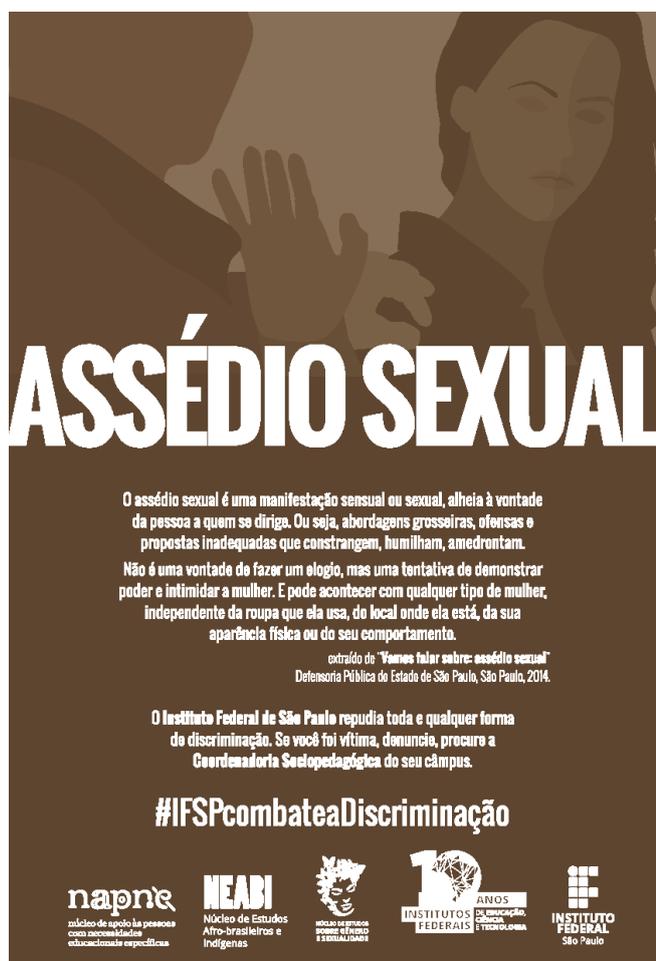
Com o intuito de continuar os debates promovidos no ano de 2018 e como meio de torná-los mais próximos da comunidade interna, foi lançada

a Campanha de Combate às discriminações – #IFSP-combateaDiscriminação –, que tem como objetivo alertar alunos e servidores sobre a violência psicológica e de discriminação negativa, como o preconceito racial e o sexismo, às quais a comunidade pode estar sujeita, discutindo suas consequências para a construção da prática da convivência e o respeito pelas diferenças, pela diversidade de gênero e culturas. A campanha visa também divulgar os canais por meio dos quais é possível denunciar toda e qualquer forma de discriminação.

O tema escolhido pelo Nugs foi Assédio Sexual. As publicações chegaram ao público em diversos formatos, como cartazes em A3 que foram expostos em murais e banners para divulgação nas redes sociais e no site oficial do IFSP, além de serem feitas as recomendações aos servidores que trabalhem os temas da Campanha em outros formatos de atividades.

Para o futuro

Como ações futuras o Nugs deseja consolidar-se cada vez dentro do IFSP, apoiando e promovendo ações que reafirmem o compromisso institucional de uma educação inclusiva e de combate ao preconceito e à violência; acompanhar as demandas referentes a gênero e sexualidade, por meio das denúncias que chegam à Ouvidoria do IFSP, de modo que seja possível planejar, a partir delas, campanhas institucionais. Também faz parte do planejamento mapear e acompanhar o uso do nome social dentro da Instituição, em parceria com a pró-reitoria de Ensino. Entre essas e outras ações, o Nugs também vislumbra a participação em eventos institucionais a fim de que ele seja cada vez mais disseminado entre servidores e discentes.



Cartaz sobre assédio Sexual do Nugs/IFSP (2018)



DIRETRIZES DA EXTENSÃO: ENTENDA O QUE REPRESENTA A APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO QUE ORIENTA AS POLÍTICAS DE EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

por Lidiane Maria



(MEC): Ministro Rossieli Soares assinando a regulamentação das Diretrizes.

Foi aprovado, no final do ano passado, o primeiro marco oficial que orienta a Extensão Universitária no Brasil. A [Resolução do Conselho Nacional de Educação \(CNE\) nº 7, de 18 de dezembro de 2018](#), institui princípios, fundamentos e diretrizes para a Extensão na Educação Superior brasileira, com foco em ações que promovam a interação dialógica com os demais setores da sociedade; a formação cidadã de estudantes; a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão; a produção de saberes e conhecimentos transformadores. As diretrizes regulamentam as ações acadêmicas de extensão abrangendo o planejamento, as políticas, o financiamento, a gestão e a avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país.

A criação desse documento foi uma construção coletiva. O trabalho teve início em 2017, quando a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) organizou uma comissão de conselheiros para elaborar as Diretrizes da Extensão da Educação Superior, sob a presidência do conselheiro Arthur Roquete de Macedo e tendo como relator o conselheiro Gilberto Gonçalves Garcia. Essa comissão decidiu criar uma subcomissão com especialistas, representantes dos Fóruns Nacionais de Extensão.

O Pró-reitor de Extensão do Instituto Federal de São Paulo, Wilson de Andrade Matos, foi convidado para fazer parte dessa subcomissão como representante do Fórum de pró-reitores da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Forproext). Também fizeram parte do grupo de trabalho os representantes do Fóruns Nacionais de pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (Daniel Pansarelli, da UFABC, e Maria Mello de Malta, da UFRJ), das Instituições Comunitárias (Josué Adam Lazier, da Unimep) e das Instituições Particulares (Sônia Regina Mendes dos Santos, da Unigranrio). A conselheira da Câmara de Educação Básica do CNE, Malvina Tania Tuttman, também contribuiu.

A minuta do projeto que deu origem à resolução foi debatida em mais de 20 encontros e reuniões realizados de abril de 2017 a de-

zembro de 2018. Os debates aconteceram tanto no âmbito da subcomissão e CNE quanto em instâncias como: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (Forgrad) e Colégio de Pró-reitores de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (Cograd). As audiências públicas realizadas no CNE contaram com a presença de professores, estudantes, associações de mantenedores e associações de instituições de ensino dos sistemas federais, estaduais e municipais de educação.



Da esquerda para a direita: Malvina Tuttman, Sonia Regina Mendes, Daniel Pansarelli, Josué Lazier e Wilson Matos, em reunião de trabalho para elaboração das Diretrizes

O relator Gilberto Garcia avaliou que o processo que resultou na aprovação do marco regulatório da Extensão representou “uma das ações mais significativas do Conselho Nacional de Educação no decorrer do último biênio, ao lado da redação da Base Nacional Comum Curricular”. Tratou-se, segundo ele, de uma ação amplamente colegiada e representativa do domínio da extensão na educação superior, de uma convergência da vontade política de diferentes colaboradores para o mesmo objetivo comum: conceber uma razão da extensão, com validade regulatória de abrangência nacional. Esse trabalho conjunto foi, conforme o relator, decisivo para a construção do parecer final, aprovado pelo CNE e homologado pelo Ministro da Educação. Gilberto ressaltou também a cooperação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) e da Secretaria de Educação Superior (SESu), estas últimas, secretarias do MEC.

O QUE A RESOLUÇÃO REPRESENTA

De acordo com o Pró-reitor de Extensão do IFSP, a resolução representa um marco para a Extensão

Nacional, pois até então a Extensão era citada em várias legislações importantes, como a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) e a própria Constituição Federal, porém ela não era disciplinada em nenhuma lei de âmbito nacional, apesar de se apresentar como uma dimensão basilar da educação.

Além disso, segundo Wilson Matos, o documento garante que as instituições deem a devida importância a essa dimensão educacional. Seja em seus planejamentos, nas avaliações internas e externas, no planejamento do financiamento das atividades de extensão, na valorização das carreiras de seu corpo de profissionais e na promoção da articulação com o ensino e a pesquisa, por meio da creditação curricular nos cursos de graduação, a qual garante que os currículos prevejam ao menos 10% de sua carga horária por meio de Programas ou Projetos de Extensão.

Ainda de acordo com Wilson, foi proposto pelo Forproext que o Conif solicite ao CNE um parecer sobre a equiparação daquilo que está apresentado na Resolução nº 07/2018 no tocante aos cursos de graduação para os cursos de educação básica no âmbito da Rede Federal de EPCT, ou seja, que os cursos de educação básica também prevejam ao menos 10% de sua carga horária por meio de atividades de extensão. O pró-reitor afirma que nos projetos ou programas de extensão dos institutos federais existe a participação de estudantes de todos os níveis de ensino, o que contribui em muito para a formação dos estudantes. O PDI 2019-2024 do IFSP já prevê que a creditação da extensão seja feita também para os cursos da Educação Básica.

Para o Professor Daniel Pansarelli, que integrou a subcomissão de elaboração da minuta do projeto de resolução das Diretrizes da Extensão, uma das principais conquistas alcançadas com a normativa é garantir que a extensão seja relacionada diretamente às atividades formativas dos estudantes, ou seja, que os estudantes sejam protagonistas do fazer extensionista. E também que essas atividades de extensão sejam desenvolvidas diretamente com comunidades externas à instituição.

Ele acredita que teremos nos próximos anos milhões de estudantes da educação superior realizando parte de sua graduação de forma prática, auxiliando e também aprendendo com as comunidades locais. “É uma mudança para melhor na educação superior e também na sociedade brasileira”, afirmou.

O QUE MUDA COM A APROVAÇÃO DAS DIRETRIZES

A resolução estabelece que as instituições de ensino terão até o final de 2021 para revisar o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, para que a inserção da Extensão nos currículos ocorra da forma mais adequada possível a cada realidade local. A partir dessa resolução, o INEP deverá observar a

presença da Extensão durante a avaliação de cursos de graduação e das instituições de Ensino Superior, e essa presença deverá ser observada não somente nos documentos institucionais, mas também por meio da articulação dos cursos com projetos e programas de Extensão.

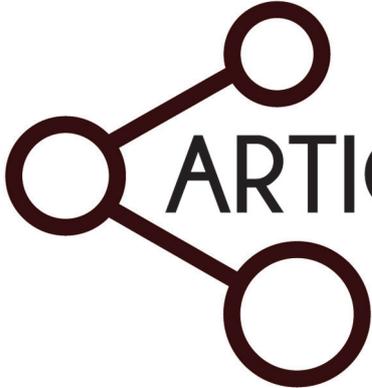
No IFSP, de acordo com o pró-reitor de Extensão, quase todas as definições preconizadas na resolução já são atendidas. Wilson Matos informou que o Instituto ainda terá que se adequar em pelo menos três pontos. O primeiro é referente a valorização da extensão nos processos de evolução funcional, o que será indicado para as comissões que preparam as regras para Evolução Funcional. Outro ponto é referente as estratégias de financiamento da Extensão, que deve constar no PDI, mas que após discussão será incluído na próxima revisão do documento. A última questão, um pouco mais complexa, é a Creditação da Extensão nos Cursos de Graduação, conforme já previsto na Lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE).

Para o atendimento dessa exigência legal, segundo Wilson, o IFSP fará um processo amplo com a comunidade para definir os regulamentos, garan-

tindo que os estudantes possam participar em projetos e programas de Extensão e tenham sua participação registrada em sua documentação, bem como que a carga horária represente no mínimo 10% do total do curso que ele faz. Esse processo de debate envolve capacitações, consultas e audiências públicas, que resultarão em um documento que reflita a vontade da comunidade ao mesmo tempo que seja consistente com as concepções de extensão apresentadas na Resolução nº 7/2018 da CES/CNE e com documentos do próprio IFSP.

RESOLUÇÃO PUBLICADA

- [Portaria nº 1.350](#), publicada no D.O.U. de 17/12/2018, Seção 1, Pág. 34: Homologação do Parecer do CNE.
- [Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018](#) - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.



ARTIGOS

Todos os artigos desta publicação são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista Compartilhar ou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Os artigos podem ser reproduzidos total ou parcialmente, desde que a fonte seja devidamente citada e seu uso seja para fins acadêmicos.

A EXPRESSÃO GRÁFICA COMO AUXÍLIO NO DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA FINA NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO DO COQUE

Sandra de Souza Melo¹, Thyana Farias Galvão², Aua Luciana Laurentino³

¹ Doutora em Pedagogia pela USAL-ES, Docente na UFPE, Campus Recife, sandra@ufpe.br

² Doutora em Psicologia pela UFRN, Docente na UFPE, Campus Recife, tf.galvao@gmail.com

³ Doutora em Design pela UFPE, Docente na UFPE, Campus Recife, autall@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho trata da participação em um projeto social de educação para camadas desfavorecidas e da elaboração e utilização de recursos didáticos em expressão gráfica voltados para o auxílio do desenvolvimento da coordenação motora fina para a alfabetização de crianças em situação de risco. O público-alvo é composto por crianças na faixa etária dos 3 aos 10 anos da comunidade do Coque que apresentam dificuldades e deficiência na leitura e escrita. A equipe envolvida no projeto é integrada por discentes e docentes do Curso de Licenciatura em Expressão Gráfica do Centro de Artes e Comunicação da UFPE, além de profissionais voluntários da área de ensino e psicologia. Este projeto se apresenta como uma oportunidade para que o aluno coloque em prática os conhecimentos fornecidos no Curso de Licenciatura para a criação de recursos didáticos voltados para o ensino fundamental, trabalhando ainda a interdisciplinaridade. Por meio deste Projeto de Extensão os alunos consolidam e ampliam sua formação acadêmica fazendo com que a Universidade Federal de Pernambuco contribua com as demandas da sociedade que mantém as universidades públicas.

Palavras-chave: expressão gráfica; alfabetização; ensino básico; interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This paper deals with the participation in a social project of education for underprivileged layers with the elaboration and use of didactic resources in graphic expression aimed at the aid of the development of fine motor coordination for the literacy of children at risk. The audience is composed of children in the age group from 3 to 10 years of the Coque community who present difficulties and deficiencies in reading and writing. The team involved in the project is composed of students and professors of the Degree in Graphic Expression of the Arts and Communication Center of UFPE, as well as volunteer professionals in the area of teaching and psychology. This project presents itself as an opportunity for the student to put into practice the knowledge provided in the Degree for the creation of didactic resources aimed at elementary education, while still working interdisciplinarity. Through this Extension Project the students consolidate and expand their academic training, making the Federal University of Pernambuco contribute to the demands of society that maintains public universities.

Keywords: *graphic expression; literacy; basic education; interdisciplinarity.*

INTRODUÇÃO

Ratificando o princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, e a extensão, a Universidade Federal de Pernambuco, aprova a Resolução Nº 09/2017 que regulamenta a inserção e o registro da Ação Curricular de Extensão como carga horária nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UFPE. Outro documento norteador, é a Política Nacional de Extensão Universitária (2013), que aponta como uma das principais dire-

trizes a Interação Dialógica, indispensável no processo de produção do conhecimento, que promova nas intervenções uma relação recíproca entre os atores envolvidos, com a aplicação de metodologias participativas e a democratização do conhecimento. Além da interdisciplinaridade e interprofissionalidade que garantam uma compreensão em sua totalidade dos fenômenos que circundam os contextos das comunidades, setores e grupos sociais, na busca por soluções efetivas das suas necessidades, através da atuação de várias disciplinas e áreas de conhecimento. Este trabalho trata da exploração da interdisciplinaridade da Expressão Gráfica para a formação do Licenciando por meio da realização do Projeto de Extensão “A Expressão Gráfica como Auxílio no Desenvolvimento da Coordenação Motora Fina na Alfabetização de Crianças em situação de Risco do Coque”, que apresenta os princípios da curricularização da extensão.

O processo de aprendizagem é um processo complexo que envolve sistemas e habilidades diversas, inclusive as motoras (SILVA e BORGES, 2008). As crianças, desde a fase pré-escolar, precisam desenvolver determinadas competências que permitirão e facilitarão a aprendizagem da leitura e da escrita. Essas competências ou habilidades são condições mínimas essenciais para a aprendizagem, e constituem a estrutura da educação psicomotora.

O público-alvo do Projeto de Extensão é composto por crianças pertencentes à comunidade do Coque, com faixa etária de 3 e 10 anos. A equipe envolvida, é integrada por discentes e docentes do Curso de Licenciatura em Expressão Gráfica da UFPE, além de profissionais voluntários. As atividades desenvolvidas ajudaram no desenvolvimento de habilidades motoras necessárias à escrita, na identificação de características que definem e diferenciam as letras.

A Expressão Gráfica trata da representação da forma, suas características e propriedades. As letras apresentam aspectos formais que as caracterizam e diferenciam. Silva e Borges (2008) afirmam que problemas na organização espacial são os responsáveis pelas dificuldades em distinguir letras que se diferem por pequenos detalhes, tal como ‘n’ com ‘u’, ‘12’ com ‘21’. Para a geometria das transformações a posição relativa entre as letras ‘n’ e ‘u’ seria um caso *rotação de 180°* (figura 1).

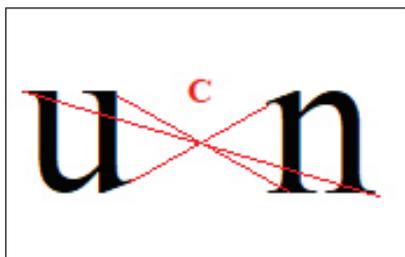


Figura 1. Rotação de 180° entre ‘n’ e ‘u’ como transformação geométrica.

A escrita não é um objeto escolar e sim cultural, estando presente em todos os ambientes de convivência da criança em constante contato com as letras. As instituições de ensino só formalizam o conhecimento adquirido em seu dia-a-dia (SAEP, 2014), sendo responsáveis por desenvolver e acompanhar o desenvolvimento da leitura e escrita, que se apresenta em vários níveis cognitivos. Para desenvolver cada um dos níveis da escrita, a criança precisa desenvolver habilidades psicomotoras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A realização dessa ação de extensão, aconteceu a partir do envolvimento de disciplinas distintas ligadas tanto a Licenciatura em Expressão Gráfica quanto a área da educação, além de profissionais da área de psicologia. Disciplinas como Metodologia da Alfabetização e Modelos Didáticos e Sustentabilidade deram o suporte necessário para a construção do conhecimento que foram aplicados em artefatos com características didáticas. A partir dos conceitos de Vale (2002) entendemos que a produção de materiais didáticos é tratada como suporte educativo, utilizado como um meio para estimular a aprendizagem, caracterizado como materiais a que se recorre durante o processo de ensino-aprendizagem no ambiente educacional, tais materiais promovem experiências que facilitam o desenvolvimento cognitivo das crianças.

A disciplina de Modelos Didáticos e Sustentabilidade trata temas como a abordagem instrumental, a noção de recursos, a engenharia documental, a confecção e o uso de maquetes e material didático como um recurso pedagógico, a elaboração e o uso de jogos e o desenvolvimento de atividades que envolvam a utilização de material didático.

Para uma aplicação proveitosa dos materiais didáticos, que atenda às necessidades do aluno no processo de aprendizado, é necessário, segundo Pais (2000) que haja um equilíbrio entre a aplicação dos objetivos dos materiais didáticos e a evolução do aspecto racional do conhecimento, devendo ser considerada a fase de desenvolvimento cognitivo do aluno.

Esta disciplina faz uma abordagem sobre a importância da reutilização responsável de materiais na confecção dos recursos didáticos, pois segundo Jacobi (2003, p.196), “A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam os riscos ambientais que se intensificam”.

A disciplina Metodologia da Alfabetização trata dos conceitos de alfabetização e letramento e história da alfabetização; processos de aprendizagem do sistema de escrita; e a prática pedagógica na alfabetização.

Segundo Morais (2012), a teoria da psicogênese ensina que a apropriação do Sistema de Escrita

Alfabetização não ocorre da noite para o dia, pressupondo um percurso evolutivo, de reconstrução, no qual a atividade do aprendiz é o que gera novos conhecimentos rumo à “hipótese alfabética”, sendo finalizado com o domínio deste Sistema do qual faz uso para a leitura e a escrita.

O Plano Nacional de Extensão Universitária destaca que os programas de extensão servem para o enfrentamento de novos desafios e aproveitamento de novas oportunidades, e define objetivos entre os quais destacamos: I. contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País; II. estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade; III. possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País; IV. valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade.

Fazendo uso da interdisciplinaridade entre os conhecimentos geométricos, dos conteúdos das disciplinas de Metodologia da Alfabetização e de Modelos e de Modelos Didáticos e Sustentabilidade, trabalhando no Projeto de Extensão, promovemos a formação dos licenciandos e disponibilizamos à sociedade por meio da parceria com o Projeto Crescer, os conhecimentos acadêmicos para o ensino básico.

METODOLOGIA

Nossa metodologia de trabalho teve o amparo da pesquisa-ação, pois ela como método agrega várias técnicas de pesquisa social, utilizando-se de técnicas de coleta e interpretação dos dados, da intervenção na solução de problemas e organização de ações, bem como de técnicas e dinâmicas de grupo para trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento (BALDISSERA, 2001).

O contexto específico deste Projeto ocorreu na Igreja Batista Imperial no seu Projeto Crescer, onde



Figura 2. Visita dos alunos e professora da disciplina Materiais Didáticos e Sustentabilidade ao Projeto Crescer.

100 crianças dos 3 aos 10 anos são atendidas divididas em turmas separadas por faixa etária, que frequentam o projeto 2 vezes por semana.

Os docentes orientaram os licenciandos em fases e áreas específicas, dando o respaldo à análise e a criação de recursos didáticos, dentro da disciplina de Modelos Didáticos e Sustentabilidade e tendo a oportunidade de visitar o local e fazer um diagnóstico das necessidades, verificando in loco os níveis apresentados pelas crianças (figura 2).

Os alunos discutiram com a professora a elaboração dos jogos, sendo voltados para as operações iniciais de soma, subtração, divisão e multiplicação, assim como do reconhecimento das formas geométricas e seus nomes, e os mesmos foram entregues ao Projeto Crescer (figura 3).

Também foram desenvolvidas atividades, com base nos aportes teóricos da Metodologia da Alfabetização, onde os licenciandos atuaram como professores das crianças. Tais atividades apresentaram um caráter lúdico, porém tinham como objetivo a aprendizagem e o desenvolvimento de áreas específicas para a alfabetização, o respeito às diferenças e os princípios da higiene corporal.

Na atividade desenvolvida na Semana da Higiene, os alunos tiveram seus corpos contornados no papel (figura 4), e foram estimulados a preenchê-los com a representação dos dedos, dos olhos, das orelhas, da boca, os cabelos, etc. As crianças são levadas a perceber a existência das diferenças entre elas, como, por exemplo, a cor dos olhos, a cor dos cabelos, entre outras, e as semelhanças, como a simetria, a quantidade de dedos, etc.

Após o momento de complementação de suas características no desenho, produtos de higiene, recortados de revistas, foram apresentados e foi perguntado onde cada produto era utilizado, devendo ser colados em seus respectivos locais de uso (figura 5).

RESULTADOS E ANÁLISES

Podemos verificar que os conhecimentos adquiridos nas disciplinas do Curso de Licenciatura em Expressão Gráfica foram mobilizados na elaboração de re-



Figura 3. Formação e entrega dos jogos à professora do Projeto Crescer.



FIGURA 4. Criança sobre o papel para desenho do contorno do seu corpo.

cursos didáticos em uma situação prática definida e real e que se concretizou nos jogos didáticos.

Os licenciandos também tiveram a oportunidade de elaborar uma sequência didática e aplica-la junto as crianças, sempre respaldados pelos conteúdos teóricos discutidos nas disciplinas de seu perfil curricular.

A interdisciplinaridade é destacada pela coerência na elaboração de atividades, que proporcionaram um suporte ao desenvolvimento da criança como um todo: no domínio da leitura e escrita, no respeito as diferenças, nas práticas de bons costumes de higiene, etc.

A Extensão Universitária contribui como parte da solução de problemas sociais, tais como a deficiência na alfabetização; valoriza os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de parcerias, e com atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade; possibilita novos meios, e inovação na disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da consciência sobre o papel da Extensão Universitária na formação dos atores envolvidos na ação “A Expressão Gráfica como Auxílio no Desenvolvimento da Coordenação Motora Fina na Alfabetização de Crianças em situação de Risco do Coque” buscamos estimular o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, como proposta de integração da formação acadêmica, profissional e cidadã dos discentes envolvidos, além de buscar promover a relação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, priorizando a participação em um projeto social de educação para camadas desfavorecidas.

Após uma análise das atividades desenvolvidas junto ao público de crianças do ensino básico do Coque, verificamos que a criação e utilização dos modelos didáticos na área da Expressão Gráfica ajudaram no desenvolvimento das habilidades motoras das crianças, contribuindo para um melhor resultado no seu processo de alfabetização.



FIGURA 5. Imagem dos itens de higiene colados no cartaz.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, A. **Pesquisa-ação:** uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v.7, n.2, p. 5-25, 2001.

JACOBI, P. R. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** *Cadernos de pesquisa*, n. 118, p. 189-205, 2003.

MORAIS, A. G. de. *Sistema de escrita alfabética.* São Paulo: Melhoramentos, 2012.

PAIS, L. C. **Uma análise do significado da utilização de recursos didáticos no ensino da geometria.** *REUNIÃO DA ANPED*, v. 23, 2000.

POLITICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.** 108 p. 2013.

SAEPE – Sistema de Avaliação Educacional de Palmas. **Sugestões de Atividades para Alfabetização.** Palmas: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

SILVA, A. B. da; BORGES, Patrícia F B. **A importância da psicomotricidade na educação infantil.** *Revista de Pedagogia Perspectivas em Educação*, nº 3, Ano 1, 2008. P. 01-20.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização:** muitas facetas. Trabalho apresentado no GT Alfabetização, Leitura e Escrita, durante a 26ª Reunião Anual da ANPED, 2003.

VALE, I. **Materiais manipuláveis.** Departamento de Matemática, Ciências e Tecnologia. Edição do Lab. de Ed. Matemática do Inst. Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Educação, outubro de 2002.

ADOLESCÊNCIA E SEXUALIDADE: UMA INTERVENÇÃO EDUCATIVA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BOÁ VISTA - RORAIMA

Talitha L. M. Silva¹, Halaine C. P. Bento², Aléxya C. B. Lima³

¹ Psicóloga, professora e pesquisadora do curso de Psicologia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), macedo.talitha@yahoo.com.br.

² Graduanda no curso de Psicologia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisadora pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFRR, halaine_cristini@hotmail.com.

³ Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), alexyacristal@hotmail.com.

RESUMO

As peculiaridades da adolescência no estado de Roraima apontam a necessidade de orientações que abordem a temática da sexualidade juntos aos adolescentes. Dentre as evidências que reforçam esta necessidade, pode-se destacar o fato de que Roraima é o estado com mais casos de gravidez na adolescência do país, além de constar entre os sete estados brasileiros em que o índice de HIV/AIDS é maior que a média nacional, tendo dobrado o número de infecções no ano de 2015, principalmente nas idades entre 15 e 19 anos. Portanto, este trabalho tem por objetivo apresentar o projeto desenvolvido pelo curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR) junto a adolescentes de 13 a 16 anos de uma escola pública de Roraima, com o intuito de abrir um espaço de acolhimento, escuta e orientação acerca das temáticas que envolvem a sexualidade. Os assuntos foram trabalhados a partir da leitura Fenomenológica Existencial, onde debates e dinâmicas possibilitaram acolhimento das dúvidas, bem como a promoção de orientação/informação. Ao final do projeto, com o contato da atividade prática, novas habilidades foram desenvolvidas nos acadêmicos de Psicologia que atuaram como facilitadores e, ao mesmo tempo em que, nos adolescentes potencializaram-se reflexões sobre aspectos inerentes à sexualidade.

Palavras-chave: Adolescência; Sexualidade; Educação.

ABSTRACT

The peculiarities of adolescence in the state of Roraima point to the need for guidelines that approach the topic of sexuality along with adolescents. Among the evidences that reinforces this need, it can be highlighted the fact that Roraima is the state with the highest number of pregnancies in adolescence in the country, besides being among the seven Brazilian states in which the HIV / AIDS index is higher than national average, having doubled the number of infections in the year 2015, mainly in the ages between 15 and 19 years. Therefore, this paper aims to present the project developed by the Psychology course of the Federal University of Roraima (UFRR) with adolescents aged 13 to 16 years of a public school in Roraima, in order to open a space for reception, listening and guidance on issues involving sexuality. The subjects were worked out from the Existential Phenomenological reading, where discussions and dynamics allowed for the reception of doubts, as well as the promotion of orientation / information. At the end of the project, with the contact of the practice of activity, the new abilities were carried out in the Psychology academics who acted as facilitators, and at the same time they enhanced reflections in teenagers about the inherent aspects of sexuality.

Keywords: Adolescence; Sexuality; Education.

INTRODUÇÃO

Sobre o ser adolescente, a dimensão sexualidade é temática recorrente em pesquisas e veiculação midiática, seja com a perspectiva de prevenção e saúde, seja com o viés de “pânico moral” (RUBIN, 2003). Por muito tempo essa temática foi tratada como um tabu com o intuito de preservar uma pretensa inocência característica à idade. Contudo, os dados relativos à saúde pública confrontam os temores sociais e chamam à realidade do crescente número de infectados pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) entre jovens de 15 e 19 anos, e os índices alarmantes de casos de gravidez na adolescência no estado de Roraima (CARVALHO, 2016; PONTES, 2014).

Apesar da problemática apontada nos dados, nas escolas públicas de Boa Vista - RR as campanhas preventivas realizadas com este fim são pontuais e não têm os adolescentes como público-alvo. Assim, aponta-se a necessidade de realizar ações de orientação/informação acerca dos aspectos inerentes a sexualidade juntos aos jovens.

Em vista disso, este artigo tem por objetivo apresentar o projeto desenvolvido pelo curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR) com o intuito de promover informações e autoconehecimento a respeito da sexualidade a alunos de uma escola pública de Boa Vista - RR, bem como identificar o nível de conhecimentos deles sobre a temática.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A vivência da adolescência no estado de Roraima guarda particularidades e destaca a necessidade de campanhas informativas que abordem a sexualidade para este público. Segundo dados divulgados pelo IBGE em 2014, Roraima é o estado com o maior índice de gravidez na adolescência do país, pois estas somam 20,1% do total de gravidezes no estado, enquanto a média nacional é de 11,8%, entre os anos de 2000 e 2010 (PONTES, 2014). Roraima consta, ainda, entre os setes Estados da Federação cuja taxa de detecção de HIV/AIDS (2,6 a cada mil nascidos vivos) é maior que a média nacional (de 2,5), no ano de 2013, além de apresentar um aumento de 12 casos em 2014 para 28 em 2015 entre jovens de 15 a 19 anos (BRASIL, 2014; CARVALHO, 2016).

Os dados corroboram a necessidade de promoção de educação sobre sexualidade não somente enquanto um aspecto da saúde, associado à longevidade, mas também enquanto interesse de governos (BRILHANTE; CATRIB, 2011). Contudo, apesar da urgência da problemática, Contini, Koller e Barros (2002), afirmam que grande parte dos programas governamentais de saúde sexual e reprodutiva exclui a faixa etária adolescente de suas intervenções. Assim, se faz presente a necessidade de expandir programas de educação sexual,

tornando-os abrangentes e eficientes. Posto isto, considera-se que a escola surge como um espaço profícuo para a implantação de tais programas, visto que estes e o espaço (lugar da escola) têm objetivos em comum.

A educação para a sexualidade nas escolas beneficia os alunos no sentido em que lhes oferece, em primeiro plano, conhecimento sobre seu próprio corpo e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST's). Porém, mais que isso: abre-se espaço para questionamentos referentes às várias formas possíveis de vivenciar relacionamentos, sexualidade e afetividades, além de possibilitar maior autonomia, senso crítico e diminuir a probabilidade de que estes adolescentes se envolvam em relacionamentos abusivos e limitadores ou atuem de maneira discriminatória.

Considerando tais questões, a execução deste projeto de extensão em Boa Vista - RR visou discutir sobre sexualidade com alunos da rede pública. Tal iniciativa possibilitou benefícios tanto aos estudantes da graduação da Psicologia que o desenvolveram, quanto ganhos sociais, educacionais e de saúde para gestores, professores e, principalmente, aos estudantes da rede pública.

METODOLOGIA

Participaram do projeto, adolescentes entre 13 e 16 anos de idade que frequentavam o oitavo e nono do ensino fundamental de uma escola pública de Boa Vista - RR. Para o desenvolvimento deste, uma reunião foi realizada entre escola, alunos, pais e facilitadores do curso de Psicologia, para tratar dos objetivos da ação. Após a devida autorização das atividades, o projeto foi executado durante o período letivo e com duração de oito meses.

Quanto ao funcionamento das ações, os adolescentes foram divididos de acordo com o gênero e organizados em grupos, com cerca de 30 adolescentes cada, mediados por 3 estudantes de Psicologia, que, por sua vez, eram orientados por uma professora do curso em questão, com a finalidade de facilitar a comunicação. Porém, alguns encontros foram realizados em conjunto, meninas e meninos, para que as temáticas, habilidades, interações e dinâmica relacional dos adolescentes fossem colocadas em prática.

Posto isto, os encontros tinham o caráter de uma de 'roda de conversa', como ilustrada na fotografia 1, onde, desde o primeiro dia, cada aluno tinha liberdade para questionar, trazer assuntos do seu interesse e relatar experiências pessoais. Utilizamos datas shows, exposição de vídeos, documentários, dinâmicas e outros recursos didáticos para tornar mais profícuas as intervenções. Para registro dos encontros, foi elaborado um diário de campo, onde cada facilitador anotou suas impressões, dificuldades e avanços no contato com os adolescentes.



Fotografia 1 – Roda de conversa com o grupo de meninos/ Fonte: Autoras, 2016)

Desse modo, todo o conteúdo teve linguagem adaptada para que fosse acessível aos adolescentes, e suas demandas de adequação metodológica fossem atendidas. Por exemplo: houve utilização de vídeos, moldes do sistema reprodutor masculino e feminino (Fotografia 2) e a repetição da aprendizagem prática de uso dos preservativos, entre outros detalhes.



Fotografia 2 – Molde do sistema reprodutor feminino mostrado aos estudantes/ Fonte: Autoras, 2016

Foram realizados doze encontros quinzenais, com duração de duas horas cada, com ambos os grupos, para que fossem trabalhados diferentes aspectos da sexualidade, de acordo com os interesses dos próprios adolescentes, tais como: métodos contraceptivos, gravidez, IST's, aborto, homossexualidade e entre outros. A abordagem de cada aspecto foi previamente elaborada pelos mediadores, estudando cada tema com antecedência, com supervisão adequada para tanto, a partir de uma leitura Fenomenológica Existencial abordada por Dulce Critelli (1996) que traz na Analítica do Sentido uma possibilidade de espaço para que venha à tona o sentido que se tem para as pessoas em seu concreto, simbólico e histórico modo de ser-no-mundo e de relacionar-se com as pessoas e coisas ao redor.

Por fim, faz-se necessário relatar a participação de profissionais de áreas afins de conhecimento para melhor esclarecimento dos assuntos discutidos. No tocante à emergência de questões conflituosas de ordem psicoemocional, foi oferecido suporte

e acolhimento aos jovens, com encaminhamentos ou aconselhamento psicológico no Serviço de Atendimento Psicológico da Universidade Federal de Roraima (SAP/UFRR).

RESULTADOS E ANÁLISES

A partir da intervenção educativa realizada, foi possível perceber que o conhecimento acerca da sexualidade apresentado pelos alunos desta escola pública era carregado de representações populares, preconceitos e desprovido de um maior aprofundamento crítico e reflexivo. Constatou-se, também, que parte das informações sobre sexualidade era repassada em tom repressivo pelos pais, o que, em alguns casos, gerava mais dúvidas e/ou culpa nos jovens.

Outro aspecto descoberto no contato é que parte do conhecimento adquirido pelos adolescentes advém de meios pornográficos e de conversas informais entre seus pares. Tal fonte repercutia em dúvidas, informações superficiais e estereotipadas sobre a sexualidade e as possibilidades de opressão desta, além de carência informativa sobre métodos contraceptivos e prevenção das IST's.

Assim, a partir das perguntas levantadas pelos adolescentes, suas histórias de vida e opiniões colocadas em sala de aula, temáticas foram postas em pauta preferencial, modificando o conteúdo programático no intuito de atender suas demandas. Foi o caso da temática do aborto, por exemplo, visto que se tratava de uma questão recorrente, inclusive por adolescentes que buscavam meios de interromper a gestação. Nesse sentido, os riscos de uma interrupção de gestação sem acompanhamento médico foram postos, inclusive em suas implicações legais, tomando o cuidado de não estigmatizar as adolescentes que realizaram tentativas de aborto e preocupando-se com a adequação da linguagem e do conteúdo de modo a tornar compreensível sem emitir crenças pessoais.

No mesmo sentido, a temática do abuso sexual, já programada, teve que ser trabalhada uma segunda vez com o grupo masculino, tendo em vista que no primeiro encontro foi possível notar que os adolescentes mantinham certa resistência, demons-

trando atitudes de assédio em sala de aula, de modo que se fez necessário uma intervenção mais efetiva, dividindo-os em grupos menores e verificando mudanças em seus discursos e posturas. Questões pontuais acerca da diversidade sexual, da homofobia e do racismo também foram acrescentadas devido às incidências de discriminação e bullying. No entanto, tais questões foram bem recebidas provocando reflexão e mudanças significativas de comportamento.

Portanto, a construção do conhecimento foi percebida nos jovens a partir dos questionamentos, reflexões e campanha de conscientização sobre o abuso e violência sexual (Figura 3). Além disso, dinâmicas e jogos de avaliação foram utilizadas como meio para aquisição de novas aprendizagens. Desse modo, pode-se dizer que os adolescentes apropriaram-se de conhecimentos sobre seus corpos e suas sexualidades, ao ponto de compartilhar informações com o grupo escolar e adquirir confiança para responder questões em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apontados é possível perceber



Fotografia 3 - Campanha de conscientização contra abuso e violência sexual/Fonte: Autoras, 2016

que o projeto mostrou-se de grande relevância acadêmica e social. Os impactos percebidos na população alvo atingida pelo projeto, a partir dos relatos da gestão, dos professores e dos adolescentes, apontam menor incidência de bullying, mais respeito às diferenças e menores conflitos em sala de aula. Os alunos mostraram-se capazes de perceber e falar com mais facilidade situações de violência, além de sanar dúvidas de seus pares acerca de questões de prevenção e saúde e, em determinados momentos, demonstraram mais segurança em tratar de suas

afetividades dissidentes, com a escuta respeitosa do grupo como um todo.

No tocante aos facilitadores, o projeto possibilitou aprendizagens acerca da mediação de grupos, de intervenção diante de temáticas da juventude, bem como habilidades de escuta terapêutica. O contato direto com a escola, incluindo gestão e alunos, propiciou uma experiência rica a respeito da prática educacional e da complexidade do papel do educador.

Assim, o vínculo formado entre mediadores e adolescentes mostrou-se a principal ferramenta promotora de mudanças, dado que, conhecendo seus nomes, realidades, posicionamentos e histórias individuais, foi possível construir uma relação construtiva e promotora de conhecimento. Nesse sentido, o referido projeto mostrou-se impactante no desenvolvimento dos alunos e no aprendizado profissional dos facilitadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico: Aids e DST**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 10 p.

BRILHANTE, A. V. M.; CATRIB, A. M. F. Sexualidade na adolescência. **Femina**, v. 39, n. 10, p. 504-509, 2011. Disponível: <goo.gl/Snw7e5>. Acesso: 25 mar. 2018.

CARVALHO, P. Número de pessoas infectadas com HIV aumenta em Roraima. **Folha Web Boa Vista**, Roraima, 18 abr. 2016. Disponível em: <goo.gl/3KQxYa>. Acesso em: 6 abr. 2018.

CONTINI, M. L. J.; KOLLER, S. H.; BARROS, M. N. S. **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

CRITELLI, D. M.. **Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica**. São Paulo: EDUC, Brasiliense. 1996.

PONTES, J. Índice de gravidez na adolescência em Roraima é o maior do Brasil. **Folha Web Boa Vista**, Roraima, 6 nov. 2014. Disponível em: <goo.gl/eViS-Cm> Acesso em: 15 fev. 2018.

RUBIN, G. Pensando sobre Sexo: notas para uma política radical do sexo. **Cadernos Pagu**, n. 21, 2003. Disponível em: <goo.gl/uBSt3L>. Acesso em: 11 abr. 2018.

DIÁLOGOS SOBRE ARTES, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS EM UMA ABORDAGEM DO CONCEITO DE TEMPO

Davilson Limberg¹

¹ Mestre em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática, Técnico em Assuntos Educacionais, IFSP, Câmpus Reitoria, davilson.limberg@ifsp.edu.br.

RESUMO

Este trabalho foi realizado a partir de manifestações artísticas coletadas em uma oficina realizada no III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica na qual foi desenvolvida uma atividade didática abordando o conceito de tempo em uma perspectiva cultural, buscando apresentar as relações entre ciências e artes. A oficina foi elaborada com atividades que propõem trabalhar o conceito de tempo a partir de relações do conhecimento físico com as linguagens artísticas. O objetivo da pesquisa foi investigar as concepções sobre o conceito de tempo presentes nas manifestações artísticas. Os dados foram coletados a partir das manifestações de vinte participantes da oficina, divididos em quatro grupos de cinco participantes. A análise de dados fundamentou-se na epistemologia de Bachelard (1978) e no perfil epistemológico do conceito de tempo proposto por Martins (2004). Buscou-se mostrar que as tecnologias educacionais associadas à abordagem cultural da ciência têm grande potencial no contexto do ensino de Física, seja para problematizar e promover reflexões sobre o conceito de tempo, seja para mapear concepções que podem constituir-se em obstáculos epistemológicos que bloqueiam a aprendizagem desse conceito. Com base na análise das manifestações artísticas dos participantes pudemos observar a dispersão de suas concepções ao longo de um perfil epistemológico.

Palavras-chave: ensino de física; perfil epistemológico; cultura, tempo, artes, ciências.

ABSTRACT

This work was based on artistic manifestations collected in a workshop held at the III World Forum of Vocational and Technological Education in which a didactic activity was developed, approaching the concept of time in a cultural perspective, seeking to present the relations between sciences and the arts. The workshop was elaborated with activities that propose to work the concept of time from the relations of physical knowledge with the artistic languages. The objective of the research was to investigate the conceptions about the concept of time present in the artistic manifestations. The data were collected from the demonstrations of twenty workshop participants, divided into four groups of five participants. The analysis of data was based on the epistemology of Bachelard (1978) and on the epistemological profile of the concept of time proposed by Martins (2004). It was tried to show that the educational technologies associated with the cultural approach of science have great potential in the context of the teaching of Physics, either to problematize and to promote reflections on the concept of time, or to map conceptions that can constitute epistemological obstacles that block the learning of this concept. Based on the analysis of the artistic manifestations of the participants we could observe the dispersion of their conceptions along an epistemological profile.

Keywords: physics teaching; epistemological profile; culture; time; arts; sciences.

INTRODUÇÃO

No III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (III FMEPT) foi oferecida uma oficina com o propósito de experimentar a abordagem do conceito de tempo de uma forma interativa e criativa. O intuito foi introduzir um diálogo entre ciências, artes e tecnologias educacionais, baseando-se em um objeto de aprendizagem, a videodança "Tempo Relativo"¹, criada especialmente para fomentar a discussão sobre o conceito de tempo.

A oficina buscou traçar relações entre artes e ciências mediatizada pelas tecnologias educacionais cuja finalidade era que os participantes apresentassem suas reflexões sobre o conceito de tempo a partir de uma abordagem interdisciplinar no ensino da Física. Neste trabalho propomos uma abordagem do conceito de tempo incorporando elementos culturais, com potencial para viabilizar a construção de um ambiente pedagógico propício para as reflexões sobre as relações entre ciências e artes.

A ideia que orientou a oficina é que "Física também é Cultura" (ZANETIC, 1989) buscando as relações entre ciências, artes e tecnologias educacionais para potencializar a "curiosidade epistemológica" (FREIRE, 1996) e motivar a aprendizagem da Física.

Por fim, foi estabelecido que o presente trabalho tem como objetivo principal investigar as concepções dos participantes da oficina sobre o conceito de tempo a partir das manifestações artísticas fomentada na oficina.

PERFIL EPISTEMOLÓGICO

A base teórica para analisar as concepções dos participantes da oficina sobre o conceito de tempo está fundamentada na obra epistemológica de Gaston Bachelard (1978) intitulada "A Filosofia do Não" que apresenta o estudo de um conceito científico - o conceito de massa - a partir de uma perspectiva filosófica completa.

A primeira escola filosófica a partir da qual o conceito de massa é analisado por Bachelard (1978) é o Realismo Ingênuo. Nesta escola, o conhecimento desse conceito ainda é incipiente, tem caráter essencialmente qualitativo, originário de uma intuição primária.

A segunda escola, designada de Empirismo, está relacionada à utilização de instrumentos de medição. O conhecimento do conceito está vinculado aos dispositivos que possibilitam sua medição, para o conceito de massa prescreve-se uma conduta da balança. (BACHELARD, 1978)

A terceira escola está vinculada às bases da mecânica racional de Newton, cujos princípios estão fundamentados nos conceitos de espaço absoluto, tempo absoluto e massa absoluta.

Na quarta escola é incorporado o racionalismo completo da Relatividade, em resumo os conceitos simples são substituídos pelos conceitos complexos. As noções de espaço e tempo são modificadas pela ideia de espaço-tempo.

A última escola filosófica é o racionalismo discursivo, onde a interpretação do conceito de massa torna-se mais complexa e o formalismo matemático fornece uma dualidade de concepções de massa, a primeira uma massa positiva que, em síntese, contém as escolas filosóficas anteriores e uma segunda noção de massa, massa negativa, que se afasta das demais escolas filosóficas. (BACHELARD, 1978)

A partir destes pressupostos Bachelard (1978) elabora a construção do perfil epistemológico, o qual tem como base a diversidade de correntes filosóficas que representam a superação de um conhecimento anterior em direção à construção de um novo conhecimento.

No contexto educacional, Souza e Zanetic (2005); Martins (2007), destacam que considerar o perfil epistemológico dos estudantes a respeito de um determinado conhecimento, significa considerar também os elementos que constituem sua cultura (escolar e não escolar).

Alinhado com estes autores defende-se nesta pesquisa a importância e a necessidade de promover situações de ensino que possibilitem e estimulem a emergência de elementos da cultura nas suas diferentes formas de manifestação (artísticas, culturais e sociais) que podem auxiliar a compreensão das noções relacionadas ao conceito de tempo.

METODOLOGIA

A Pesquisa-ação é a abordagem que mais se aproxima do desenvolvimento desta pesquisa. Scarpa e Marandino (1999, p.7) destacam que a pesquisa-ação são "trabalhos que envolvem um plano de ação baseado em objetivos, em processo de acompanhamento e controle da ação do relato do processo. Também quando o pesquisador e os participantes encontram-se envolvidos em diferentes fases da pesquisa".

Os dados considerados para este trabalho foram levantados ao longo da oficina: "Diálogo Ciências, Artes e Tecnologia: abordagem da Teoria da Relatividade"², com duração de duas horas, realizado no III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.

O universo da pesquisa compreende vinte estudantes que no início da oficina receberam um envelope com um quebra cabeça de frases e parágrafos soltos, para desvelar informações sobre o conceito de tempo e discutir seu sentido. Na sequência elaboraram, em grupo, um novo texto a partir do quebra cabeça de frases e parágrafos soltos e relaciona-

1 Disponível no endereço eletrônico <<http://kaywa.me/kfRn3>>, acesso maio de 2018

2 Disponível em: <<https://youtu.be/c2QHJQIAld8>>, acesso em: maio. 2018

ram com as imagens do varal artístico. Neste varal foram disponibilizadas várias imagens referentes ao conceito de tempo para que os participantes relacionassem com o texto produzido.

No desenvolvimento da oficina os participantes formaram quatro grupos para criar e produzir coletivamente uma representação artística para o conceito de tempo. No final da oficina é exibido a videodança "Tempo Relativo" para suscitar nos participantes reflexões e discussões sobre as manifestações artísticas relacionada com suas concepções de tempo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS

Nesta pesquisa serão apresentadas e analisadas as manifestações artísticas relacionada com o conceito de tempo dos quatro grupos formados pelos participantes da oficina.



FIGURA 1. Representação artística do conceito de tempo pelo grupo 1.

Na representação da figura 1 a imagem do relógio aparece com grande destaque, associando o conceito de tempo a um dispositivo de medição (relógio). Traçando um paralelo com o Empirismo na obra de Bachelard (1978), que associa o conceito de massa a uma "conduta da balança", Martins (2004) percebe que as noções empiristas associadas ao conceito de tempo estão relacionadas à existência de uma "conduta do relógio". A manifestação artística apresenta características de uma concepção de tempo linear, contínuo e homogêneo que se aproximam do perfil epistemológico denominado de Empirismo.

O poema concreto apresentado na figura 2 é composto por duas espirais sendo que a primeira espiral é formada pelas seguintes palavras: "relatividade, atividade, relativa, tempo, espaço, velocidade, idade" e a segunda espiral é formada pelas palavras: "direção, oposição, inversão, relativização, ação, contratação, reflexão". As palavras presentes no poema, foram influenciadas pelas concepções de tempo que indicam relações mais diretas com termos ou ideias específicas da Física (clássica e/ou moderna).



FIGURA 2. Representação artística do conceito de tempo pelo grupo 2.

As duas espirais do poema podem também estabelecer uma associação da ideia de tempo com o nascimento, envelhecimento e morte, desta forma, o tempo surge carregado de aspectos subjetivos e egocêntricos apresentando elementos para caracterizar as concepções de tempo a partir de uma observação primeira, ou seja, as noções de tempo que tem nos sentidos, nas intuições, nas percepções, a sua principal referência.

A primeira frase da figura 3: "Amanhã vai ser outro dia" representa uma ideia de repetição utili-



FIGURA 3. Representação artística do conceito de tempo pelo grupo 3.

zando o dia como uma unidade de medida do tempo. Martins (2004) desta que a medição do tempo pressupõe a ideia de uma unidade de medida, reduzindo o tempo a os procedimentos de mensuração, criando uma espécie de "conduta do relógio".

Já na segunda frase: "Você sempre jovem" remete a ideia de um "tempo psicológico", isto é, uma sensação desigual da passagem do tempo. A sensação da passagem do tempo é "relativa" associando a ideia de tempo à existência de um ser humano, existe um tempo particular e com uma finalidade e utilidade específicas.

A manifestação artística apresenta indicativos de uma concepção de tempo que está vinculada à ação de um indivíduo, isto é, manifesta-se como duração ou período necessário para a realização de tarefas ou atividades pessoais genéricas.



FIGURA 4. Representação artística do conceito de tempo pelo grupo 4.

Na manifestação artística da figura 4 a imagem de cinco relógios marcando diferentes horas podem indicar uma percepção desigual da passagem do tempo e associando às concepções de “tempo psicológico” que englobando noções que manifestam uma percepção da passagem inconstante do tempo.

A representação artística também pode indicar um tipo de “animismo”, que não se manifesta como atribuição de características humanas ao tempo, dessa maneira, “não se trata de atribuir ‘vida’ ao tempo, mas de vincular sua realidade ontológica a um espírito que o perceba e marque.” (Martins, 2007).

Na parte central da figura 4 tem a representação de um coelho que foi referenciado pelo Coelho Branco da obra literária “Alice no País das Maravilhas” de Lewis de Carroll (1998). Nascimento (2008) destaca que em “Alice no País das Maravilhas de Lewis” a ideia do Coelho Branco correndo sempre atrás do tempo e sempre dizendo que está atrasado, criando uma sensação que o novo dia é o dia anterior vivido novamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre as ciências e as artes, recorrendo às linguagens artísticas e mediatizado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) foi a temática para uma oficina na qual os participantes puderam despertar, expressar e reelaborar suas próprias concepções a respeito do conceito de tempo. Normalmente, esse conceito fundamental da Física é problematizado na educação somente a partir de referências internas ao próprio conhecimento físico e não em um contexto cultural mais amplo.

No contexto da análise das representações artísticas à noção de perfil epistemológica - cunhada por Bachelard e reinterpretada por Martins no cenário da educação - mostrou-se frutífera para interpretar as concepções dos participantes da oficina.

Os participantes da oficina expressaram os múltiplos significados do conceito de tempo e as diferentes terminologias relacionadas com modos de pensamento mais holísticos, incluindo noções do repertório próprio e do seu cotidiano, sendo assim, a oficina pode permitir que os participantes adquiram mais elementos para construir uma visão de mundo compatível

com a da ciência, mesmo que essa visão não seja necessariamente uma visão científica stricto sensu.

As manifestações artísticas dos participantes permitiram a observação de uma distribuição de concepções a respeito do conceito de tempo em um amplo espectro do perfil epistemológico, englobando desde noções que apontam no sentido de um maior racionalismo e objetividade até aquelas mais próximas de um realismo e de uma subjetividade.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G.. **A filosofia do não.** Tradução. J. J. M. Ramos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores). 354 p

CARROLL, L.. **Alice no país das maravilhas.** Porto Alegre: L&PM, 1998. 172 p

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 26. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 146 p.

LIMBERG, D.. **Tópicos de Física Moderna e Tecnologias Educacionais: uma abordagem cultural do conceito de tempo no Ensino Médio.** 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática), Universidade Federal do ABC, Santo André, 2016.

MARTINS, A. F. P.. **Concepções de estudantes acerca do conceito de tempo: uma análise à luz da epistemologia de Gaston Bachelard.** 2004, 218 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. **Tempo físico: a construção de um conceito.** Natal: Editora da UFRN, 2007, 268 p.

NASCIMENTO, A. M.. Reflexões sobre o tempo no cotidiano da educação infantil. **Vertentes**, São João Del-Rei, v. 31, p. 110-117, 2008.

SCARPA, D. L.; MARANDINO, M.. Pesquisa em ensino de Ciências: um estudo sobre as perspectivas metodológicas. Atas do II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 1999.

SOUZA, P. H. de; ZANETIC, J. .. O ensino do conceito de tempo: imaginação, imagens históricas e rupturas epistemológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS, Bauru, 2005. **Anais...** Bauru: ABRAPEC, 2005.

ZANETIC, J.. **Física também é cultura.** 1989, 252 f. Tese (Doutorado em Ensino), Instituto de Física, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO QUILOMBO DO CÂRMO EM SÃO ROQUE-SP

Rafael Fabricio de Oliveira¹, Luana Beserra de Carvalho², Rogério de Souza Silva³

¹ Professor EBTT do Instituto Federal de São Paulo – Câmpus São Roque, rafael.oliveira@ifsp.edu.br

² Graduanda em Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de São Paulo, luanacarvalho646@gmail.com

³ Professor EBTT do Instituto Federal de São Paulo – Câmpus São Roque, rogerio.souza@ifsp.edu.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo difundir resultados e dialogar acerca do projeto de extensão “Remanescentes do Quilombo do Carmo: a luta por memória e identidade no território de direitos”, desenvolvido por professores e estudantes do Instituto Federal de São Paulo, Câmpus São Roque. Trata-se de um trabalho pautado na educação para as relações étnico-raciais (Lei 10.639/2003), que deriva de ações na área do quilombo enquanto atividade integrada ao ensino, pesquisa e extensão. Tal perspectiva visa contribuir para a qualificação dos estudantes e o trabalho docente na educação básica nas escolas localizadas em São Roque/SP e que atendem a comunidade remanescente quilombola do Carmo.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003, Quilombo do Carmo, Direitos Humanos, Identidade Territorial.

ABSTRACT

This paper shows results and discusses the extension project “Remnants of Quilombo do Carmo: the search for memory and identity in the territory of rights”, developed by professors and students of the Federal Institute of São Paulo, Campus São Roque. It is a work based on education for ethnic-racial relations (Law 10.639/2003), which derives from actions in the quilombo area as an integrated activity in teaching, research and extension. This perspective aims to contribute to the qualification of students and the teaching work in basic education in the schools located in São Roque/SP (Brasil) and that serve the remaining quilombola community of Carmo.

Keywords: Law 10.639/2003, Quilombo do Carmo, Human Rights, Territorial Identity.

INTRODUÇÃO

Este texto deriva do projeto de extensão “Remanescentes do Quilombo do Carmo: a luta por memória e identidade no território de direitos”. Desenvolvido pelo Instituto Federal de São Paulo – Câmpus São Roque, desde o ano de 2016, na comunidade remanescente quilombola de Nossa Senhora do Carmo. A área onde está localizado o Quilombo insere-se nos limites rurais do município de São Roque com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Iniciado os diálogos no ano de 2015 e atividades em 2016, o projeto passa a ser realizado pela extensão apoiada por pesquisas junto aos moradores e por meio de oficinas na Escola Municipal de Educação Fundamental (EMEF) Rabin-dranath Tagore dos Santos Pires. Neste processo, constatou-se que as demandas da população local deixaram de ser historicamente atendidas pelas políticas públicas (CAPUCHO, V.; MARINHO, G., 2016), dificultando na sua atual autonomia e capacidade de reprodução física, social, econômica e cultural, como institui e determina o Decreto 4887/2003 (BRASIL, 2003). No ano de 2017, o projeto se consolida, inclusive com ramificações tangenciando temas correspondentes,

buscando fortalecer a autonomia alimentar e práticas de agroecologia. No mesmo período, houve a ocupação pela comunidade de uma gleba terra, implicando em tensões e disputas que efervesceram a dinâmica do lugar e o contexto de desenvolvimento do projeto. Cabe apontar que pela ampla dimensão do projeto, o foco nestas laudas possui um direcionamento das atividades educativas, especialmente as desenvolvidas no âmbito das escolas municipais, estaduais e privadas de São Roque ao longo do ano de 2017. Tal proposta justifica-se em primeiro plano pela problemática simbólica e representativa da cultura de matriz africana no quilombo, com esforços neste caso de valorização, fortalecimento identitário com o território e, destarte, a ativação e o pleno reconhecimento das raízes afrodescendentes pela comunidade local. Em segundo plano, de um esforço em evidenciar não apenas uma necessidade legal de tratar temas associados à África na educação básica ou propriamente no Quilombo, mas essencialmente de discutir a diversidade e conscientizar professores e estudantes da importância e a riqueza que ela traz a nossa cultura e a nossa identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No contexto da expansão e interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, deve-se ressaltar ao seu papel dado como meio de irradiação de ações para o desenvolvimento regional. Esta proposta reafirma o papel da educação profissional e tecnológica como instrumento capaz de resgatar e proporcionar cidadania e transformação social (BRASIL, 2008).

No caso do Quilombo do Carmo, ao passo de uma problemática em que é **verificado o distanciamento dos sujeitos de sua produção material e espiritual**, dos frutos do trabalho individual e coletivo, dialeticamente, emergem possibilidades a partir de sua marginalidade e opressão frente ao sistema **“sociometabólico do capital” (MÉSZÁROS, 2011)**. Afinal, como explica Stucchi e Ferreira (2014), mesmo diante da dificuldade e morosidade de demarcação das terras quilombolas em São Roque, “a noção de territorialidade converge para a existência de um território étnico que extrapola as classificações atribuídas pelo Estado, engloba a dimensão simbólica e integra os modos particulares de utilização de recursos naturais e acesso à terra” (STUCCHI; FERREIRA, 2014, p. 104). Portanto, elos de ancestralidade, os ritos religiosos e outras práticas demarcam dimensões intangíveis que unidas constituem legitimidade e coerência a vida do grupo.

No âmbito educativo, destacam-se alguns marcos legais, como a lei 10.639/2003 (BRASIL, 2017), que ratifica a possibilidade de procedimentos e temas educativos para as relações étnico-raciais, compassado com os Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCN's, destacadamente os de Matemática e Língua Portuguesa – Ensino Fundamental) e as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006), bem como o trabalho conjunto com os conteúdos desenvolvidos pelos professores locais.

Além disso, as teorias sociais críticas, calcadas no materialismo histórico e dialético (KOSIK, 1976; VYGOSKY, 1996; HARVEY, 2013) substanciam as práticas de extensão, no sentido de melhor compreender as injustiças e as estratégias de transformação efetiva da realidade. Junto a estas referências, as teorias freirianas (FREIRE, 1967; 1987 [1970]; 1983) foram fundamentais diante do potencial que possuem frente ao quadro de opressão histórica dos remanescentes quilombolas, dos elementos de ruralidade, bem como das necessidades elementares de alfabetização, estas últimas diagnosticadas entre os estudantes participantes do projeto e cursando o sexto ano do Ensino Fundamental da EMEF Rabin-dranath Tagore dos Santos Pires.

METODOLOGIA

A metodologia propõe compreender a educação das relações étnico-raciais no ensino por meio da realização de uma estratégia educacional referente a implementação da legislação na educação básica supracitada. Portanto, traz proposta por temas, materiais e procedimentos associados às questões étnico-raciais (cultura, política, economia, sociedade), que permeie diferentes disciplinas e atividades escolares, em conjunto e compassados com as necessidades das escolas locais, dando continuidade às ações anteriores e ampliando as possibilidades futuras. Tais propósitos dependeram do estabelecimento de cooperação com a Associação Quilombola de N. S. do Carmo, a União Regional dos Estudantes (URE) e as escolas locais. Na primeira fase, foram realizadas reuniões com gestores educacionais e professores nas escolas de São Roque que atendem estudantes remanescentes quilombolas, buscando compassar atividades na respectiva temática. No segundo momento, a execução de atividades se processa conjuntamente entre professores e estudantes do projeto e das escolas. Em cada escola delimitam-se estratégias diferentes. A título de exemplo, na EE Distrito Maylasqui o foco das ações residiu em relação aos docentes e gestores, enquanto na EMEF Rabin-dranath Tagore dos Santos Pires nos estudantes. Além das duas escolas, uma estadual de ensino médio e outra municipal de ensino fundamental, diversas atividades foram realizadas mais pontualmente no Instituto Federal de São Paulo – Câmpus São Roque, com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS-Paisagem Colonial) e o Serviço Social da Indústria (SESI), mas que se somam estrategicamente a totalidade de esforços, extensionistas e educativos, empreendida e objetivada pelo projeto.



Figuras 1, 2, 3: Na primeira, aula dialógica com jovens do bairro Goianã no CRAS-Paisagem Colonial. Na segunda figura ao alto, após palestra com estudantes do SESI, realização de uma roda de capoeira. Na terceira imagem, organização pelo projeto de palestra sobre a história dos mestres e da capoeira no Brasil, com estudantes participando do jogo, e da roda de capoeira e de samba. **Fotos:** Rafael F. de Oliveira, 2017.

RESULTADOS E ANÁLISES

Ao longo dos dois semestres de 2017, houve ampla difusão de conteúdos e atividades para as relações étnico-raciais nas escolas supracitadas. Além delas, também para mulheres e jovens do CRAS-Paisagem Colonial, por meio de oficinas de educação popular, resultando no fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre a equipe executora do Projeto, a população de áreas da periferia majoritariamente negra do município e o Quilombo do Carmo, como evidenciam as figuras de 1 a 3 subsequentes. No contexto das duas escolas em que as atividades foram mais contínuas ao longo do ano, na EE Distrito de Maylaski a orientação é balizada para a formação contínua dos professores, cujo foco se estabeleceu entre representantes da Associação, membros do

projeto de extensão, além dos professores e gestores da escola. De tal forma, são realizadas reuniões que contextualizam a luta quilombola na região, há apresentação de materiais passíveis de utilização, bem como o contexto legal de trabalho das diferentes disciplinas com as questões étnico-raciais.

Após as reuniões, lideranças comunitárias participam dos diálogos nos horários de reuniões pedagógicas, ilustrando com maior propriedade a dinâmica organizacional da associação, do bairro e da população remanescente quilombola, conforme ilustram as figuras 4 e 5.

No contexto da EMEF Rabindranath Tagore dos Santos Pires, o objetivo das atividades de reforço em matemática e português foi muito além de subsidiar dificuldades estruturais de aprendizagem, inclusive de al-



Figuras 4 e 5: Ambas figuras da escola EE Distrito Maylaski-São Roque, que atende estudantes do Ensino Médio remanescentes quilombolas do bairro do Carmo. Na figura à esquerda, líder explica a atual situação da população quilombola, já na imagem à direita estão gestores e professores da escola, do IFSP/SRQ e equipe executora do Projeto, todos assistindo um vídeo da comunidade. **Fotos:** Rafael F. de Oliveira, 2017.



Figura 6 e 7: À esquerda, bolsista ensinando o jogo Caravana para estudantes na EMEF Rabindranath Tagore dos Santos Pires, participantes da atividade do projeto. À direita, atividades de matemática realizadas em duplas. **Fotos:** Rafael F. de Oliveira, 2017.

fabetização, mas de trazer elementos históricos do Quilombo para o contexto escolar. A busca pelo lúdico foi uma estratégia metodológica utilizada em vídeos, jogos tradicionais e músicas, trilhando a atenção e assiduidade dos estudantes. Conforme as figuras 6 e 7, além dos textos que trabalhavam a cultura africana (capoeira, Zumbi dos Palmares, culinária africana), houve esforços de trazer problemas práticos para atividades de matemática (operações fundamentais que envolviam contar moradores, dividir pelo número de famílias, multiplicar, subtrair valores que seriam usados para a festividade e tradições típicas de N. S. do Carmo).

Tais relações foram pensadas numa dimensão não apostilada, ainda que alguns materiais foram pensados e utilizados como recurso ao longo do processo, priorizou-se os próprios vocábulos e expressões dos estudantes, naquilo que Freire (1967) conceituou em seus ensinamentos por *palavras geradoras*. Estas com papel de mediadoras, onde segundo Vygotsky (1996, p. 42) “[...] a mediação presente em toda a vida humana se dá pelos instrumentos técnicos e os sistemas de signos construídos historicamente, que fazem a mediação dos seres humanos entre si e deles com o mundo [...]. Suficiente, portanto, para a interação dialética do homem com seu meio sociocultural, sobretudo de sua existência e de suas experiências em um contexto de espaço e tempo específico. Mesmo diante dos desafios, em princípio com estudantes desconfiados e resistentes, mas aos poucos imersos nas ações e diminuindo a distância com os professores, construindo uma ligação que possibilitou importantes trocas de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos propostos pelo projeto foram atingidos com relativo êxito, atentando-se a situação dos estudantes participantes das aulas, nas quais buscavam reforço, e que se apropriaram do conhecimento acerca dos conteúdos disciplinares, conquistando o “passar de ano”, ao mesmo tempo em que adquiriam e difundiam conhecimentos sobre o próprio Quilom-

bo. De tal maneira, quebrando alguns preconceitos que possuíam em relação a sua própria cultura de matriz afro-brasileira e somando para a sua (trans) formação: mais conscientes; críticos; autônomos. Quanto aos professores, apreende-se que melhor se situaram acerca de seus educandos, dos conteúdos e dos marcos legais que dão arcabouço para o trabalho multiétnico e para a diversidade. Por fim, a extensão e a dinâmica dialógica praticada ao longo destes três anos do projeto mobilizaram muitas reflexões e práticas, que não estiveram restritas ao plano formal da educação, ou ao espaço escolar. Elas atendem uma demanda urgente de redução das desigualdades sociais por uma educação mais humana e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm, acessado em 15/05/2012.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros curriculares nacionais: matemática**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais

de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm, acessado em 13/02/2017.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>. Acesso em: outubro 2012.

CAPUCHO, V.; MARINHO, G. **Remanescentes quilombolas do Carmo: a luta por memória na terra de direitos**. Relatório Parcial Projeto de Extensão "Remanescentes quilombolas do Carmo: a luta por memória na terra de direitos", IFSP, São Roque, setembro 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

_____. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. [1970]. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARVEY, D. [2000]. **Espaços de esperança**. 6ª. ed. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013.

KOSIK, K. [1963]. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo C. Castanheira, Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

STUCCHI D.; FERREIRA, R. C. O quilombo de nossa senhora do Carmo e os paradoxos da adequação no processo de reconhecimento de direitos. In: **Ruris**, Vol. 8, n. 2, setembro/2014. p. 91-119.

VYGOTSKY, L. S. **Texto original de Vygotsky**. In: REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PROPOSTA DE CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Claudia de L. Ribeiro¹, Simone S. de Oliveira², Cristina Maria.C. Delou³, Manuel Gustavo.I. Ribeiro⁴

¹Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI), Universidade Federal Fluminense (UFF)

²Coordenadora de Educação Inclusiva, Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ

³Orientadora do CMPDI-UFF, Diretora da Escola de Inclusão(UFF)

⁴Orientador do CMPDI-UFF, Professor do Instituto de Biologia (UFF)

RESUMO

Esta pesquisa envolveu a proposta de um Curso de Formação Continuada em Educação Especial para professores das salas de recursos multifuncionais e das salas regulares da rede municipal de ensino, dentre outros profissionais, do município de São José do Vale do Rio Preto/RJ. O objetivo foi contribuir para a mudança do olhar docente e de sua prática profissional de atendimento educacional especializado, buscando introduzir conhecimentos que pudessem auxiliá-los, como forma de avançar na política de educação inclusiva. O curso consistiu de 8 módulos temáticos com encontros presenciais e à distância, escolhidos com base nas demandas do município. Os resultados dos questionários de avaliação do curso mostraram que a experiência foi de grande relevância e uma oportunidade de mudanças e progressos. Os conhecimentos teóricos e práticos discutidos de forma coletiva foram oportunos, possibilitando o surgimento de metodologias apropriadas, uso de tecnologias assistivas e melhoria do atendimento aos estudantes.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Atendimento Educacional Especializado, Formação continuada; Formação docente.

ABSTRACT

This research involved the proposal of a Continuous Training Course in Special Education for teachers of the multifunctional resource rooms and the regular rooms of the municipal teaching network, among other professionals, in the municipality of São José do Vale do Rio Preto / RJ. The objective was to contribute to the change of the teacher's perspective and his professional practice of specialized educational service, seeking to introduce knowledge that could help them, as a way to advance in the policy of inclusive education. The course consisted of 8 thematic modules with face-to-face and distance meetings, chosen based on the demands of the municipality. The results of the course evaluation questionnaires showed that the experience was of great relevance and an opportunity for change and progress. The theoretical and practical knowledges discussed in a collective way were convenient, allowing development of appropriate methodologies, use of assistive technologies and improvement of student care.

Keywords: School Inclusion, Specialized Educational Assistance, Continuing Education; Teacher training.

INTRODUÇÃO

O Brasil assumiu o compromisso de transformar a educação em sistema educacional inclusivo após a Conferência Mundial em Educação Especial (EE), que resultou na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que estabelece que “a escola deve se adaptar ao aluno e não o aluno à escola”. Este compromisso foi reafirmado após o Fórum Mundial de Educação (UNESCO, 2015), em cuja Declaração de Incheon os países signatários se comprometeram a “assegurar a educação inclusiva e

equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Com o surgimento do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (2003), novos conceitos e metodologias foram compartilhados para atender à gestão e à prática pedagógica, dando respaldo aos estados e municípios na construção de escolas mais inclusivas, democráticas e de qualidade (BRASIL, 2006). A Política Nacional de EE (BRASIL, 2008) e o Decreto nº 7.611/11 (BRASIL, 2011) estabelecem como público-alvo da EE os educandos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação (AH/SD), devendo garantir os serviços de apoio especializado voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização, oferecidos em caráter de complementação ou de suplementação pelo professor especialista no atendimento educacional especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) como um suporte pedagógico. As SRMs são dotadas de equipamentos de informática, mobiliário e materiais didático-pedagógicos apropriados para o trabalho com os estudantes e, no município em questão, podem ser classificadas como Tipo I, pois dispõem de itens (microcomputador com gravador de CD e leitor de DVD, fones de ouvido, microfones, scanner, impressora a laser, teclado, mouse com entrada para acionador, materiais pedagógicos, jogos - bandinha rítmica, dominó, memória de numerais, quebra-cabeças, dominó de animais em Língua de Sinais, memória de antônimos em Língua de Sinais, tapete quebra-cabeça, dominó com textura, estante para leitura, mesa com cadeiras para computador e mesa com cadeiras para atendimento aos alunos, armário de aço, quadro branco, entre outros materiais) que não conferem acessibilidade para estudantes com deficiência visual.

Cabe ao gestor público garantir a construção de Programa de Formação de Professores para atuar na SRM e prestar AEE. Espera-se também que ele oportunize Educação Continuada aos professores em serviço, estimulando uma visão holística e proporcionando momentos para trocar experiências e repensar a escola enquanto instituição que reconhece a diversidade, favorecendo aos estudantes a permanência, participação e aprendizagem.

Dessa forma, acredita-se que a formação continuada é oportuna para que o professor tenha preparo suficiente, possibilitando o surgimento de metodologias apropriadas, uso de tecnologias assistivas e melhoria do atendimento. Sabe-se que a política de EE no Brasil tem avançado com mudanças conceituais e estruturais e na formação docente. Todavia, frequentemente se questiona a frequência, o formato e o conteúdo dos cursos e atividades ofertados aos professores voltados ao AEE, sugerindo que a formação deixa muito a desejar.

Considerando o interesse da prefeitura do município de São José do Vale do Rio Preto/RJ na construção de Políticas Públicas em EE na perspectiva da Educação Inclusiva, além da necessidade na melhoria do atendimento aos estudantes com necessidades especiais, foi estabelecida uma parceria com o Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, tendo como princípio a troca entre a Universidade e a Sociedade envolvendo aspectos transformadores da realidade social.

Esse trabalho visou contribuir para a formação continuada dos professores e o processo de avaliação dos estudantes da EE, atendendo às demandas identificadas no município, elaborando a proposta do Curso de Formação Continuada em Educação Especial (CFCEE) contendo 8 módulos (ver abaixo). O município possuía em 2017 3.082 estudantes nas 12 escolas, com o universo de 260 professores, sendo 219 regentes, dos quais 15% participaram do curso. Além disso, possui 6 SRMs, que realizaram 140 atendimentos no ano de 2016 (dados do relatório de 2017 - setor de EE).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entender o conceito de “formação” e analisar os princípios formadores da profissão docente são pressupostos centrais para a compreensão do processo de formação no qual os professores estão envolvidos. É necessário perceber que a formação vai além da mudança na capacidade profissional e deve estar aliada as mudanças do contexto, o que “condicionará as práticas formativas e a repercussão no professorado e, é claro, a inovação e a mudança” (IMBERNÓN, 2009, p. 10).

Segundo Perrenoud (2000), é preciso atingir as práticas docentes que, quando acompanhadas e renovadas, têm poder transformador dessa realidade. Daí a importância da formação continuada do professor, com preparação específica, de modo a atender não só necessidades diagnosticadas no processo de aprendizagem, mas a enfrentar os desafios da educação, num mundo em constantes mudanças. Uma formação continuada onde ocorra a discussão sobre as práticas de ensino pode despertar nos professores a vontade de refletir sobre os seus percursos profissionais e a construção da sua identidade (NÓVOA, 1995).

A educação inclusiva pressupõe práticas pedagógicas diferenciadas e de educadores preparados, capacitados para dar o atendimento adequado e necessário aos estudantes portadores de necessidades especiais, cuja pluralidade deve ser reconhecida e respeitada. Cabe ao professor inclusivo competências específicas que nem sempre são adquiridas nos cursos regulares de formação: criar situações ricas em estímulos para aprendizagem, que promovam o desenvolvimento do potencial do estudante; identificar as dificuldades

especiais dos estudantes para o atendimento mais adequado; utilizar-se de métodos apropriados às necessidades apresentadas; cuidar para que sua postura possibilite a interação progressiva do educando, contribuindo no seu processo educacional. A formação continuada permanente reconhece que o trabalho educativo e a formação são atividades coincidentes, combinam elementos teóricos com situações de prática. O professor, ao utilizar conhecimento teórico para fundamentar sua prática, é capaz também de gerar novos conhecimentos que subsidiarão sua prática.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo da pesquisa optou-se pela metodologia de Pesquisa/Ação colaborativa, onde o professor participante se torna pesquisador e tanto o or-

ganizador da pesquisa quanto os docentes são agentes envolvidos na transformação da realidade em que estão inseridos (IBIAPINA, 2008; JORGE e PEREIRA, 2017).

Na primeira etapa do trabalho foi oferecida uma palestra no Seminário de Abertura do ano letivo do município (03/02/2017) intitulada "Políticas Públicas em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva". Essa atividade foi aberta ao público e teve como princípio a sensibilização das escolas e dos profissionais da educação, assim como assistentes sociais, profissionais da saúde e do quadro administrativo, para refletir sobre a diversidade e inclusão e, assim, estruturar um sistema educacional inclusivo. Estiveram presentes 296 pessoas e foi distribuído um questionário (Quadro 1) acerca do tema "Inclusão escolar".

Assinale a alternativa que melhor resume sua opinião sobre cada um dos itens abaixo:

- Concordo totalmente*
- Concordo parcialmente*
- Indiferente*
- Discordo parcialmente*
- Discordo totalmente*

- 1. A Inclusão é uma questão importante na sociedade.*
- 2. Existe lei que assegura o direito das pessoas com Deficiência.*
- 3. Pode-se considerar uma pessoa com Deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas.*
- 4. A educação constitui direito da pessoa com Deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo apenas na educação básica, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais.*
- 5. A escola possui um Projeto Político Pedagógico que institucionaliza o atendimento educacional especializado e os demais serviços e adaptações para atender às características dos estudantes com Deficiência, garantindo pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.*
- 6. É previsto em lei a necessidade de profissional de apoio escolar que exerça atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência em todas as atividades escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino, instituições públicas e privadas.*
- 7. A Deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa para casar-se e constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, conservar sua fertilidade, em alguns casos autorização de esterilização compulsória.*
- 8. É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou violação aos direitos da pessoa com Deficiência.*
- 9. Cabe a avaliação da Deficiência, quando necessária, ser realizada por equipe multiprofissional.*
- 10. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, acompanhar e avaliar formação de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras e de profissionais de apoio.*

Quadro 1: Questionário preliminar - respondido respeitando uma escala de Likert (LIKERT, 1932).

A segunda etapa foi a realização do CFCEE com 8 módulos (Quadro 2), de março a outubro de 2017, sendo cada um com 4 encontros mensais de 4h (2 presenciais e 2 à distância), totalizando 128h. Soma-se a isto a carga de orientação para o trabalho final, em modelo de relato de experiência, distribuído em 24 horas à distância e 24 horas presenciais (Quadro 2). Cada ministrante (mestre/mestrando ou professor do CMPDI) disponibilizou referenciais bibliográficos mais adequados em termos de abrangência temática, disposição sequencial e perspectiva de abordagem. A organização do curso permitiu que os conhecimentos teóricos fossem discutidos e ressignificados a partir das diversas situações práticas vividas no cotidiano escolar, possibilitando intervenções mais pertinentes de forma mais efetiva às demandas das situações de trabalho.

Componentes curriculares	Mês/Turno	Carga horária	
		À distância	Presencial
Altas Habilidades/ Superdotação	Março/ M	8	8
Deficiência Auditiva	Abril/ T	8	8
Deficiência física	Maio / T	8	8
Deficiência Múltipla	Junho/ M	8	8
Deficiência Visual	Julho/ T	8	8
Deficiência Intelectual	Agosto/ M	8	8
Transtorno Espectro Autista	Setembro/T	8	8
Transtornos específicos de aprendizagem	Outubro/ M	8	8
Trabalho final do curso	Novembro	24	24
Total de horas = 176			

Quadro 2: Estrutura do CFCEE.



Figura 1: Fotos do Seminário de abertura do ano letivo de 2017 (acervo dos autores).

	1ª questão	2ª questão	3ª questão	4ª questão	5ª questão	6ª questão	7ª questão	8ª questão	9ª questão	10ª questão
1. Concordo totalmente	94%	87%	62%	13%	29%	78,7%	6%	100%	94,7%	90,7%
2. Concordo parcialmente	6%	11%	35%	31%	25%	16,7%	22%	0%	4,7%	8,7%
3. Indiferente	0%	0%	0%	1%	5%	0,6%	1%	0%	1%	0%
4. Discordo parcialmente	0%	1%	2%	17%	21%	2%	19%	0%	0%	0,6%
5. Discordo totalmente	0%	1%	1%	38%	20%	2%	53%	0%	0%	0%

Quadro 3: Distribuição em escala de Likert (1-5) das respostas ao questionário preliminar (Quadro 1). Os dados foram expressos em porcentagem do total.

RESULTADOS E ANÁLISES

O Seminário de abertura do ano letivo foi realizado na quadra da Escola Municipal Prefeito Bianor Martins Esteves e contou com a presença de profissionais da saúde e um enorme quantitativo de profissionais da educação (Figura 1).

Após a conferência foi aplicado o questionário preliminar facultativo, que contribuiu para a identificação do olhar dos professores e dos gestores escolares sobre inclusão. Foram preenchidos 150 questionários, o que foi considerado um número bastante satisfatório, a julgar pela heterogeneidade do público participante, que incluía profissionais que não eram necessariamente ligados à educação. A análise dos dados (Quadro 3) mostra que 94% concordavam totalmente com a importância da inclusão na sociedade (Q.1); 87% sabiam da existência da lei que assegura o direito das pessoas com deficiência (Q.2); 62% concordavam com o conceito de deficiência (Q.3); 45% concordavam total ou parcialmente que a pessoa com deficiência tem direito à educação assegurado apenas no nível básico, provavelmente por desconhecerem que o direito é assegurado por lei em todos os níveis educacionais (Q.4); 41% discordavam total ou parcialmente da afirmação de que a escola possui um Plano Político Pedagógico (PPP) que assegure o AEE, seja por desconhecer a sua existência ou por reconhecer que seu local de trabalho não havia elaborado tal plano (Q.5); 96% concordavam total ou parcialmente que é previsto em lei a necessidade de profissional de apoio escolar (Q.6); 28% desconhecem o fato de que a deficiência não afeta a plena capacidade civil de

concordância total ou parcial com a afirmativa (Q.7); 100% concordavam totalmente que é dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou violação aos direitos da pessoa com Deficiência (Q.8); 95% concordavam totalmente que a avaliação da Deficiência deve ser realizada por equipe multiprofissional (Q.9) e 92% concordavam

Profissionais inscritos	Quantidade (nº)	Percentual(%)
Professores	15	41,7
Professores (recursistas)	7	19,4
Orientadores	6	16,7
Psicólogos	2	5,5
Fonoaudiólogos	2	5,5
Cargos administrativos	1	2,8
Monitor	1	2,8
Educador social	1	2,8
Psicopedagoga	1	2,8
TOTAL	36	100

Quadro 4: Perfil profissional dos concluintes do CFCEE.

totalmente que o poder público é responsável pela formação de professores para o AEE (Q.10). As questões 4, 5 e 7 foram as que geraram maior variedade de respostas, o que demonstrou, mais uma vez, a importância da realização do CFCEE.

Os concluintes do curso estão organizados no Quadro 4. É possível perceber que a grande maioria destes (61,1%) eram professores de salas regulares ou de SRMs. Foram inscritos 91 interessados no CFCEE, incluindo profissionais administrativos, da saúde e da educação. Todavia, 58 interessados iniciaram o curso e, destes, 36 o concluíram. Alguns motivos dessa discrepância foram levantados nas respostas ao questionário de avaliação do curso (Quadro 5).

A análise das respostas ao questionário do Quadro 5 mostra que 100% dos participantes consideraram o curso importante para sua prática profissional, 69% nunca haviam participado de curso semelhante (dos que já haviam cursado, a maioria o havia feito há mais de 2 anos da data), 86% confirmaram que o conhecimento adquirido estava sendo utilizado no cotidiano profissional e pessoal e 77% poderiam repassar

1. *Você já participou de algum curso semelhante antes?*
 Sim Não. Em caso afirmativo, há quanto tempo?
2. *Você tem participado de todas as aulas do curso?*
 Sim
 Não. Caso sua resposta seja não, diga os motivos que provocaram suas faltas
 O(s) tema(s) não me interessa(m)
 As aulas não são interessantes
 O curso é muito longo
 Falta de tempo
 Motivo de saúde
 Não fui liberado(a) do meu trabalho
 Dificuldade de transporte
 Outro. Especifique
3. *Você considera esse curso importante para a sua prática profissional?*
 Sim
 Não Justifique sua resposta.
4. *Você tem utilizado algum conhecimento adquirido no seu cotidiano profissional e pessoal?*
 Sim
 Não Dê um exemplo
5. *Você acredita que poderia repassar a outros profissionais alguma atividade que aprendeu nesse curso?*
 Sim
 Não. Qual?
6. *Dê duas sugestões de temáticas que gostaria de ter maior conhecimento.*
7. *Você tem alguma(s) sugestão(ões) para tornar o curso mais atrativo?*
 Sim
 Não. Em caso afirmativo, cite pelo menos uma sugestão

Quadro 5: Questionário de avaliação do CFCEE.

a outros o conhecimento teórico e prático que adquiriu nesse curso. 36% afirmaram terem faltado a alguma aula e, destes, 14% tiveram problemas de saúde e 14% confessaram que o fizeram por não terem sido liberados do trabalho. Este último dado mostra que, embora o poder público assuma a importância da formação continuada, na prática cotidiana ainda existem incoerências. O tempo de duração do curso (8 meses) e a dificuldade de obtenção de liberação das atividades por parte das chefias imediatas podem ter se constituído entraves à participação. Dentre as diversas sugestões de temas a serem incluídos no curso ou para o tornarem mais atrativo, pode-se citar: ampliação da divulgação inicial; confecções de materiais, exercícios e atividades para trabalhar no dia a dia; mais atividades práticas; disponibilização de material impresso; plataforma à distância mais adequada; blog com experiências de professores e recursos utilizados; inclusão de temas como epilepsia, transtornos psíquicos, psicoterapia, neurociência, etc...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Cursos de formação continuada destinados a professores já vêm sendo desenvolvidos pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de EE, em parceria com o Programa Universidade Aberta do Brasil, ofertando cursos de formação continuada na modalidade à distância. A modalidade à distância dificulta a discussão e a reflexão coletivas dos casos vividos na realidade de cada unidade escolar, embora seja mais conveniente administrativamente pois o participante não necessita da liberação de suas atividades laborais. Na presente pesquisa, foi proposto um curso de modalidade mista, com momentos presenciais, onde os conteúdos teóricos fossem correlacionados com as situações cotidianas.

Esta pesquisa mostrou que o processo de aprendizagem no contexto da formação continuada em grupo pode ser significativo e inovador para construir um avanço na qualidade do AEE e da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. O interesse em participar do curso pode trazer a possibilidade de revisão (ou criação) dos PPPs das escolas, de uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas inclusivas e de suas posturas, uma integração entre os professores das SRMs e regulares, reflexão/discussão coletiva diante dos casos, outros entendimentos sobre educação inclusiva e o papel do professor. O curso possibilitou um espaço de compartilhamento de experiências, de apresentação das dificuldades e de discussão para resoluções dos problemas, dando significado ao novo conhecimento adquirido e permitindo uma postura ativa do professor. Até onde chega nosso conhecimento, este é o primeiro curso de formação continuada no Brasil a abranger tantas temáticas da EE de forma presencial e à distância, o que só foi possível graças à qualidade do quadro de professores e de profissionais formados pelo CMPDI/UFF.

Foi possível identificar que o município dispõe de legislação que trata da formação e atuação dos profissionais da EE e cumpre com a determinação legal em admitir profissionais com o perfil exigido para atuar nas SRMs, porém a diversidade de diagnósticos no atendimento da EE dificulta a eficácia do trabalho, ocasionando insegurança do profissional. Nesse sentido, a proposta do CFCEE trouxe contribuições. Um exemplo notado na mudança do olhar dos professores foi a identificação de 16 estudantes com AH/SD nas escolas após as aulas do 1º módulo, algo que ainda não havia sido registrado no município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

IBIAPINA, I.M.L.M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília DF: Líber Livro Editora, 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JORGE, N.M.; PEREIRA, P.S. **Formação continuada de professores de Matemática e a pesquisa colaborativa**. *Crítica Educativa*, v.3, n.2, p.159-172, 2017.

LIKERT, R. A **Technique for the Measurement of Attitudes**. *Archives of Psychology*, v.22, n.140, p.5-55, 1932.

NÓVOA, A. **Formação de Professores e Profissão Docente**. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os Professores e a Sua Formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha, 1994.

UNESCO. **Declaração de Incheon**. Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Incheon, Coréia do Sul: UNESCO, 2015.

USO DE EXPERIMENTOS DE BAIXO CUSTO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Adriana De Andrade¹, Ricardo Roberto Plaza Teixeira²

¹ Graduanda em Licenciatura em Matemática do IFSP, Câmpus Caraguatatuba, adriana-ifsp@hotmail.com.

² Doutor em Ciências pela USP e Docente de Física do IFSP, Câmpus Caraguatatuba, rteixeira@ifsp.edu.br.

RESUMO

Este trabalho investiga como o uso de experimentos científicos em atividades de extensão divulgação científica, sobretudo aqueles feitos com materiais de baixo custo, pode auxiliar na compreensão de conteúdos sistematizados pelas diferentes ciências naturais, e como a contextualização desses conceitos e princípios científicos podem motivar alunos a terem uma visão abrangente da realidade, para que consigam compreender de forma mais efetiva os conteúdos disciplinares escolares. Este trabalho contemplou a metodologia CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente) com o objetivo de ajudar no desenvolvimento de valores e da capacidade de tomada de decisão consciente na sociedade científica e tecnológica em que vivemos. Os públicos atendidos foram estudantes do ensino fundamental e médio de escolas públicas da região do Litoral Norte, em São Paulo. Os experimentos foram montados a partir da realidade dos alunos, tendo como proposta implícita instigá-los a reproduzi-los em suas residências. Concluímos que a utilização de experimentos de baixo custo em atividades de divulgação científica contribui para o aprendizado no ensino de ciências, tornando os alunos mais interessados pelo estudo dos fenômenos da natureza.

Palavras-chave: divulgação científica; ensino de ciências; oficinas de experimentos.

ABSTRACT

This work investigates how the use of scientific experiments in scientific dissemination activities, especially those made with more accessible and low cost materials, can help in the understanding of contents systematized by the different natural sciences, and how the contextualization of these scientific concepts and principles can motivate students to take a more comprehensive view of reality, so that they can more effectively understand school disciplinary content. This work contemplated the methodology STSE (Science, Technology, Society and Environment) with the objective of helping in the development of values and the capacity for conscious decision making in the scientific and technological society in which we live. The public served were elementary and middle school students from public schools in the North Coast region of São Paulo. The experiments were based on the reality of the students, with implicit proposal to instigate them to reproduce them in their residences. We conclude that the use of low cost experiments in scientific dissemination activities contributes to the learning in science teaching, making the students more interested in studying the phenomena of nature.

Keywords: scientific divulgation; science teaching; workshops of experiments.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva investigar como o uso de experimentos científicos com materiais de baixo custo, pode auxiliar na compreen-

são de conteúdos sistematizados pelas diferentes ciências naturais, e como a contextualização de conceitos, leis e teorias científicas pode motivar o aluno para que tenha uma visão mais abrangente da realidade e do universo, de modo que o ajude a compreender de forma significativa os conteúdos disciplinares escolares. A aprendizagem do aluno precisa estar alicerçada num desenvolvimento que produza uma atitude ativa e incentive a criatividade e a imaginação para que o aprendizado ocorra de modo efetivo, harmonioso e agradável (BAROLLI, 1998). Desta forma, o uso que se faz de atividades experimentais – assim como de qualquer outro recurso didático – está profundamente relacionado a elementos como os objetivos da educação científica, os processos de aprendizagem e formação de conceitos, o papel social e cultural da ciência e a formação de habilidades, competências e atitudes (SANTOS; PIASSI; FERREIRA, 2004).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com frequência encontramos em sala de aula, na educação básica, estudantes que ainda se encontram no estágio das operações concretas e que, de acordo com Piaget, ainda não conseguem ter um raciocínio abstrato que permita compreender conceitos científicos mais complexos (LOPES, 2001; AXT, GUIMARÃES, 1985). Dentro da perspectiva CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade, Ambiente), quando o aluno tem a oportunidade de aprender por meio de um experimento, a sua construção do conhecimento acerca do objeto implica o exercício da curiosidade e de sua capacidade crítica de comparar e perguntar (FREIRE, 1997).

Os experimentos com materiais de baixo custo, segundo Wisniewski (1990), apresentam as seguintes características: são simples, baratos e de fácil aquisição. Eles permitem que os alunos percebam que a ciência está em todos os lugares. De acordo com Millar (2014), no ensino das ciências naturais, é importante aprender manipulando objetos reais para observar e entender melhor a respeito das causas dos fenômenos observados, de modo que, com materiais simples, os conceitos teóricos das ciências naturais podem ser compreendidos e, até mesmo, reproduzidos em suas residências. Entretanto, para isso ocorrer da melhor forma, o professor ou divulgador científico deve ter um planejamento claro a respeito das atividades de cunho experimental que serão realizadas, a fim de buscar atingir seus objetivos educacionais, por meio das ações propostas. Ao longo das últimas décadas, pesquisadores têm enfatizado que é importante que o professor busque alternativas à ausência tão comum de laboratórios bem equipados nas escolas em que lecionam, como pela utilização de materiais de baixo custo que permitem que sejam realizados experimentos físicos nas próprias salas de aula regulares, sem a necessi-

dade de ambientes especiais, tais como laboratórios (FERREIRA, 1978).

Quando o estudante aprende de forma mecânica, o conteúdo é memorizado somente para uma prova, e depois descartado, não havendo qualquer tipo de aprendizagem significativa: *"é o caso de um estudante que aprende para evitar uma nota baixa ou uma surra, para passar de ano, para ter uma profissão mais tarde, para agradar o professor que considere simpático etc"* (LABURÚ; BARROS; KANBACH, 2016). Por outro lado, o aluno geralmente torna-se mais interessado quando manipula um experimento, e mesmo quando não aprendeu o conceito estudado, ele consegue construir concepções cognitivas conforme o fenômeno é apresentado e manipulado.

Todo ser humano é dotado de concepções construídas a partir de experiências e conflitos vividos; a aprendizagem precisa ser significativa para ter o papel de ampliar e reconfigurar o próprio conhecimento, e ser capaz de expandir-se para novos entendimentos (AUSUBEL, 2000). Assim sendo, o trabalho com experimentos manipuláveis possibilita que o aluno consiga por conta própria, desenvolver a capacidade para criar projeções teóricas, utilizando potencialidades cognitivas que são fundamentais para o processo de aprendizado: a experimentação consegue dar sentido real aos conteúdos ensinados (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017): deste ponto de vista, a experimentação não pode ser somente considerada uma estratégia metodológica de ensino, pois tem o papel de contribuir decisivamente para o desenvolvimento do pensamento científico (AMARAL, 1997).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada contempla o enfoque CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente) de modo, que a educação científica tenha como objetivo colaborar para a capacidade de decisão consciente do estudante na sociedade tecno-científica. Nas atividades de extensão de divulgação científica, constituídas de oficinas de experimentos de física com materiais de baixo custo, realizadas em 2016 e em 2017, foi feita uma pesquisa-ação quantitativa e qualitativa, com experimentos manipuláveis sobre diversos conceitos das ciências naturais, utilizando-se materiais existentes na realidade cotidiana dos alunos. Foram entrevistados 73 alunos durante as oficinas de experimentos de baixo custo, realizadas em três escolas públicas de municípios do litoral norte paulista: em Ubatuba (15 alunos), Caraguatatuba (20 alunos) e São Sebastião (38 alunos). Estas oficinas experimentais aconteceram simultaneamente com outras atividades de divulgação científica feitas por outros bolsistas do programa de extensão "Cinedebate e atividades de educação científica e cultural", desenvolvido no âmbito do câmpus de Caraguatatuba do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). A dinâmica da oficina iniciava-se pela apresentação de

experimentos e, por meio de um debate, os alunos levantavam hipóteses e analisavam os dados existentes; o conhecimento sistematizado existente a respeito do fenômeno em foco, era apresentado em momentos da oficina. Na sequência, eram exemplificadas questões práticas a respeito de conceitos físicos. O momento em que cada experimento era explorado, viabilizava didaticamente o ensino dos conceitos subjacentes de modo a favorecer a compreensão do conteúdo apresentado. Após a demonstração dos experimentos, os alunos eram separados em grupos, para que pudessem manipular os experimentos de forma concreta, fazendo um rodízio e passando por todos os experimentos, de forma a explorá-los mais sistematicamente.



FIGURA 1: Alunos que participaram em oficinas com experimentos de baixo custo.

Destacaremos aqui três experimentos de física utilizados nas oficinas e elaborados a partir de materiais de baixo custo. A experiência sobre empuxo trabalhou com o Princípio de Arquimedes, segundo o qual todo corpo mergulhado em um fluido sofre a ação de um empuxo vertical, para cima, igual ao peso do fluido deslocado; os materiais utilizados foram 1 caixa de leite longa vida, 1 quilograma de sal e 2 baldes com água. A experiência sobre o Princípio de Pascal evidencia como o acréscimo de pressão produzido num líquido em equilíbrio, transmite-se integralmente a todos os pontos deste fluido, pois quando um líquido sofre pressão, todos os pontos daquele líquido também sofrem a mesma pressão;



FIGURA 2: Experimento sobre empuxo.

os materiais utilizados foram 1 tampa de caneta, 1 pedaço de massa de modelar pequeno e 1 garrafa pet cheia de água e tampada. A experiência sobre eletromagnetismo trabalhou com um pequeno protótipo de motor elétrico e possibilitou compreender como a combinação da eletricidade com o magnetismo permite que a energia de uma corrente elétrica possa ser transformada na energia de movimento de um motor; os materiais utilizados foram 1 pilha grande, 1 ímã, 2 alfinetes, uma gominha elástica, uma bexiga comum e um fio de cobre envernizado.

RESULTADOS E ANÁLISES

Após a realização das atividades foi apresentado aos alunos presentes um pequeno questionário com perguntas para serem respondidas por eles; o número total de questionários respondidos foi de 73. Na questão 1, foi investigado se o aluno tinha dificuldades de aprender física e segundo as respostas, 45,1% deles disseram que sim, enquanto 54,9% disseram que não. Na questão 2, foi questionado se eles já haviam presenciado um experimento físico e, segundo as respostas, 32,9% dos presentes afirmaram que nunca presenciaram um experimento científico, enquanto 67,1% afirmaram que já haviam presenciado um experimento. Na questão 3, foi perguntado aos alunos, se ao verem e manipularem um experimento físico, os conceitos abordados ficavam mais compreensíveis e, segundo as respostas, 9,6% dos alunos afirmaram que não, enquanto 90,4% disseram que os conceitos se tornaram mais compreensíveis ao verem e manipularem um experimento sendo realizado.



FIGURA 3: Mesa com alguns experimentos para serem manipulados pelos alunos.

Fazendo uma análise global das respostas às questões 1, 2 e 3, se por um lado 45,1% alunos disseram ter dificuldades para aprender física, por outro lado após a manipulação do experimento, 90,4% dos alunos disseram que isto ajudou a entender melhor os conceitos envolvidos: portanto, o uso de um experimento aumentou significativamente a probabilidade da aprendizagem dos conceitos físicos abordados, de acordo com a avaliação dos próprios alunos.

Quando o aluno tem a possibilidade de aprender por meio de uma experiência, ele está vendo e experimentando o que de fato ocorre: com a ajuda do professor como intermediador com o conhecimento científico sistematizado, o aluno pode construir um aprendizado significativo.

Ensinar por meio de experimentos permite que os discentes forneçam e testem hipóteses baseadas em suas compreensões intuitivas e espontâneas sobre os fenômenos estudados; o contraponto com as explicações teóricas debatidas no momento da realização do experimento pode produzir uma compreensão científica mais sólida a respeito dos fenômenos estudados.



FIGURA 4: Alunos do ensino médio tentam entender o funcionamento de um motor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento destas atividades de extensão de divulgação científica possibilitou analisar melhor como experimentos científicos com materiais de baixo custo podem ter um efeito surpreendente para melhorar o aprendizado dos alunos da educação básica nas disciplinas das ciências naturais. Os resultados apurados também permitiram obter dados mais consistentes sobre o âmbito do aprendizado, no que se refere a apropriação do saber. Concluímos que, quando o professor ensina ciências por meio de atividades experimentais, explicando conceitos complexos e abstratos e instigando a curiosidade do aluno, este processo permite formar cidadãos estimulados a aprenderem sobre ciência durante toda a vida por diferentes processos didáticos e a adquirirem um interesse permanente pela ciência.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ivan A. Conhecimento formal, experimentação e estudo ambiental. **Ciência & Ensino**, n. 3, p. 10-15, dez. 1997.
- ANDRADE, A.; TEIXEIRA, R. R. P. **Oficinas de experimentos de baixo custo no ensino de física**. Anais do XXII Simpósio Nacional de Ensino de Física (SNEF), 2017. Disponível em: <<http://www1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xxii/sys/resumos/T0506-1.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2018.
- AUSUBEL, David Paul. **A The Acquisition and Retention of Knowledge Cognitive View**. Nova York: Springer, 2000.
- AXT, R.; GUIMARÃES, V. H. O ensino experimental de Física em escolas de nível médio: uma tentativa de viabilizá-lo. **Ciência e Cultura**, n. 37, v. 1, p. 39-45, 1985.
- BAROLLI, Elisabeth. **Reflexões sobre o trabalho dos estudantes no laboratório didático**. São Paulo: Tese de Doutorado – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.
- FERREIRA, N. Cardoso. **Proposta de laboratório para a escola brasileira** – Um ensaio sobre a instrumentalização no ensino médio de Física. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências (Modalidade Física) – Universidade de São Paulo, 1978.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LABURÚ, Carlos Eduardo; BARROS, Marcelo Alves; KANBACH, Bruno Gusmão. A relação com o saber profissional do professor de Física e o fracasso da implementação de atividades experimentais no ensino médio. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 12, n. 3, p. 305-320, 2016.
- LOPES, Gláucia. **Brincando com vetores: Uma análise das grandezas vetoriais no ensino médio**. São Paulo: Dissertação de Mestrado – Instituto de Física da Universidade de São Paulo, 2001.
- MILLAR, Robin. **The role of practical work in the teaching and learning of science**. Washington: High School Science Laboratories: Role And Vision, National Academy of Sciences, p. 7-19, 2014.
- SANTOS, Emerson Izidoro dos; PIASSI, Luís Paulo de Carvalho; FERREIRA, Norberto Cardoso. **Atividades experimentais de baixo custo como estratégia de construção da autonomia de professores de física: uma experiência em formação continuada**. Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Física. Jaboticatubas. 2004.
- WISNIEWSKI, Gerônimo. **Utilização de Materiais de Baixo Custo no Ensino de Química Conjugados aos Recursos Locais Disponíveis**. Florianópolis, SC: Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.

ANÁLISE DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DO PROJETO CASAMAR CORRELACIONADAS AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Adeildo C. Silva¹, Nájila Rejanne A. J. Cabral²

¹ Professor Titular do Departamento da Construção Civil, do Instituto Federal do Ceará, Campus Fortaleza, cabral@ifce.edu.br.

² Professora Titular do Departamento da Construção Civil, do Instituto Federal do Ceará, Campus Fortaleza, najila@ifce.edu.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as ações de extensão do Projeto Casa Maranguape (Projeto Casamar), no ano de 2017, correlacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvidas no Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Fortaleza. Para a execução deste trabalho foi utilizada a metodologia de abordagem qualitativa, em que o pesquisador participa, compreende e interpreta os eventos sociais de sua pesquisa. Foram executadas três etapas, a saber: identificação das ações de extensão, correlacionadas aos ODS, e determinação do público-alvo; elaboração do plano de trabalho; e execução das atividades (palestras e cursos de informática lúdica). Os resultados mostram que houve a participação de 32 alunos de graduação, como extensionistas, sendo 13 oriundos do IFCE, Campus Fortaleza, e 19 alunos da Universidade Federal do Ceará, por intermédio da parceria com o Projeto Rondon. As ações de extensão permitiram aos extensionistas que adotassem posturas que favorecessem o **diálogo com a comunidade, o que vai crescer** no seu aprendizado e no seu futuro exercício profissional. Para a comunidade de intervenção, os resultados apontam que houve mudanças de atitudes perante determinados assuntos, corroborando para o atendimento das metas 3.4; 4.4 e 16.10 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: ações de extensão, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Projeto Rondon, IFCE Campus Fortaleza, Projeto Casa Maranguape.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is analyzing some extension actions from Casa Maranguape Project (Casamar Project), at 2017, get along with to Sustainable Development Goals (SDG), developed at the Federal Institute of Ceará (IFCE), Campus Fortaleza. A qualitative approach methodology was used in which the researcher participates, understands and interprets the social events of his research. Three steps were carried out: identification of the extension actions, concerning ODS, and determination of the target audience; preparation of the work plan; and execution of the activities (lectures and courses of ludic computing). The results show that 32 undergraduate students participated as extension agents, 13 from the IFCE, Campus Fortaleza, and 19 students from the Federal University of Ceará, through the partnership with the Rondon Project. The extension actions allowed the extensionists to adopt positions that favor dialogue with the community, which will increase in their learning and in their future professional practice. For the community, the results show that there were changes of attitudes towards certain subjects, corroborating to the achievement of the targets 3.4; 4.4 and 16.10 from Sustainable Development Goals.

Keywords: extension actions, sustainable development goals, Rondon Project, IFCE Campus Fortaleza, Casamar Project.

INTRODUÇÃO

A extensão é parte integrante das atividades do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Desde 2004, após o Convênio nº 001/2004 SEMADE, celebrado entre o IFCE (à época Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará) e a prefeitura de Maranguape/CE, houve a implantação do Projeto Casa Maranguape (Projeto Casamar).

Apesar de ter o nome de Projeto Casamar, este se configura como um programa de extensão, considerando sua natureza e o tempo em que, efetivamente, vem sendo desenvolvido (ao longo de quatorze anos).

Várias ações de extensão e projetos de curta duração foram implementados, durante todo o período de existência do programa, que abordam as temáticas relacionadas à inclusão socioambiental, à educação ambiental, à saúde ambiental e à transferência de tecnologias construtivas.

Alunos (de diferentes cursos e de diferentes modalidades de ensino), professores e servidores se envolvem nas diversas ações de extensão implementadas, a cada semestre, numa comunidade, localizada em Maranguape/CE.

As ações de extensão do Projeto Casamar permitem auxiliar a demanda social existente na Comunidade Villares da Serra, local de execução de mencionado projeto, por meio de práticas e medidas que melhorem a qualidade de vida e permitam a inclusão socioambiental. As ações e projetos de extensão, no âmbito do Projeto Casamar, priorizam as demandas com a interface da Agenda 2030.

Este trabalho objetiva analisar as ações de extensão desenvolvidas, em 2017, dentro do Projeto Casamar, com relação à adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Projeto Casamar tem a finalidade de contribuir para as políticas públicas voltadas à melhoria de qualidade de vida, por meio de ações que envolvam as questões ambientais (inclusive de saúde humana), bem como ações que visem promover o desenvolvimento regional e local, a exemplo da inclusão digital, da implementação de bibliotecas e de hortas comunitárias, dentre outros.

Situado no município de Maranguape/CE, mais especificamente na Comunidade Villares da Serra, o Projeto Casamar conta com uma infraestrutura física que permite o desenvolvimento das atividades de extensão. Próximo ao espaço físico do Projeto Casamar, encontra-se, também, uma escola pública, o Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC), onde algumas atividades do Projeto são realizadas.

Os projetos e ações de extensão procuraram, sempre, estar em consonância com as necessidades da comunidade, com o atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e com os Ob-

jetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Brasil (2017) informa que os ODS foram construídos, de forma participativa, tendo como base a experiência dos ODM, responsável pelos avanços na promoção do desenvolvimento humano, entre 2000 e 2015. Os ODS se constituem na Agenda 2030, que deve ter a interlocução com os diferentes setores da sociedade, incluindo a participação da sociedade civil. Autores como Biermann et al (2017); Hák et al (2016) e Menezes (2018) relatam sobre a importância das metas como estratégia chave e do potencial que os ODS têm em todos os seguimentos da sociedade civil; mas defendem a existência de um ambiente seguro, inclusive por meio de indicadores, para a efetiva implementação da Agenda 2030.

Com relação aos ODS, a partir de 2015, o projeto Casamar tem sua ênfase em três deles: o ODS 3, que favorece assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; o ODS 4, que procura assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; e o ODS 16, que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável. Essa convergência cumpre observar a contribuição do projeto de extensão às estratégias da Agenda 2030.

A Comunidade Villares da Serra congrega cerca de 800 crianças, adolescentes, jovens, idosos, homens e mulheres; sendo este o público-alvo das intervenções de extensão em diferentes semestres, com distintas abordagens e que tem como extensionistas professores, servidores e alunos oriundos dos cursos de graduação e de pós-graduação do IFCE, Campus Fortaleza.

Temas como educação ambiental, reaproveitamento de resíduos sólidos, transferência de tecnologia de elementos construtivos e questões relativas ao saneamento ambiental, em áreas urbana e rural, foram algumas das agendas discutidas ao longo dos quatorze anos de existência do Projeto Casamar. A respeito das ações de educação ambiental, Cabral e Silva (2016) indicam que este é um mecanismo importante de transformação de atitudes no sentido de reorientar caminhos em direção ao desenvolvimento sustentável.

Os temas que o Projeto Casamar aborda em suas ações de extensão concorrem com os compromissos firmados pelo Brasil junto a Organização das Nações Unidas, no sentido de que todas as pessoas devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar as oportunidades e participar plenamente da sociedade (ONU, 2015).

METODOLOGIA

Este trabalho se utiliza de uma abordagem qualitativa, por meio da análise das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Casamar, no ano de 2017. De

acordo com Minayo (2004), na abordagem qualitativa, o pesquisador participa, compreende e interpreta os eventos sociais de sua pesquisa.

Há de se destacar que o calendário no IFCE, Campus Fortaleza, estava defasado, em virtude de uma greve federal anterior. Assim, o semestre 2016.2, no qual aconteceram as atividades analisadas neste artigo, iniciou em outubro/2016 e finalizou em março/2017.

O desenvolvimento do trabalho compreendeu três fases distintas. A primeira delas foi a realização de encontros com alunos da disciplina Projetos Sociais, de cursos de graduação, do IFCE, Campus Fortaleza. Essa etapa foi fundamental, no sentido de permitir a troca de informações a respeito da demanda da Comunidade Villares da Serra, para a identificação de quais seriam as ações de extensão necessárias na comunidade, correlacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os encontros, presenciais, aconteceram entre outubro e novembro de 2016, com a abordagem de temas específicos como: as dimensões de sustentabilidade para Educação Ambiental, saúde ambiental, saúde coletiva, inclusão social, inclusão digital, dentre outros. Nessa etapa foram determinados os públicos-alvo, no âmbito da Comunidade Villares da Serra.

Posteriormente, a segunda etapa se constituiu na concepção dos planos de trabalho a serem executados como objetos de intervenção no semestre 2016.2. Mencionados planos de trabalho foram elaborados, em conjunto, com o professor responsável pela disciplina Projeto Social, no período de dezembro/2016 a fevereiro/2017. Essa etapa contou, ainda, com a participação e a colaboração dos alunos do Projeto Rondon, da Universidade Federal do Ceará (UFC); alunos estes oriundos dos cursos de graduação em Odontologia, Enfermagem, Medicina e Educação Física.

A terceira etapa foi a realização das atividades de extensão, a saber: 1) palestras, no total de seis, para o público-alvo de adultos e idosos; e 2) informática lúdica, no total de seis cursos de curta duração, para o público-alvo de crianças, com faixa etária entre 8 e 13 anos. A execução da terceira etapa ocorreu em 10 de março de 2017, na Comunidade Villares da Serra, sendo parte das atividades desenvolvidas no CAIC.

Os recursos financeiros investidos na execução das ações de extensão foram oriundos de fonte própria. Sob a supervisão do professor responsável, o transporte dos alunos extensionistas para o local de execução das ações (do IFCE Campus Fortaleza para a Comunidade Villares da Serra em Maranguape/CE), foi feita em veículo do IFCE, Campus Fortaleza.

RESULTADOS E ANÁLISES

Foram, ao todo, 32 alunos de graduação (oriundos do IFCE e da UFC) envolvidos como extensionistas, os quais foram os promotores e protagonistas das

ações de extensão, com a supervisão do professor responsável pela disciplina Projetos Sociais, no semestre 2016.2, junto à Comunidade Villares da Serra.

Conforme o plano de trabalho, elaborado na segunda etapa do processo, houve a especificação das seguintes palestras, com a temática saúde coletiva:

- Cuidados básicos para o adulto e o idoso;
- Problemas de saúde;
- Instruções de acompanhamento para o tratamento de doenças;
- Verificação de pressão e de glicemia;
- Cuidados e Orientações com prótese, higiene oral e autoexame de boca na prevenção do câncer;
- Educação Física: atividade de alongamento e avaliação de risco.

As palestras com a temática saúde coletiva foram realizadas pelos alunos de Graduação em Odontologia/UFC (no total de 8 alunos), do curso de Enfermagem/UFC (no total de 5 alunos), do curso de Medicina/UFC (no total de 3 alunos) e do curso de Educação Física/UFC (no total de 3 alunos), com a supervisão de um responsável pelo Projeto Rondon e de um responsável do IFCE. A Figura 1 traz um mosaico de fotos com algumas atividades de extensão.



FIGURA 1. Atividades de extensão, desenvolvidas no Projeto Casamar, em março/2017. À esquerda, cuidados e orientações com higiene oral. À direita, verificação de pressão e de glicemia (Foto: Projeto Casamar, 2017).

Segundo o plano de trabalho, com relação à Informática Lúdica, em que o objetivo maior era o ensino de computação sem o uso de computadores, foram realizadas as seguintes intervenções:

- Contando os pontos: números binários;
- Colorindo com os números: representação de imagens;
- O mais leve e o mais pesado: algoritmos de ordenação;
- Seja o mais rápido! – redes de interação;
- O jogo da laranja: roteamento e bloqueio nas redes;
- Seguindo instruções – linguagens de programação.

As intervenções da atividade de Informática Lúdica foram realizadas com a tutoria de 13 alunos do curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental, do IFCE, Campus Fortaleza, com a supervisão de dois responsáveis. A Figura 2 traz mostra uma das palestras da Informática Lúdica.



FIGURA 2. Atividade de extensão (palestra em Informática Lúdica), desenvolvida no Projeto Casamar, em março/2017. (Foto: Projeto Casamar, 2017).

É possível comparar os resultados aqui alcançados com os resultados do projeto de extensão de outras instituições de ensino correlacionados aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, a exemplo do que relatam Passos; Lohn (2016) que ao conhecer sobre os ODMs; atuar com o movimento Nós Podemos Santa Catarina; ter o contato com as organizações dos três setores e com pessoas de níveis socioeconômico, intelectual e cultural diferentes, isso possibilitou nova visão em relação do papel de cada um como cidadãos.

Outro projeto de extensão no âmbito universitário cujos resultados podem ser comparados aos aqui destacados é o de Menezes; Minillo (2016) cujas atividades permitiram a divulgação da agenda 2030, a capacitação de grupos focais e a formação de multiplicadores junto a setor privado.

Com relação às metas dos ODS, as ações de extensão desenvolvidas no Projeto Casamar, em cooperação com o Projeto Rondon, vão ao encontro do que está disposto na meta 3.4, do ODS 3, que fala em reduzir, até 2030, um terço a mortalidade prematura por doenças transmissíveis, via prevenção e tratamento; e promover a saúde e o bem-estar.

As ações realizadas no semestre 2016.2 do Projeto Casamar, cujo público-alvo foram as crianças, corroboram com o disposto na meta 4.4, do ODS 4, que diz textualmente para, até 2030, aumentar o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

As atividades realizadas no Projeto Casamar atendem também ao disposto na meta 16.10, do ODS 16, que assegura o acesso público à informação e protege liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e com os acordos internacionais.

Entende-se que a participação dos alunos, como extensionistas, permitiu que estes adotassem posturas institucionais que favoreceram o diálogo com a comunidade, o que vai crescer no seu aprendizado e no seu futuro exercício profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade social pode fornecer elementos importantes para serem trabalhados em projetos de extensão. A intervenção, por meio de ações de extensões, pode modificar ou conferir melhorias ao comportamento humano e mudanças de atitudes perante determinados assuntos, como o de saúde coletiva.

Apesar dos reduzidos recursos financeiros investidos nas ações de extensão, o Projeto Casamar contribuiu, mesmo de maneira limitada, para a transformação da realidade da Comunidade Villares da Serra, para o que se deseja de um mundo em bases sustentáveis. Isso é perceptível quando se observam os relatos dos participantes que expressam sua alegria, suas lembranças em terem participado do projeto e dos membros da comunidade que expressam sua gratidão pela execução das atividades ao longo dos anos, conforme Cabral (2013) e Projeto Casa Maranguape (2018)

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Secretaria de Governo da Presidência da República/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2017.

BIERMANN, Frank; KANIE, Norichika; KIM, Rakhyun E. **Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals**. *Current Opinion in Environmental Sustainability*. V. 26-27:26-31, 2017.

HÁK, Tomás; JANOUSKOVÁ, Svatava; MOLDAN, Bedrich. **Sustainable Development Goals: A need for relevant indicators**. *Ecological Indicators*. V. 60: 565-573, 2016.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião; SILVA, Adeildo Cabral. **A Educação Ambiental como instrumento de sustentabilidade: o caso do Ceará**. In: VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima et al (org). *Educação Ambiental – da teoria à prática*. Recife: Editora Imprima, 2016.

CABRAL, Nájila. **Pesquisador mexicano visita projeto cearense**. Disponível em <http://tribuna-doceara.uol.com.br/blogs/blog-verde>. (Acesso em 06/09/2018).

MENEZES, Patrícia M. (org). **Relatório Final do 3º Encontro Nacional da Rede ODS Brasil**. Brasília: 2018. (Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3249>).

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PASSOS, Ana Paula Pereira dos; LOHN, Vanderléia Martins. **Projeto de Extensão Univali - 8 Jeitos de Mudar o Mundo**. *Cataventos*. Ano 8, n. 1:269-285, 2016.

PROJETO CASA MARANGUAPE. Disponível em (<http://projetocasamaranguape.blogspot.com/?m=1>) (Acesso em 06/09/2018).

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU Headquarters, 2015.

MEDIAÇÃO POPULAR E ORIENTAÇÃO SOBRE DIREITOS NA PERIFERIA DE FEIRA DE SANTANA-BA: UM PLANO NA ROTA DA EMANCIPAÇÃO CIDADÃ E DA GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA

Douglas Silva Navarro¹; Orientadora: Vanessa Mascarenhas Lima²

¹ Graduando em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana-BA; bolsista PIBEX do Projeto de Extensão Mediação Popular e Orientação Sobre Direito; d.s_navarro@hotmail.com.

² Professora substituta da Universidade Estadual de Feira de Santana; mestre em gestão de políticas públicas e segurança social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; nessa.mascarenhas@gmail.com.

RESUMO

este trabalho busca entender como o projeto extensionista Mediação Popular e Orientação Sobre Direitos, focalizados os esforços desenvolvidos no ano de 2017, trilhando o caminho da mediação popular, pode servir como instrumento eficaz na busca do fundamental acesso à justiça material e da construção de pilares emancipatórios, atendendo à população de baixa renda do Bairro Irmã Dulce e arredores, em Feira de Santana-BA, a partir da concepção de mediação popular como processo transversal e multidisciplinar, fortalecedor do empoderamento dos setores vulneráveis, através do investimento nas formas de diálogo e no combate às desigualdades existentes.

Palavras-chave: mediação popular; emancipação; empoderamento; justiça.

ABSTRACT

this article looks fo understand as the extension project Popular Mediation and Rights Orientation, focusing the efforts developed in the year of 2017, treading the way of the popular mediation, can serve as an efficient instrument in the search of the basic access to the material justice and the construction of emancipatory pillars, focusing on the low income population of the district Irmã Dulce and neighborhoods, in Feira de Santana-BA, from the conception of popular mediation as a transversal and multidisciplinary process, fortifying of the empowerment of the vulnerable sectors, through the investment in the forms of dialogue and in combating existing inequalities.

Keywords: popular mediation; emancipation; empowerment; justice.

INTRODUÇÃO

Os seres humanos são seres historicamente conflituosos e se movimentam no espaço em busca da satisfação de suas necessidades - que não se resumem exclusivamente à sobrevivência, mas se entrelaçam com questões de ordem política, social, cultural e econômica, gerando conflitos/situações problemas em âmbitos interpessoais e/ou coletivos¹.

Neste cenário destacam-se diversas formas históricas de resolução das diferenças contrapostas, indo desde a autodefesa, busca da solução da lide através de suas próprias forças e meios - não permitida, em regra, pelo ordenamento jurídico vigente - até a heterocomposição estatal, quando o Estado se torna o único competente para aplicar sanções através da jurisdição; passando pelas formas de autocomposição. Aqui se pode sublinhar a mediação que, segundo o CNJ, se molda como uma forma de resolução na qual uma terceira pessoa, neutra e imparcial, facilita o diálogo entre as partes, para que elas, com autonomia e solidariedade, construam a melhor solução possível para o conflito.

¹ CAPPI, 2009, p. 28.

A Constituição Federal deflagra em seu bojo que a assistência aos desamparados traduz-se num direito social (Art. 6º). Além de que: “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (art. 3º, I, IV)².

O fato é que mesmo havendo uma miríade de conquistas no campo dos direitos desde a promulgação da Carta Magna de 1988, a sociedade brasileira continua marcada por uma forte desigualdade social que funda os pilares de sua democracia. Somem-se a isso as escassas e pouco efetivas políticas públicas sociais, que acabam corroborando com a manutenção das desigualdades, e esta incapacidade de resolução efetiva dos problemas sociais engendra uma cultura de insatisfação e resignação.

Desta forma, este trabalho busca entender como o Projeto Mediação Popular e Orientação sobre Direitos, focalizando os esforços desenvolvidos no ano de 2017, pode corroborar a mediação popular e servir como instrumento eficaz na busca do fundamental acesso à justiça material e da construção de pilares emancipatórios, tendo como partícipe a população de baixa renda do Bairro Irmã Dulce e arredores, em Feira de Santana-BA, a partir da concepção de mediação popular como processo transversal e multidisciplinar fortalecedor do empoderamento dos setores vulneráveis, através do investimento nas formas de diálogo entre os interlocutores das possíveis relações sociais.

MEDIAÇÃO POPULAR: PENSAMENTOS NO FUTURO, AÇÕES NO PRESENTE



Figura 1: logotipo do projeto Mediação popular e Orientação Sobre Direitos.

² BRASIL, 1988.

Figura 2: Oficina sobre Direito de família organizada em 2017 e concretizada em 07/03/2018.

A pesquisa aqui montada faz resplandecer o conjunto de ações do Projeto Mediação Popular e Orientação Sobre Direitos executadas durante o ano de 2017. O referido programa se configura como uma ação extensionista fecundada na parceria entre a Universidade Estadual de Feira de Santana e o JUSPOPULI, possuindo duas linhas principais de atuação: a mediação e as ações educativas de orientação sobre direitos. Salienta-se também que o trabalho é desenvolvido por uma equipe composta por uma mediadora comunitária, coordenação vinculada à UEFS e oito estudantes, entre bolsistas e voluntários.

O atendimento realizado nos escritórios de mediação parte do entendimento de que o acesso à justiça é pressuposto e garantia dos demais direitos – à saúde, à educação, ao trabalho, à segurança, à participação política etc. – e passa, inicialmente, pela difusão do conhecimento, afinal, a emancipação social e o conhecimento concreto sobre os direitos inerentes a cada cidadão só são possíveis através de uma verdadeira ação educativa que se ponha não só como orientadora, mas como partícipe da construção de uma sociedade mais harmônica e menos desigual.



Figura 3: Oficina Pública Sobre Direito de Família. Fonte: autoria própria.



Figura 4: espaço onde acontecem as mediações/orientações. Fonte: autoria própria.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação utilizada nesta pesquisa passa por análises que vão desde as concepções de Warat sobre cidadania, participação social e pluralismo jurídico até as críticas de Santos quanto ao monopólio da produção e da distribuição do direito pelo Estado, co-tejadas com as análises de Cappelletti e Garth no que concerne ao acesso à justiça, e com as percepções analíticas de autores como Nascimento, Grunwald e Cappi sobre direito e mediação comunitária/popular. Tem-se, assim, como espeque, as problematizações e discussões crítico-filosóficas sobre o Direito, a pluralidade jurídica e os novos horizontes abertos pelas, cada vez mais novas, práticas de convivência humana, de autonomia social e de enfrentamento ao aparato repressor estatal, percebendo como a mediação popular se firma neste debate.

Destarte, pertinente se faz analisar a mediação popular aqui proposta, evidenciando seu caráter de forma alternativa de resolução de conflitos e esquadrinhando sua proposta sob uma perspectiva de transformação e emancipação individual e coletiva, (re)construindo simbolicamente a disputa a partir do trabalho de reflexão dos indivíduos envolvidos, de modo a favorecer saídas mais compensatórias e caminhos mais harmônicos, construindo “uma forma ecológica de resolução dos conflitos sociais e ju-

rídicos; uma forma na qual o intuito de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada de uma sanção legal”³.

Vale destacar outro fator fundamental na construção de uma mediação transformadora, que é o caracterizador *Popular* – também denominado de Comunitária ou Social. Essa denominação surge de uma demanda social por democratização da justiça, acumulando esforços para que administração pública e sociedade civil criem núcleos de mediação, fora do tecnicismo legal, capacitando pessoas da *própria comunidade* para exercerem o papel de mediador, tendo por finalidade a harmonização das comunidades mais pobres, ampliando seu acesso à justiça, numa perspectiva pensada e construída pela comunidade para atender os seus fins.

Nesta perspectiva, segundo Warat:

As práticas sociais de mediação se configuram num instrumento de exercício da cidadania, na medida em que educam, facilitam e ajudam a produzir diferenças e a realizar tomadas de decisões sem a intervenção de terceiros que decidem pelos afetados por um conflito. Falar de autonomia, de democracia e de cidadania é se ocupar da capacidade das pessoas para se autodeterminarem em relação a si e com os outros; autodeterminarem-se na produção da diferença (produção do tempo com o outro). (WARAT, 1998, apud GRUNWALD, 2004).

METODOLOGIA

Evidenciados a natureza e o objeto da pesquisa, é pertinente dizer que fora realizado um levantamento teórico sobre o tema Mediação Popular e os assuntos que circumperecorrem-o, tentando perceber em que ponto a prática da mediação desenvolvida pelo projeto estudado pode contribuir para a afirmação do acesso à justiça e para a emancipação de sujeitos situados longe das esferas centrais de poder, focalizando os moradores e moradoras do bairro irmã Dulce

3 WARAT, 1998, apud BEZERRA, 2013.

e arredores em Feira de Santana-BA. Num segundo momento, no intuito de marcar o nível de abrangência das ações do Projeto em voga, focou-se nas análises documentais construídas no próprio escritório de mediação, tentando perceber quais parcelas da população são mais vulneráveis e quais são mais atendidas pelo projeto, mapeando onde essas parcelas são encontradas na cartografia feirense, tanto em relação à localização por bairro, quanto por sexo, raça/cor/etnia, renda, situação de trabalho e escolaridade.

Cabe sublinhar que o material documental recolhido data do ano de 2017, em sua integralidade, e foi construído sessão por sessão durante este período, abrangendo o total de 19 bairros, 192 atendidos e 340 beneficiários, em 220 procedimentos, que vão desde a orientação sobre um direito não conhecido até um processo de mediação, passando por dezenas de encaminhamentos ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Cras, ao SAC, ao INSS e etc.

RESULTADOS E ANÁLISES

Mostra-se evidente que a prática social da mediação e orientação para ao direito educa, instiga e propicia que os cidadãos/cidadãs tomem suas próprias decisões frente a uma situação problema, entendendo que eles, estando tanto como autores quanto como pacientes da ação, têm a responsabilidade de dar caminhos harmônicos e viáveis ao acontecido. Esta prática se evidencia como um imprescindível instrumento para a consecução da cidadania, do acesso à justiça e da pacificação social, impreterivelmente em sua configuração comunitária, social ou popular.

Aqui vale destacar que foi analisado um material cadastral de pouco mais de duzentas amostras de informação sobre 192 atendimentos, de 2017, fazendo chegar aos seguintes gráficos:

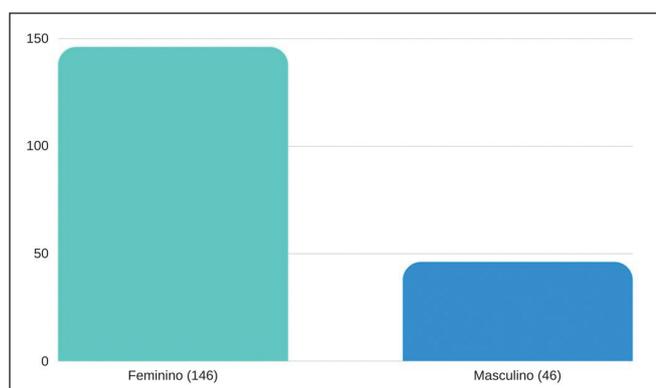


Gráfico 1: quantidade de pessoas do sexo feminino e masculino atendidas pelo projeto.

Do total de 192, 146 pessoas (76%) pertencem ao sexo feminino, em contraste com 46 pessoas (24%) que integram o sexo masculino. Pôde-se notar que o número de atendidas é composto majoritariamente por mulheres, chegando a evidenciar mais que o triplo de homens atendidos.

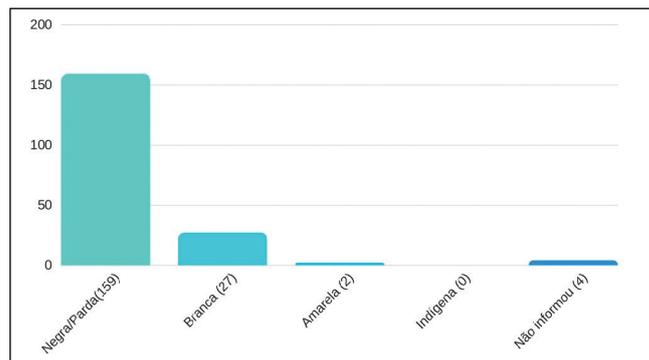


Gráfico 2: quantidade de pessoas por raça/cor/etnia atendidas pelo projeto.

Nesta mesma perspectiva, há outro contraste que chama atenção: baseando-se na autodeclaração, dentre todas as possibilidades, pôde-se notar que das 192 pessoas atendidas, 159 (83%) se declararam negras/pardas, uma gritante diferença se comparada à categoria de pessoas que se declararam brancas (14%) ou amarelas (1%).

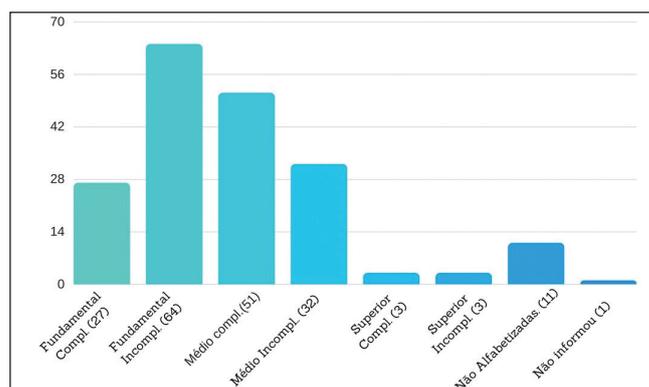


Gráfico 3: quantidade de pessoas por escolaridade atendidas pelo projeto.

Quanto à escolaridade dos atendidos, pode-se notar visualmente que os indivíduos estão situados predominantemente nos ensinos fundamentais e médios, sejam eles completos ou não, com maior destaque para o fundamental incompleto, com 64 pessoas (33%). Mas o que é de saltar aos olhos é que do total de 192 pessoas, 185 (97%), nem chegaram a acessar o ensino superior, contando com apenas uma pessoa que não informou.

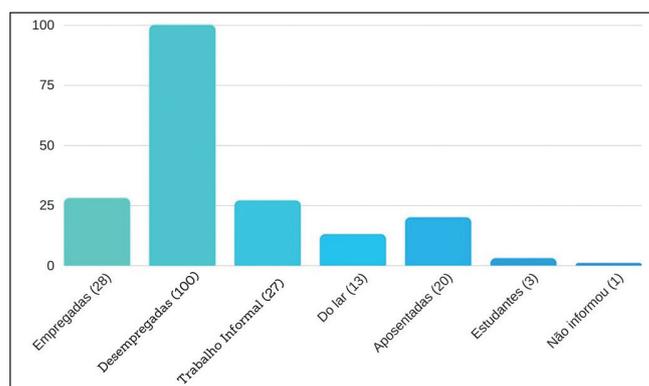


Gráfico 4: quantidade de pessoas por situação de trabalho atendidas pelo projeto.

Já no que concerne à situação de trabalho, destaca-se a condição de desemprego que predomina entre os assistidos. São 100 pessoas (52%) dentre as 192. Quanto a quem recebe alguma renda, encontram-se empregados (15%), trabalhadores informais (14%) e aposentados (10%). Contudo salienta-se que quanto à categoria “do lar” pôde-se perceber que muitas vezes os trabalhos informais e os chamados “bicos” são conjugados com o trabalho doméstico, ficando este como uma categoria apagada, menos importante ou até mesmo como uma “pura e simples” obrigação, o que pode caracterizar uma cifra oculta do trabalho doméstico.

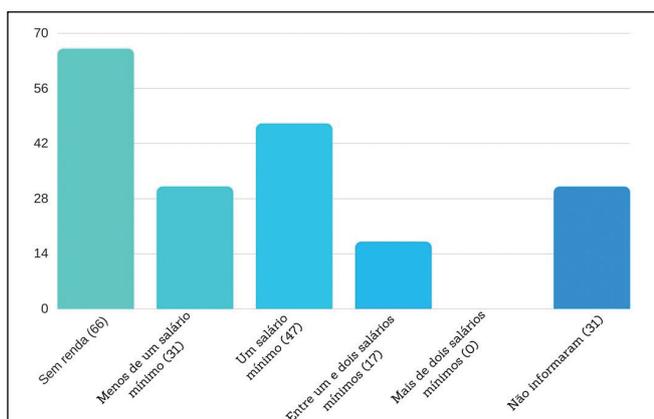


Gráfico 5: quantidade de pessoas por renda mensal atendidas pelo projeto.

Quanto à renda das pessoas atendidas, percebeu-se que nenhuma declarou obter mais de dois salários mínimos mensais e grande parte declarou ganhar um salário mínimo mensal (24%), menos de um salário (16%) ou renda nenhuma (34%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão percebeu-se que a maior parte das pessoas atendidas é formada por mulheres (76%), negras ou pardas (83%), que não tiveram acesso ao nível superior de ensino (97%) – muitas vezes não passando do ensino fundamental completo (34%) – desempregadas (52%) muitas vezes conjugando “bicos” diversos com trabalhos domésticos e trabalhos informais (21%) e sem renda mensal, abaixo do mínimo para a sobrevivência (16%).

Pôde-se perceber que a Mediação Popular de Conflitos apresenta um valor democrático imbricado a si. Isso porque focaliza suas ações onde o poder estatal se mostra mais negligente e letal, nas comunidades mais afastadas do centro do poder urbano,

possibilitando a ativa e eficaz participação/reflexão dialógica e igualitária dos indivíduos em sociedade, na busca da satisfação de seus conflitos, dando-lhe nova significação.

É através da difusão de conhecimentos jurídicos, e do encaminhamento dos atendidos aos órgãos competentes para buscarem seus direitos, que o projeto em análise, em seu horizonte de emancipação democrática, guarda fortes laços com a construção da cidadania de viés transformador, em um prisma Waratiano, estruturando pontes entre o cidadão e o fundamental acesso à justiça material, influenciando na redução das disparidades sociais e a fomentação de uma sociedade harmônica e igualitária e estruturando pilares ao desenvolvimento de relações sociais compatíveis com os princípios e normas de direitos humanos, sobretudo com o estímulo de práticas transformadoras de conflitos e efetivamente preventivas de violência.

Desta forma, advoga-se pela implementação da Mediação Comunitária como instrumento apto, num complexo fluxo de inter-relações sociais, a viabilizar tanto o diálogo, quanto a responsabilidade e a participação da comunidade na solução dos seus conflitos, criando caminhos alternativos e eficazes na busca pela justiça, através do empoderamento e da autonomia populares, saltando trincheiras na busca pela redução das desigualdades presentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Tássio Túlio Braz. **A mediação e a construção da cidadania: uma análise da experiência do Juspopuli em Feira de Santana-Ba.**

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

CAPPI, Ricardo. Mediação e prevenção da violência. In: VELOSO, Marília Lomanto; AMORIM, Simone; LEONELLI, Vera (Org.). **Mediação Popular: uma alternativa para a construção da justiça.** 1. ed. Salvador: 2009, p.27-35.

GRUNWALD, Astrid Brettas. **A mediação como forma efetiva de pacificação social no Estado Democrático de Direito.** Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 289, 22 abr. 2004.

REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM UMA CIDADE DE PEQUENO PORTE

Fernando Yoití Obana¹, Lucas Kriesel Sperotto², Max Robert Marinho³, Raiane Talissa Dos Santos⁴

¹ Professor Adjunto, UNEMAT, Câmpus de Alto Araguaia – MT, obana@unemat.br

² Professor Assistente, UNEMAT, Câmpus de Alto Araguaia – MT, sperotto@unemat.br

³ Professor Assistente, UNEMAT, Câmpus de Alto Araguaia – MT, max.marinho@unemat.br@gmail.com

⁴Graduanda em Ciência da Computação, Bolsista FAPEMAT, UNEMAT, Câmpus de Alto Araguaia – MT, raiane1403@gmail.com

RESUMO

A quantidade de lixo produzido é cada vez maior, a população está descartando com muita facilidade tudo que adquire, um exemplo disso é a quantidade de resíduo eletrônico que está sendo descartado e na maioria dos casos, de maneira incorreta. Desse modo, dar um destino correto e promover o reaproveitamento de parte desse material, além de colaborar com o meio ambiente, também colaborará para que máquinas que antes seriam descartadas de forma incorreta beneficiem a comunidade acadêmica e externa. O projeto Reutilização e Reciclagem de Equipamentos de Informática (PRREI) em execução desde julho de 2015 recolhe e recebe materiais de informática que seriam descartados de maneira incorreta, faz uma avaliação do estado deste material e o reaproveita quando possível. Quando a reutilização é possível, o dispositivo é destinado aos Laboratórios da UNEMAT ou para a comunidade externa. Quando a reutilização não é possível é feito o a reciclagem, reaproveitando peças em boas condições de uso, ou o descarte correto, beneficiando o meio ambiente. Como resultados tem-se a reutilização de roteadores e computadores para a construção do Laboratório de Hardware e do Laboratório de Redes no campus, aparelhamento do Laboratório de Eletrônica e doação de equipamentos funcionais para a comunidade externa.

Palavras-chave: computador, reutilização, reciclagem, doação, meio ambiente.

ABSTRACT

The amount of garbage produced is increasing, the population is very easily discarding everything they get, an example is the amount of electronic waste that is being discarded and, in most cases, incorrectly. In this way, to give a correct destination and to promote the reutilization of part of this material, besides collaborating with the environment, will also collaborate so that machines that would be discarded in an incorrect way benefit the academic and external community. The Reutilization and Recycling of Informatics Equipment (PRRIE) project, which has been in execution since July 2015, collects and receives informatics materials that would be incorrectly discarded, evaluates the state of this material and re-uses it when possible. When re-use is possible, the device is intended for UNEMAT Laboratories or for the external community. When reuse is not possible the recycling is done, reusing parts in good use conditions, or the correct disposal, benefiting the environment. As a result we have the reuse of routers and computers for the construction of the Hardware Laboratory and the Laboratory of Networks in the campus, supply the Electronic Laboratory and donation of functional equipment for the external community.

Keywords: computer, reuse, recycling, donation, environment.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas mundiais é o aumento exponencial do lixo produzido pelos seres humanos. O que fazer com o lixo tem causado preocupação não só nas grandes metrópoles, mas também em cidades de pequeno porte. A maioria das pequenas cidades do Brasil não possuem aterros sanitários em conformidade com a legislação, e o lixo acaba sendo depositado em “lixões” sem que haja a correta prevenção contra a contaminação do meio ambiente. Em particular, o resíduo eletrônico é um problema maior ainda por ser de difícil decomposição e liberar no meio ambiente substâncias altamente tóxicas.

Em países como Japão a reciclagem deste tipo de resíduo chega a quase 99% (NALINI, 2016). Em alguns grandes centros brasileiros já existem empresas que proporcionam a destinação correta dos materiais eletrônicos e de informática sem que haja contaminação do ambiente natural. Já em pequenas cidades, aparentemente, devido à pequena quantidade de material coletado, essa atividade não é economicamente viável e todo o resíduo eletrônico produzido nessas cidades não recebem a destinação correta, e são encaminhados para os “lixões”.

Em cidades de pequeno porte a reciclagem e a reutilização destes tipos de resíduos aparecem como soluções para descarte incorreto. Plástico, borracha, vidro e metal já são amplamente reciclados e/ou reutilizados. Metais como o alumínio e o vidro são 100% recicláveis.

A reutilização ou a reciclagem de materiais eletrônicos e de informática necessitam de mão de obra especializada. O resíduo eletrônico, se não for corretamente manuseado, é altamente nocivo para o ambiente natural, para os animais e para o ser humano. Dessa forma é importante uma organização entre os gestores de todos os âmbitos para que seja dada a destinação correta para o resíduo eletrônico através da reciclagem e da reutilização destes materiais.

A reutilização de computadores acontece quando se utiliza um computador obsoleto (funcional) ou peças provenientes do desmonte, ainda em condições de uso, de computadores não funcionais para a construção de um novo computador em condições de uso.

A reciclagem é o desmonte ou desmanche e reaproveitamento de peças sem condições de uso em outros fins. Computadores possuem partes de metal e plástico que são facilmente reciclados, o maior problema são as placas de circuito impresso (PCIs) que possuem em sua composição diversos metais pesados e tóxicos, como chumbo, cobre, cádmio e níquel. Mas também estão presentes metais preciosos, como ouro, prata e a platina, além de haver terras raras (elementos raros na crosta terrestre).

O Projeto Reutilização e Reciclagem de Equipamentos de Informática preenche a lacuna existente entre comunidade, poder público e empre-

sas, na cidade de pequeno porte de Alto Araguaia, ao sudeste do estado de Mato Grosso, fronteira com o estado de Goiás, para que materiais eletro-eletrônicos sejam reutilizados, reciclados e seus restos recebam a destinação correta, sem contaminar o ambiente natural.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O resíduo eletrônico, quando descartado de forma incorreta contamina o meio ambiente. Esta contaminação se dá devido a presença de metais pesados tóxicos na composição destes equipamentos. Dentre estes metais, os mais comumente encontrados são o mercúrio, berílio e chumbo. Soma-se a estes metais diversos componentes químicos. Quando o descarte incorreto ocorre, estes materiais contaminam o solo e os lençóis freáticos. A incineração destes materiais libera toxinas perigosas no ar. Assim, o descarte correto é de extrema importância não só para o meio ambiente, mas também para a saúde humana.

Cerca de 5% de todo o lixo produzido pela humanidade é eletrônico. São em média 50 milhões de toneladas de resíduos desta espécie, jogadas fora anualmente (“CEMPRE”, 2014).

Segundo o site *StEP E-waste World Map - Overview World - STEP* (2018), os EUA foram os que mais geraram resíduos eletrônicos em 2014: foram 7,072 milhões de toneladas, ou 22,1 kg por habitante. No mesmo período, o Brasil produziu 1,412 milhões de toneladas de resíduos eletrônicos, ou 7 kg por habitante.

Em 2010 estimava-se que a média de resíduo eletrônico gerado por habitante no Brasil seria de 2,6 kg por habitante (ANDRADE; FONSECA; MATTOS, 2010). A comparação com os dados de 2014 demonstra o rápido crescimento deste tipo de resíduo no país.

O Brasil, apesar de contar com 49 instrumentos regulatórios (Regras, Regulamentos, Políticas e Orientações sobre lixo eletrônico), carece de políticas efetivas e planos de gestão que informem melhor a população sobre o problema do lixo eletrônico (“*StEP E-waste World Map - Overview Brazil - STEP*”, 2018). Pesquisas recentes levantaram que 36% desconhecem o problema do lixo eletrônico e dentre os 64% informados, 58% tem um eletro-eletrônico sem uso em casa. Ainda dentre os informados, 36% doam o resíduo eletro-eletrônico, 34% guardam os resíduos em casa e 29% o destinam ao lixo comum (SILVA; ALBUQUERQUE, 2009).

O mapa levantando pelo CEMPRE, apresentado na Figura 1, (“CEMPRE - Review 2015”, 2015) mostra que somente as regiões Sul e Sudeste do Brasil possuem estrutura para realizar o processo de reciclagem de resíduos sólidos com Pontos de Entrega Voluntária (PEV), Triagem, Comércio Atacadista de Materiais Recicláveis (CAMR) e Recicladores de Papel. Nas regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste existem somente PEV e Triagem, quando existem.



Figura 1 – Estrutura para Reciclagem no Brasil – Fonte: CEMPRE – Review 2015.

O projeto Reutilização e Reciclagem de Equipamentos de Informática, em execução desde julho de 2015, em uma cidade de pequeno porte na região Centro Oeste do Brasil, teve início como um PEV, recolhendo e recebendo materiais eletrônicos que seriam descartados de maneira incorreta. Atualmente além de receber o material o projeto faz o reuso e a reciclagem deste tipo de material.

METODOLOGIA

O Município de Alto Araguaia - MT foi fundado em 1938, e possui, por meio do censo demográfico do IBGE de 2017, por volta de 18 mil habitantes, com área aproximada de 5.500 km². Inicialmente foram realizadas reuniões com gestores de órgãos público e privados até um raio de 80 km ao redor de Alto Araguaia a fim de se alcançar pequenos municípios vizinhos como Alto Taquari-MT, Alto Garças-MT, Mineiros-GO, e a área rural de Alto Araguaia-MT. O total de público envolvido está por volta de 100 mil

habitantes, abrangendo prefeituras, escolas estaduais/municipais/privadas, bancos, empresas privadas e comunidade externa.

As reuniões tinham como objetivo explicar as ações do projeto firmar parcerias. Para o recebimento dos equipamentos oriundos das comunidades Araguaieenses foram realizadas divulgações nas salas de aula dos três cursos da UNEMAT – Campus de Alto Araguaia (Bacharelado em Ciência da Computação, Bacharelado em Comunicação Social e Licenciatura em Letras). O recebimento dos equipamentos é realizado através por meio de duas vias, sendo uma de um termo de doação e outra de um termo de recebimento de bens, onde devem constar todos os dados do doador e do beneficiário juntamente com a discriminação de todo o material doado.

Após o recebimento dos equipamentos inicia-se o processo de triagem dos equipamentos. O primeiro passo do processo de triagem é o teste de funcionamento para a determinar se este equipa-

mento será destinado para o reuso, desmonte ou desmanche. Ao ser ligado, se o equipamento apresentar funcionamento inicial correto será destinado ao reuso. O reuso ocorre apenas para computadores com processadores equivalentes a um dual core ou superior, caso contrário o computador será destinado ao desmonte ou desmanche.

O processo de reuso inicia-se com uma manutenção física no computador (limpeza interna de todos os seus componentes). Após a manutenção física é instalado um Sistema Operacional gratuito e compatível com o hardware e alguns aplicativos básicos. Terminado o processo o computador é enviado para a sua destinação.

O processo de desmonte é realizado quando, na classificação inicial, o computador não apresenta funcionamento correto ou possui um processador inferior a um dual core. O desmonte consiste em retirar todas as peças do computador e testá-las individualmente, a fim de se constatar tanto sua funcionalidade quanto sua confiabilidade. Se a peça apresenta funcionamento correto é colocada em estoque e pode ser utilizada para a montagem de um computador completo ou como peça de manutenção.

Quando uma peça é classificada como danificada é enviada para o processo de desmanche, onde todos os componentes eletrônicos são retirados da placa de circuito impresso para serem reutilizados na montagem de circuitos eletrônicos. A Figura 2 apresenta o fluxograma que representa o procedimento aqui descrito.

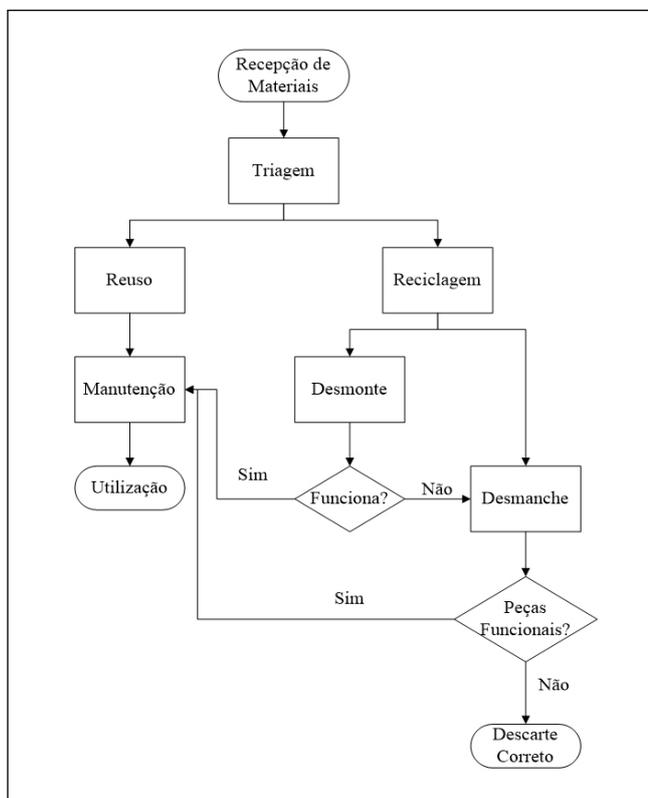


Figura 2 – Fluxograma do procedimento de Reciclagem de Equipamentos Eletrônicos.

RESULTADOS E ANÁLISES

Os primeiros contatos, para a doação de equipamentos, foram realizados na própria Universidade e com empresas locais. Pretendia-se divulgar o projeto na mídia local e também nas mídias sociais, porém devido à grande quantidade de material reunido na própria Universidade e com algumas empresas (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Cargill) e principalmente a falta de espaço adequado para armazenar o material recebido a divulgação na mídia local e também nas mídias sociais ficou para um segundo momento.

Os primeiros resultados concretos do projeto foram a construção do Laboratório de Redes de Computadores e a construção do Laboratório de Hardware com equipamentos provenientes do processo de reuso.

O Laboratório de Redes conta com 10 computadores com processador Dual Core com monitores LCD de 14", 512 MB de memória RAM e Hd de 40 GB, além de 5 servidores Dell, 1 servidor Itautec, 1 servidor HP, e 3 switches 3Com (Figura 3-a).

O Laboratório de Hardware tem de 25 computadores funcionais com monitores CRT (*Catode Ray Tube*). Por serem muito antigos e não possuírem capacidade de processamento suficiente para executar softwares atuais, foram destinados ao laboratório de hardware, onde os alunos poderão desmontar e remontar os equipamentos durante as aulas práticas de Hardware de Computadores (Figura 3-b).



Figura 3 – Laboratórios provenientes do processo de Reuso.

Apesar do objetivo inicial ser o reuso e reciclagem de equipamentos de informática, passamos a receber doações de equipamentos eletro-eletrônicos como aparelhos de som, tvs, vídeo cassetes, dvds e até forno microondas. Todos estes equipamentos passaram pelo mesmo processo de avaliação utilizado para equipamentos de informática sendo reutilizados, desmontados ou desmanchados. Esta demanda não prevista no projeto demonstra a quantidade de resíduo eletrônico que é descartado de forma incorreta na natureza.

O processo de desmonte e classificação promoveu o reuso de um notebook através do aproveitamento de peças de vários notebooks, e este equipamento está sendo utilizado para auxiliar a coordenação do projeto (Figura 4). Ainda, por meio do processo de desmonte, 100 kg de lata, proveniente de gabinetes de computadores, foram encaminhados para um ferro velho da cidade promovendo assim o descarte correto.

Com caixas de som e uma fonte de computador foi construído uma caixa de som amplificada para utilização nas aulas e eventos do curso. Foi utilizada uma fonte de computador como fonte de alimentação e um módulo de amplificação de 100 watts (Figura 5-a-b).



Figura 4 – Notebook montado com peças do processo de Desmonte.



Figura 5 – Caixa de som montada com componentes provenientes do Desmanche.

Fontes de computador, provenientes de computadores que apresentaram mal funcionamento em seus componentes internos, foram adaptadas para serem reutilizadas como fonte de bancada para as aulas práticas de eletrônica. Foram construídas 6 fontes de bancada (Figura 6-a-b).



Figura 6 – Fonte Computador adaptada para funcionar como Fonte de Bancada.

Foi construído, também, um painel eletrônico animado e customizável para indicação do local de eventos e testes de circuitos, utilizado pelo do curso Ciência da Computação (Figura 7-a-b).



Figura 7 – Painel Eletrônico construído com material reciclado.

Mediante a reciclagem de peças de impressoras, computadores e um monitor, foi construída uma estrutura, com varetas de madeira e filme de PVC (Figura 8-a), para projeção de hologramas 3D (Figura 8-b).



Figura 8 – Estrutura para Holograma 3D com material Reciclado

Outros dispositivos diversos ainda foram desenvolvidos. A Figura 9(a) apresenta um cubo formado por leds 4 x 4 x 4, totalizando 64 leds. Este projeto ajuda os alunos no controle de implementação e

manuseio matricial de informações, e recentemente está sendo modelado um novo cubo led de dimensões maiores. Ainda, na mesma figura foi implementado um jogo de memória de cores (jogo Genius), por meio da utilização do Arduíno, e um modelo de Reator Arc, e um Pisca-Pisca.

O dispositivo da Figura 9(b) representa um giroscópio que no momento está em processo de estudo para sua produção em escala menor. Construído com papelão, leds, elásticos, barbantes e motor de impressora temos o Robô bípede, apelidado de R3L6 (Figura 9-c), e um carrinho de controle remoto com duas rodas (Figura 9-d) controlado por um controle remoto com fio.

O Desenvolvimento dos dispositivos apresentados permitiu que fosse realizado uma exposição itinerante que já se apresentou nas escolas do município, em dois eventos voluntários de cidadania e na comemoração dos 40 anos da UNEMAT, com destaque na página principal da Universidade e no site da prefeitura.

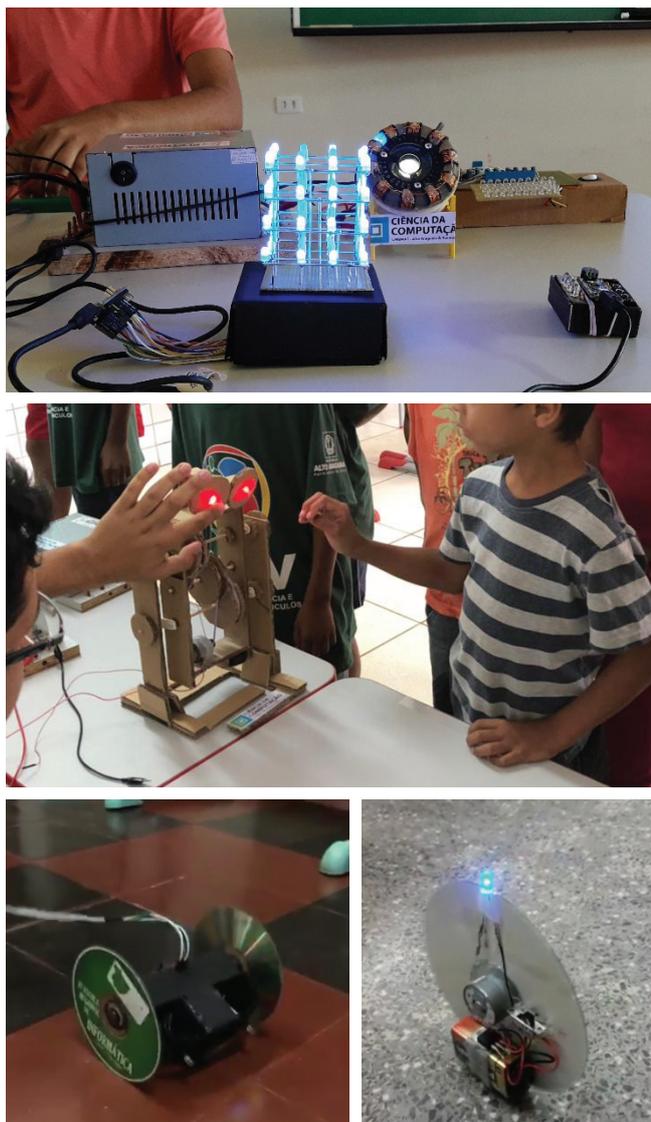


Figura 9 - Dispositivos construídos com material Reciclado

As exposições despertaram o interesse de crianças e adolescentes da cidade pelo projeto e para atender esta demanda o projeto está ministrando um curso gratuito de eletrônica básica com reciclagem em convênio com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município.

Recentemente foi ministrada uma oficina para dois grupos de alunos (3º e 4º anos) de escolas municipais sobre artesanato com reciclados de resíduos eletrônicos onde cada aluno construiu um boneco do Groot, com fios de cabos de rede de computadores que apresentavam mal funcionamento.

A prefeitura municipal também se interessou pelo projeto e em parceria com os cursos de Jornalismo e Ciência da Computação do Campus estará realizando na semana do meio ambiente (04 a 08 de junho de 2018) uma campanha para a coleta de resíduos eletrônicos que serão doados para o projeto.

Atualmente o projeto conta com um estoque de 22 drives de disquete, 30 drives de CD/DVD, 49 HDs de tamanhos diversos, 28 placas de vídeo, 17 placas de rede, 75 pentes de memória RAM de diversos tamanhos e modelos, 40 processadores diversos, 15 monitores CRT e 8 impressoras, além de outros equipamentos eletrônicos diversos. Todo este estoque está sendo utilizado para realizar a manutenção de computadores internos e externos à universidade além de fomentar pequenos projetos, como por exemplo utilizar os motores de drives de disquete, CD/DVD e impressoras para construção de pequenos robôs, compressores de ar, aspiradores de pó, fresa CNC e até pequenas impressoras 3D.



Figura 10 – Turma da oficina de artesanato com reciclados e boneco Groot.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quase três anos de execução o Projeto de Reutilização e Reciclagem de Equipamentos de Informática foi muito além dos objetivos pretendidos. Está levando conhecimento sobre a importância do descarte correto de resíduos eletrônicos para a comunidade local, abrangendo professores e alunos e da universidade, professores e alunos das escolas do município, empresários, poder público e os familiares de todos os citados anteriormente.

Dois Laboratórios de Ensino, Pesquisa e Extensão foram criados no campus com material proveniente do desmonte e diversos projetos menores foram e estão sendo desenvolvidos com material do desmanche.

Inicialmente o projeto pretendia trabalhar somente com material de informática, mas nos vimos obrigados a aceitar material eletro-eletrônico dos mais variados tipos para evitar o descarte incorreto. Sendo assim o projeto recebeu aparelhos de som, vídeo cassete, DVD, forno micro-ondas e outros. A principal dificuldade para o projeto são os monitores CRT, pois ainda não temos equipamentos para retirar os contaminantes presentes em seu interior para o vidro possa ser reciclado.

Para o futuro o projeto estará oficialmente recebendo todo tipo de eletro-eletrônico. Outros campos a serem explorados são a extração de metais raros dos dispositivos armazenados e o reaproveitamento do plástico como material para impressora 3D.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. T. G. de; FONSECA, C. S. M.; MATTOS, K. M. da C. Geração e destino dos resíduos eletrônicos de informática nas instituições de ensino superior de Natal-RN. **HOLOS**, v. 2, 2010.

CEMPRE. Disponível em: <<http://cempre.org.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

CEMPRE - Review 2015. Disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos>>. Acesso em 2 de Junho, 2018.

NALINI, J. E. **Mercado de reciclagem do lixo no Brasil: Entraves ao Desenvolvimento**. [s.l.] Novas Edições Acadêmicas, 2016.

SILVA, A.; ALBUQUERQUE, L. Lixo eletrônico e as perspectivas de uma sociedade de consumo: um estudo exploratório na cidade de Natal-RN. **I Jornada Científica de Ferramentas de Gestão Ambiental para Competitividade e Sustentabilidade-JCGA**, 2009.

StEP E-waste World Map - Overview Brazil - STEP. Disponível em: <http://www.step-initiative.org/Overview_Brazil.html>. Acesso em: 2 jun. 2018.

StEP E-waste World Map - Overview World - STEP. Disponível em: <<http://www.step-initiative.org/overview-world.html>>. Acesso em: 2 jun. 2018.



RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Todos os Relatos de Experiências desta publicação são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista Compartilhar ou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Os Relatos de Experiências podem ser reproduzidos total ou parcialmente, desde que a fonte seja devidamente citada e seu uso seja para fins acadêmicos.

AMPLIANDO HORIZONTES E ENFRENTANDO PRECONCEITOS POR MEIO DE CINEDEBATES

Adriana de Andrade¹, Ricardo Roberto Plaza Teixeira²

¹ Graduanda em Licenciatura em Matemática do IFSP, Câmpus Caraguatatuba, adriana-ifsp@hotmail.com.

² Docente de Física do IFSP, Câmpus Caraguatatuba, rteixeira@ifsp.edu.br.

RESUMO

Este trabalho realiza uma reflexão sobre os impactos dos diversos cine debates realizados no âmbito de um projeto de extensão, durante os anos de 2015, 2016 e 2017, no IFSP-Caraguatatuba. O principal objetivo da realização destes cine debates – exposições de filmes e documentários seguidas de debates sobre os temas abordados – foi ampliar os horizontes artísticos, científicos e políticos dos cidadãos presentes, de modo a que eles se apropriassem de hábitos críticos para serem utilizados nos momentos em que assistem obras cinematográficas e televisivas, o que favorece intensamente a emancipação social e cultural.

Palavras-chave: educação; cinema; debate; cultura; preconceito.

ABSTRACT

This work makes a reflection on the impacts of the various cine debates carried out under an extension project, during the years 2015, 2016 and 2017, in the IFSP-Caraguatatuba. The main objective of these cine debates - exhibitions of films and documentaries followed by debates on the themes addressed - was to broaden the artistic, scientific and political horizons of the citizens present, so that they adopted the critical habits to be used in the moments when they watch cinematographic and television works, which strongly favors social and cultural emancipation.

Keywords: education; cinema; debate; culture; prejudice.

INTRODUÇÃO

A ideia original para a estruturação de cine debates no auditório do IFSP-Caraguatatuba ocorreu devido ao sucesso da exibição em 16 de abril de 2014, do documentário “O riso dos outros” que analisa o humor de modo crítico. No ano seguinte, em 2015, foi apresentado e aprovado o projeto de extensão “Cine debate: História, Ciência e Cultura”, com recursos da Coordenadoria de Extensão (CEX) do IFSP-Caraguatatuba; neste caso foram designados três bolsistas de extensão para organizarem as atividades. Em 2016, este projeto de extensão juntamente com outro projeto sobre divulgação científica, foram incorporados ao programa de extensão “Cine debate e atividades de educação científica e cultural”, aprovado por edital específico da Pró-Reitoria de Extensão (PRX) do IFSP, com recursos para 10 bolsistas de extensão e para a aquisição de material de consumo e de material permanente. Este mesmo programa de extensão foi aprovado novamente pela PRX para ser executado em 2017, mas desta vez com recursos para 8 bolsistas de extensão, assim como para compra de material de consumo e permanente; o mesmo ocorreu em 2018. Neste trabalho foram analisados os cine debates que ocorreram nos anos de 2015, 2016 e 2017.

O objetivo fundamental do projeto de extensão Cine debate foi estabelecer um ambiente plural de reflexão, cultura e lazer que, por meio da exibição e discussão de documentários e filmes, permita aprofundar discussões mais profundas sobre ciência, arte, cultura, tecnologia, valores, preconceitos, história e política, de modo a valorizar a diversidade e o respeito às diferenças.

No período destes três anos, ocorreram cerca de 100 sessões de cine debates, com a exibição e discussão de filmes e documentá-

rios, principalmente no auditório do Câmpus de Caraguatatuba do IFSP em sessões que tiveram uma grande participação de estudantes do próprio IFSP e de membros da comunidade externa ao IFSP. A metodologia que tem sido base para as escolhas dos temas dos filmes está alicerçada na transversalidade e na interdisciplinaridade das obras exibidas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O cinema, como ferramenta de transformação social, pode contribuir para o cidadão refletir de modo crítico sobre questões relativas a preconceitos e à discriminação que vitima setores sociais. De acordo com Napolitano (2005), o cinema traz profundos impactos sociais para o público. Dentro deste contexto, filmes e documentários podem ser selecionados de modo que haja reflexão sobre o tema abordado e escolhidos de forma a ter a diversidade como foco principal (SILVA, 2000).

O uso de obras cinematográficas pode ajudar a incentivar o cidadão a desenvolver capacidades cognitivas para que seja capaz de realizar questionamentos sobre o tema abordado (ANDRADE; TEIXEIRA, 2016):

O cinema permite passear por espaços e tempos desconhecidos, convidando-nos a "sermos outros", a nos colocarmos na posição do outro – de um estrangeiro, de um índio, de um negro, de uma mulher, de um velho, de uma criança, de um homossexual, de um imigrante, etc – de modo a trabalhar os preconceitos, ensinando a ser aquilo que não somos, a ser múltiplos: o bom cinema pode colaborar para desenvolver a alteridade e a empatia.

A amplidão de temas escolhidos permite abordar problemas sociais, imaginar realidades alternativas, repensar a sociedade e até propor possibilidades diferentes da trama exibida.



FIGURA 1. Público presente ao cine debate sobre o filme "A Onda".

METODOLOGIA

A metodologia estabelecida para a escolha dos temas e dos filmes esteve sempre alicerçada na transversalidade e interdisciplinaridade das obras. As sessões de cine debate geralmente ocorreram no auditório do

IFSP-Caraguatatuba por este ser um ambiente com boa estrutura em quesitos como som, iluminação e projeção. Os cine debates na maioria das vezes se iniciaram com uma breve apresentação do filme (5 a 10 minutos), seguida pela exibição da obra; o espaço final (cerca de 30 minutos) consistia na realização do debate conduzido pela equipe de bolsistas e pelo coordenador do projeto; muitas vezes, havia um convidado específico bastante envolvido com a temática do filme e que participava ativamente do debate posterior à exibição da obra cinematográfica.

Dentre as várias instituições que têm sido parceiras do projeto de extensão "Cinedebate" estão 27 Escolas Estaduais e Municipais do litoral norte paulista (Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião e Ilha Bela). Os filmes são escolhidos de modo a trabalharem com questões importantes referentes aos direitos humanos, à cultura, à história, à ciência, às artes e à cidadania, tais como ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho, consumo, *bullying*, pluralidade cultural, etc.

Todos os cine debates que ocorreram contaram com dois momentos adicionais aos da exibição e do debate. Em primeiro lugar há um momento anterior de preparação do cine debate que envolve a escolha da obra a ser exibida, a definição dos objetivos da ação, a obtenção da obra, a análise prévia das suas características, a reserva do auditório para data e horário definidos e a preparação de banners e textos de divulgação do cine debate para serem publicados no sítio do IFSP-Caraguatatuba (<<https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br>>), na página do Facebook do Cine debate do IFSP-Caraguatatuba e no próprio sítio do projeto <<http://www.cinedebate.com.br>> que foi criado em 2015 para divulgar os cine debates, bem como nos meios de informação e jornalísticos da região. Além disto, cartazes em papel são impressos e deixados previamente em escolas e instituições culturais da região para serem afixados em murais de modo a divulgar cada cine debate. Portanto, a comunidade externa é convidada de modo amplo e por meio de diversos meios para participar dos os cine debates propostos; com o tempo, foi sendo criado, inclusive, um público cinéfilo interessado pelas sessões, constituído por membros da comunidade das mais variadas idades e origens de classe social. Em diversos momentos, professores de escolas públicas parceiras acompanharam seus alunos até o IFSP-Caraguatatuba para que participassem de cine debates, iniciativas que foram incentivadas, pois a presença destes alunos no IFSP foi um forte estímulo para que eles passassem a se dedicar com mais afinco aos estudos devido à vontade de estudar em cursos desta instituição.

No dia de cada cine debate, nos 30 minutos anteriores à exibição, há a preparação do auditório (computador, datashow, sistema de som, condições de limpeza, ar condicionado, etc) e a recepção das pessoas que chegam para participar. Em todo ci-

nedebate se passa uma lista de presença para os presentes colocarem seus nomes. Nos minutos imediatamente anteriores à exibição é feita geralmente uma breve apresentação da obra em questão, tomando o cuidado de não cometer "spoilers" (contar ou antecipar trechos da obra).

Após cada cinedebate ocorrer, é elaborado, pelo coordenador do projeto, um texto de caráter informativo sobre a obra exibida e as discussões ocorridas (junto com fotos e imagens explicativas) que é enviado para ser publicado no sítio do IFSP-Caraguatatuba.



FIGURA 2. Layout do sítio do projeto: <http://www.cinedebate.com.br>.

RESULTADOS E ANÁLISES

Com base nos dados obtidos durante a implementação das atividades deste projeto de extensão, foi possível perceber que o trabalho com obras cinematográficas permite uma ampliação de conhecimentos e uma melhor percepção da realidade pelos presentes, desnudando preconceitos e suplantando visões de senso comum equivocadas.

O amplo leque de obras exibidas nos cinedebates atraiu diferentes tipos de interessados e os diálogos estabelecidos com os visitantes, muitas vezes forneceram sugestões de filmes para serem exibidos em outros cinedebates. Foram também muito bem-sucedidas as inter-relações de alguns cinedebates com temas de divulgação científica, como ocorreu no caso das exibições de filmes que tratavam das biografias de cientistas e de documentários científicos. Adicionalmente, após alguns cinedebates que terminavam no período noturno, os cidadãos presentes eram convidados para observações dos astros do céu noturno com os dois telescópios que foram adquiridos pelo IFSP-Caraguatatuba com recursos dos editais da PRX.

O projeto de extensão "Cinedebate" também procurou estabelecer parcerias com os professores do próprio IFSP das mais diversas áreas do conhecimento que produziram cinedebates extremamente instigantes pelas qualidades das obras exibidas. Um outro diferencial de alguns cinedebates foi a presença dos diretores das obras exibidas, o que permitiu um aprofundamento muito maior das discussões.

Ao longo destes três anos ocorreram também alguns cinedebates em ambientes externos ao do IFSP, geralmente em salas de escolas da região. Por diversas razões associadas à qualidade da exibição (projeto, tela, equipamento de som, silêncio e escuridão no local de exibição, conforto das carteiras, etc), o auditório do IFSP-Caraguatatuba tem se mostrado um ambiente muito adequado para este tipo de atividade.



FIGURA 3. Cartaz de divulgação do cinedebate sobre o filme "12 anos de escravidão".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência na realização dos cinedebates evidenciou que esta é uma ferramenta extremamente poderosa para ampliar horizontes e combater preconceitos. A exibição de obras de características diversificadas favoreceu o desenvolvimento de um espírito cidadão de tolerância e respeito ao debate de ideias. O projeto de extensão "Cinedebate" aproximou efetivamente o IFSP-Caraguatatuba da comunidade local e produziu diversos efeitos positivos, pelo fato de ajudar a despertar uma maior consciência crítica e uma maior reflexão de cada indivíduo sobre a sociedade em que vive. O diálogo com a comunidade externa tem sido proveitoso e criou oportunidades para outras ações no âmbito educacional, como a apresentação de palestras de divulgação científica sobre temas de fronteira da ciência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriana de; TEIXEIRA, Ricardo Roberto Plaza. Cinema, educação e tecnologia: contribuições pedagógicas de um projeto de extensão. **Revista Interdisciplinar de Tecnologias e Educação: RINTE**, Boituva, v. 2, n. 1, jun. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da *et al.* A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

MÚSICA, ARTE E HISTÓRIA: A EXPERIÊNCIA COM UM CURSO DE EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO, CÂMPUS SÃO ROQUE

Fernando Santiago dos Santos¹; Victor de Moura Lobo²

¹ Professor Doutor Efetivo atuando no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFSP
câmpus São Roque e Professor Colaborador do PECIM – FE/Unicamp, fernandoss@ifsp.edu.br

² Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFSP câmpus São Roque, victorlobo.ifsp@gmail.com

RESUMO

Este relato de experiência trata do curso de extensão “Música, Arte e História”, ministrado no segundo semestre de 2017. O curso objetivou contextualizar um breve histórico da arte, com ênfase na música, por meio de episódios históricos. Uma turma de 22 alunos participou das atividades, as quais foram compostas por aulas expositivas dialogadas, dinâmicas, construção de materiais artísticos e discussão de recursos audiovisuais. As autoavaliações demonstraram que o curso foi de grande importância para os participantes, tendo fomentado o gosto pela arte, pela música e pela história, atestando a relevância altamente significativa de cursos de extensão ministrados pelo IFSP.

Palavras-chave: extensão; curso livre; Brasital Cultural.

ABSTRACT

The present paper reports the experience with an extension course, “Music, Art and History”, implemented in the second semester of 2017. The course aimed at contextualizing a brief music-centered, art history with historical episodes. A group of 22 participants developed activities, such as dialog-exposing classes, dynamics, artistic material build-up, and discussion of audiovisual resources. Self assessment has shown that participants considered the course as important and art, music and history stimulating, thus emphasizing the highly significant relevance of extension courses at the Federal Institute of Sao Paulo.

Keywords: extension; free course; Brasital Cultural.

INTRODUÇÃO

A história da Arte, com ênfase nos aspectos musicais, é uma das vertentes mais interessantes para a discussão da organização social em diferentes períodos históricos (BENNET, 1986; CARPEAUX, 2001). Por meio da contextualização histórica, pode-se compreender as múltiplas relações que permeiam a construção social e, por conseguinte, aspectos econômicos, políticos, religiosos, científicos, entre outros (COLL; TEREBOOSKY, 2000).

Ao se estudar a música e a arte de forma geral, em contexto histórico, pode-se perceber, por meio de um olhar crítico, como as influências de tais manifestações culturais moldaram a forma de pensamento da humanidade, culminando com diversas mudanças de atitude, perspectiva e postura frente ao próprio meio em que os seres humanos estão inseridos (CANDÉ, 2001).

A música e a arte são linguagens que temos de aprender por meio da percepção e da expressão. Em primeiro lugar, aprendemos escutando música, cantando, fazendo ritmos e dramatizando diversas situações de nossas vidas. A música e a arte são desfrutadas em nossa vida cotidiana, e os sentidos são treinados por meio de conceitos teóricos como altura, timbre, intensidade, noção do belo e da estética etc. (WISNIK, 1999).

Gértrudix-Barrio e colaboradores (2016) apontam que muitas investigações têm demonstrado a importância da música para o ser humano no sentido de desenvolver suas habilidades criativas e imaginativas; além disso, o estudo de música e arte também pode potencializar o pensamento lógico e capacidade de raciocínio. Gardner (1995) afirmou que o ser humano possui sete inteligências, entre elas a musical.

Partindo-se dessas premissas, a formulação de um curso de extensão denominado *Música, Arte e História* (Protocolo SigProj nº. 270318.1453.250506.11052017) procurou responder às seguintes perguntas: “É possível trabalhar o histórico da arte, com ênfase na música, por meio de episódios históricos?”, e “Um curso desta natureza pode fomentar a busca por outros cursos semelhantes?”.

A proposta objetivou integrar, em uma abordagem teórico-prática, aspectos da história da arte, com ênfase na música, por meio de episódios históricos. Além disso, objetivou-se a promoção da interação entre os participantes por meio de dinâmicas e outras atividades de cunho colaborativo.

DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

Oferta e estrutura do curso

O curso foi ministrado de agosto a dezembro de 2017 em uma sala da Brasital Cultural, um complexo arquitetônico da Prefeitura Municipal de São Roque, situado à Rua Aracaí, nº 250, no Centro de São Roque – SP (Figura 1). A carga horária do curso foi de 40 horas, com aulas semanais.

O espaço físico contemplou uma sala de aula com aparelho de projeção e *notebook*, além de recursos de áudio. Algumas atividades também foram realizadas em espaços ao ar livre dentro da Brasital Cultural.



FIGURA 1. Visão de parte da Brasital Cultural. A sala de aula onde o curso foi desenvolvido está assinalada pela elipse branca (crédito da imagem: Vander Luiz, <http://tinyurl.com/ydx7reu8>).

Como previsto no Edital 17/2017, foram abertas 40 vagas. Dos 36 alunos matriculados, apenas 22 efetivamente participaram até sua conclusão. O único requisito para participação era a idade mínima de 16 anos. Sendo assim, o público-alvo compre-

endeu quaisquer pessoas interessadas no curso. A formação dos participantes e suas idades constam do Quadro 1.

	16-20 anos	20-30 anos	30-40 anos	> 40 anos	EM incompl.	EM compl.	Graduação
N	5	7	6	4	5	14	3

QUADRO 1. Formação dos participantes e faixa etária (N = número de participantes; EM = Ensino Médio). Foram considerados apenas os 22 participantes que permaneceram até o final do curso.

Os conteúdos desenvolvidos durante o curso (Quadro 2) abrangeram o espectro histórico normalmente tratado em cursos de História da Arte, como pode ser visto em Kerdna (2018) e Da Rolt (2012), entre outros.

Período Antigo	Arte e Música da Pré-História
	Arte e Música do Crescente Fértil: Egito, Suméria, Babilônia e Mesopotâmia
	Arte e Música da Antiguidade do Oriente: Índia, China, Japão e Coreia
Período Helênico	Arte e Música da Antiguidade Clássica: Grécia e Roma
Período Medieval	Arte e Música da Idade Média: Europa e Países Árabes
Período Renascentista	Arte e Música da Renascença: Europa
Período de Transição	Arte e Música do Barroco: Europa e Brasil Arte e Música do Classicismo
Século XIX	Música e Arte do Romantismo e Nacionalismo
Período Contemporâneo	Música e Arte dos séculos XX e XXI

QUADRO 2. Conteúdo programático do curso “Música, Arte e História”.

2.2 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Para facilitar o acesso aos materiais (apostilas, slides, vídeos etc.), foi criado um grupo na rede social Facebook® (<https://www.facebook.com/groups/1680762065547173/>). O grupo é mantido na opção “Grupo Fechado” para permitir o acesso somente aos participantes (Figura 2). Além desse grupo em rede social, foi criado um grupo no aplicativo Whatsapp® para compartilhar notícias sobre as aulas, avisos e outras informações de forma mais rápida e eficiente. Os e-mails de cada partici-

pante também foram utilizados para troca de informações, uma vez que nem todos os participantes quiseram participar do grupo do Whatsapp®.



FIGURA 2. Página introdutória do grupo homônimo do curso de extensão (crédito: Fernando Santiago dos Santos, 2017).

Os diferentes materiais utilizados durante as aulas ficaram armazenados na seção “Arquivos” do grupo em rede social (Figura 3) e puderam ser utilizados por meio de *download* a partir dessa plataforma.



FIGURA 3. Arquivos utilizados durante o curso, disponíveis para *download* pelos participantes (crédito: Fernando Santiago dos Santos, 2017).

Os encontros semanais mesclavam, rotineiramente, aulas expositivas dialogadas com apresentação de *slides* em PowerPoint® (Figura 4), dinâmicas em duplas ou grupos, construção de materiais artísticos (esculturas, desenhos etc.) e discussão de recursos audiovisuais, tais como vídeos e gravações retirados, principalmente, de programas como o YouTube®. Ademais, foram realizadas rodas de debates sobre aspectos lúdico-educacionais referentes aos conteúdos, leitura e debate de textos relacionados à história da música e da arte e anotações pontuais sobre a ciência ocidental relacionada aos períodos de arte e música.



FIGURA 4. Exemplo de *slides* do PowerPoint® utilizados durante as aulas (crédito: Fernando Santiago dos Santos, 2017).

2.3 AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação foi realizada de forma contínua a cada aula e foi baseada, principalmente, em participação durante os encontros. A porcentagem mínima de 75% de frequência, requisito formal exigido pelo edital, foi atendida.

Uma autoavaliação foi feita ao término do curso, durante um café comunitário, tanto de forma oral, com livre expressão dos participantes, quanto por meio de uma redação livre. Não foram realizadas avaliações do tipo provas, exames, questionários e análogos devido à própria concepção do curso e de sua proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo de 22 participantes foi heterogêneo em faixa etária, com destaque para 31,8% de adultos entre 20 e 30 anos de idade e 22,7% de público adolescente, ainda cursando o Ensino Médio. Em contrapartida, 63,6% dos participantes tinham o Ensino Médio completo. Apenas uma pequena parcela (13,6%) tinha graduação completa. Embora tais disparidades sejam razoavelmente grandes, as estratégias tomadas durante as aulas, enfatizando os aspectos colaborativos e dinâmicos, puderam integrar participantes de diferentes faixas etárias e formação escolar.

O curso “Música, Arte e História” possui relação direta com o ensino, uma vez que os conhecimentos do curso provavelmente serviram para subsidiar ações de aprimoramento da visão de mundo por meio da música, das artes em geral e da relação com a ciência e os contextos históricos. A extensão foi garantida por meio do acesso aberto a quaisquer pessoas que quiseram realizar o curso.

A análise da experiência sinaliza que é totalmente possível discutir o histórico da arte, com ênfase na música, por meio de episódios históricos. As autoavaliações também apontaram que o curso fomentou a procura por outros cursos de história da arte e/ou história da música, resultados positivos e que confirmam, ainda que preliminarmente, os objetivos desta proposta. Desta maneira, verificamos que os cursos de extensão cumprem seu papel social de levar os conhecimentos acadêmicos para um público que não tem, regularmente, contato com esta realidade.

REFERÊNCIAS

BENNETT, R. **Uma breve história da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

CANDÉ, R. de. **História Universal da música**. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (2 vol).

CARPEAUX, O. M. **Livro de Ouro da História da música**. Edição revisada e ampliada de "Uma nova história da música". Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

COLL, C.; TEBEROSKY, A. **Aprendendo Arte**. São Paulo: Ática, 2000.

DA ROLT, C. **Plano de ensino: História da Arte**, 2012. Disponível em: <cursos.unipampa.edu.br/cursos/pedagogia/files/2011/09/JH0037-2011-2_Clovis.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GÉRTRUDIX-BARRIO, F.; RIVAS-REBAQUE, B.; GÉRTRUDIX, M. Analysis of musical learning experiences through the use of digital applications of students in the degree in early childhood education. **Proceedings and abstracts**. INTED, 2016.

KERDINA. **História da Arte**, 2018. Disponível em: <<http://historia-da-arte.info/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

WISNIK, J. M. **O Som e o Sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PROJETO “TOUBA”: UM POUCO DO SENEGAL NO BRASIL

Maria do Carmo C. Muterle¹, Priscila C. dos Santos², Ticiane C. Roquejani³, Aline da S. de Oliveira⁴

¹ Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia, Professora do IFSP, Campus Caraguatatuba, mcarmomuterle@gmail.com.

² Mestre em Tecnologia Ambiental, Professora do IFSP, Campus Caraguatatuba, priscila.santos@ifsp.edu.br.

³ Mestre em Docência para a Educação Básica, Professora do IFSP, Campus Caraguatatuba, ticianacouto@ifsp.edu.br.

⁴ Graduanda em Licenciatura em Matemática, Bolsista de Projeto de Extensão, IFSP, Campus Caraguatatuba, aso.alinesoliveira@gmail.com.

RESUMO

Por meio da necessidade de integrar socialmente imigrantes senegaleses, refugiados no município de Caraguatatuba-SP, este trabalho teve como foco, a criação de ações para o melhoramento da qualidade de vida desses imigrantes, a partir da expansão de suas liberdades substantivas e instrumentais, que incluem direitos sociais, econômicos e culturais. Para isso, através de parcerias com a comunidade externa, como ONGs, fundações e outras organizações, o projeto denominado “Touba” desenvolveu, no ano de 2017, atividades como: cadastramento dos refugiados, momentos culturais e aulas de língua portuguesa. Como resultados, obteve-se a identificação e a integração desses refugiados junto à comunidade local.

Palavras-chave: liberdades, refugiados, senegaleses, integração, qualidade de vida.

ABSTRACT

Through the need to integrate Senegalese immigrants, refugees socially in the city of Caraguatatuba-SP, this work focuses on the creation of actions for improving the quality of life of those immigrants, from the expansion of their substantive and instrumental freedoms, including social, economic and cultural rights. To do this, through partnerships with the external community, such as NGOs, foundations and other organizations, the project named “Touba” developed in the year 2017, activities such as: registration of refugees, Portuguese language lessons and cultural moments. As a result, the identification and integration of these refugees with the local community.

Keywords: freedoms, refugees, senegalese, integration, quality of life.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Touba foi inspirado nas noções de liberdades substantivas e liberdades instrumentais de Amartya Sen (1999) e foi embasado na Declaração dos Direitos Humanos e na legislação brasileira que protege os refugiados (Lei 9474/1997).

A justificativa para ação foi a necessidade de integrar os imigrantes senegaleses nas cidades do Litoral Norte Paulista, a partir do desenvolvimento de sua condição de agente, para que assim pudessem estabelecer-se de forma digna.

Assim, o objetivo dessa atividade de extensão foi melhorar a qualidade de vida dos imigrantes a partir da expansão de suas liberdades substantivas (liberdade de comunicar-se em língua portuguesa, fazer cálculos simples, ter liberdade de expressão, poder curar-se de doenças com tratamento, ter participação social, cultural e política) e instrumentais (liberdades políticas, facilidades econômicas,

oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora), o que inclui buscar seus direitos sociais, econômicos e culturais (SEM, 1999).

Quanto ao método, adotou-se o que propõe a sociologia do cotidiano (PAIS, 2003), isto é, olhou-se a sociedade no âmbito dos indivíduos e a partir deles verificou-se como a sociedade se traduz em suas vidas. A condição de agente foi a categoria de análise desse projeto desenvolvido em 2017.

A ONG "Zambô" e a Fundação Cultural de Caraguatatuba (FUNDACC) atuaram como parceiras. Participaram da equipe de execução três docentes, um técnico administrativo e dois discentes.



Figura 1. Apresentação do Projeto à Comunidade (24/04/2017)

PÚBLICO ALVO

Imigrantes do Senegal no Litoral Norte de São Paulo, discente bolsistas, outros discentes da instituição do IFSP, docentes da equipe e outros docentes, parceiros e comunidade externa do IFSP. Ao todo foram 25 participantes na equipe de execução.

ATIVIDADES REALIZADAS

Cadastro e rodas de conversa

Levantou-se através de cadastro e de rodas de conversa o número de imigrantes africanos que estavam residindo em Caraguatatuba e suas principais privações (tanto das liberdades substantivas como também as instrumentais). Respondendo às questões propostas pela sociologia do cotidiano, obteve-se:

Quem eram os refugiados?

Conforme o líder do grupo, o número de senegaleses que residia no Litoral Norte de São Paulo era de 25 pessoas. Em 2017, o Projeto Touba cadastrou 16 senegaleses todos residentes em Caraguatatuba-SP. Constatou-se que mais um residia na Ilhabela-SP e outro, em Ubatuba-SP. Portanto houve contato com 18 senegaleses.

Todos eram do sexo masculino. A idade variava entre 22 e 41 anos. Os que se declararam casados não vieram com a família e eram nascidos nas cidades de Diourbel, Dakar e Touba.

No quesito formação, alguns declararam ser formados em língua árabe e francesa, um afirmou ser "marceneiro", outro disse ter como profissão a "costura" e outro alegou ser "jogador de futebol".

De religião muçumana, demonstraram ser muito alegres e generosos. Sendo a prática religiosa muito importante para eles. Nas manifestações públicas e reuniões com representantes de órgãos públicos sempre usavam vestimentas que remetiam à sua cultura africana.

Era explícita a comunicação com parentes e amigos da África, além de, constantemente, relatarem o fato de enviarem dinheiro e contribuírem para as festas religiosas que lá aconteciam, fazendo questão de ressaltar seus compromissos com os familiares.

Como viviam?

Dos 18 senegaleses apenas um tinha emprego (reformava pisos de pedra), os demais eram ambulantes informais e não possuíam licença do município para tal atividade. Eles vendiam roupas, tênis, produtos eletrônicos, bijuterias, entre outros. Comercializavam seus produtos nas praias, praças, bares e restaurantes da cidade.

Moravam em casas alugadas em nome de um deles e residiam em grupos. Tinham dificuldade para atestar residência, pois nem sempre possuíam conta de água e luz em seus próprios nomes.

Dormiam em colchões e faziam a sua própria comida. Dedicavam diariamente tempo para as orações e para o trabalho.

Devido à sazonalidade das atividades econômicas no Litoral Norte Paulista alguns se deslocavam para outros lugares.

Em que contexto se encontravam?

Os senegaleses afirmaram que a razão de sua migração é a falta de oportunidade de trabalho em seu país de origem. Era frequente a fala de que o preço dos serviços médicos e dentários era muito alto, e que os serviços públicos eram bem precários. Além de alegarem muita corrupção e entrega dos recursos aos países desenvolvidos, especialmente à França.

Reconheciam que apesar do Brasil estar passando por dificuldades, as oportunidades de trabalho e de serviços públicos, principalmente, na área da saúde, eram melhores.

No Brasil, os mesmos obtiveram o Cartão do SUS (Sistema Único de Saúde), mas tiveram dificuldade em procurar atendimento devido à dificuldade na comunicação e à falta de conhecimento dos procedimentos necessários. Entretanto, com a ajuda de membros do projeto dois deles conseguiram passar por tratamentos específicos.

Por meio do projeto, foi possível que a OAB de Caraguatatuba-SP, na pessoa do advogado diretor de Direitos Humanos os assessorassem nas questões legais, como documentação e situações de racismo.

Quanto ao município verificou-se que ainda não há como regularizar a situação dos imigrantes ambulantes, pois segundo a lei municipal devem ser eleitores em Caraguatatuba-SP, por no mínimo dois anos. Isto é inviável para quem não obtém o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE).

Possuíam apenas o protocolo de refugiado, CPF e carteira de trabalho. (Para os senegaleses é muito difícil obter o RNE como refugiados, pois as autoridades não entendem suas dificuldades econômicas como razão para o refúgio.)

Mesmo neste contexto, não descartam em nenhum momento, a possibilidade de voltarem para o seu país de origem, no entanto, em outras condições de oportunidades.

RESUMO DAS AÇÕES

Ao longo de 2017 houveram reuniões dos senegaleses todas às quartas-feiras na FUNDACC para oração e discussão sobre suas necessidades e suas privações. No IFSP foi disponibilizada uma sala para as aulas de língua portuguesa (sob a orientação do Prof. Me. Marcelo R. Hatugai) todas as segundas-feiras.

Os senegaleses também participaram do projeto de extensão "Cinedebate", coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Piazza, de aula especial no Cursinho Popular, coordenado pelo Prof. Dr. Renato Mairone, além de outros eventos no Câmpus do IFSP em Caraguatatuba-SP.



Figura 2. Aula especial do cursinho popular (06/07/2017)

Houve interação dos membros do projeto com a OAB, com o Ministério Público Federal, com o Atendimento Médico Especializado (AME), Santa Casa e UPA. Estabeleceu-se contatos com a Prefeitura e com a Câmara Municipal.

Os eventos culturais senegaleses ocorreram no IFSP, na praça central e na sala pedagógica da FUNDACC. Todos os encontros de cunho religioso foram acompanhados de compartilhamento das comidas preparadas por eles e ofertadas, gratuitamente, a todos os presentes.

Um momento especial foi a comemoração do "Dia da Consciência Negra" promovida pela FUNDACC. Houve apresentação do grupo senegalês e de outros grupos do movimento negro que dançaram o moçambique, o maracatu e o samba de roda.



Figura 3. Comemoração do Dia da Consciência Negra (20/11/2017)

AValiação DAS ATIVIDADES

A avaliação das atividades foi qualitativa e contínua, composta por duas fases que contribuíram para correções dos rumos e das definições de novas metas para o ano de 2018. A primeira fase foi feita pelos membros da equipe de execução, em reunião específica, e a segunda, com os senegaleses, na sala pedagógica da FUNDACC. Através da análise dos resultados, decidiu-se incluir novos tópicos para as futuras etapas do projeto, dentre eles, aulas de empreendedorismo, higiene, alimentação, legislação e saúde, além do ensino da língua portuguesa para os senegaleses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os senegaleses, mesmo distantes de sua terra, preservaram seus laços afetivos e conservaram suas práticas culturais. Com o projeto, houve integração entre eles, comunidade interna e externa do IFSP-Cara-

guatatuba. A participação dos refugiados nas aulas e eventos da instituição permitiu também aos estudantes do IFSP, maior conhecimento sobre a história e a cultura do Senegal e da África. Fomentou-se também a condição de agente dos refugiados participantes, a fim de promover o desenvolvimento de suas liberdades substantivas, principalmente na comunicação em língua portuguesa, no acesso ao tratamento de doenças, na participação social, cultural e política. Pois, acreditou-se que para o desenvolvimento global das liberdades era fundamental o papel das liberdades instrumentais, as quais foram destacadas nesse projeto através do acesso ao atendimento de profissionais da saúde, do diálogo com autoridades governamentais e da articulação com várias instituições que buscaram garantir os direitos sociais, econômicos e civis de cada participante.

REFERÊNCIAS

ASANO, C. L.; TIMO, P. B. A nova Lei de Migração no Brasil e os direitos humanos. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2017/04/17/nova-lei-de-migracao-no-brasil-e-os-direitos-humanos>>. Acesso em 20 abr. 2017.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Documentos de Direitos Humanos. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/documentos/>. Acesso em 10 abr. 2017.

PAIS, M. A sociologia da Vida Quotidiana. São Paulo: Cortez, 2003.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

PROJETO CAIU NA REDE – ORIENTAÇÃO PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO SOBRE SEGURANÇA NA INTERNET

Roseane Salvio¹

Professora EBT Instituto Federal de São Paulo – IFSP, Campus Campos do Jordão-SP, Brasil. roseane@ifsp.edu.br

RESUMO

A internet trouxe vários avanços nas formas de comunicação e transmissão de conhecimentos. Atualmente não há fronteiras que impeçam a comunicação entre as pessoas, basta ter uma conexão ativa com a internet. Porém, criminosos têm se aproveitado do falso anonimato percebido ao acessar a internet para cometer atos de pedofilia e golpes. Outro importante problema é a utilização da internet para cometer *cyberbullying* e a exposição através do *sexting*. Jovens em idade escolar são as principais vítimas desses atos criminosos e vexatórios, devido a imaturidade, ausência de malícia e a “presença” constante na internet. Dessa forma, o projeto Caiu na Rede teve por objetivo mostrar a jovens de escolas públicas municipais da cidade de Campos do Jordão-SP, na faixa etária dos 7 aos 14 anos, os perigos da exposição excessiva na internet, as consequências do *cyberbullying* e o uso seguro e adequado das tecnologias.

Palavras-chave: ciberbullying, segurança, privacidade, sexting, ciber-crimes.

ABSTRACT

The internet has brought various advances in the forms of communication and transmission of knowledge. Currently there are no borders that prevent communication between people, just have an active connection to the internet. However, criminals have taken advantage of the perceived false anonymity when accessing the internet to commit acts such as pedophilia and beatings. Another important problem is the use of the internet to commit cyberbullying and exposure through sexting. Young people of school age are the main victims of these criminal and vexatious acts, due to immaturity, lack of malice and constant “presence” on the internet. Thus, the project Caiu na Rede aimed to show the dangers of excessive exposure on the Internet, the consequences of cyberbullying and safe use of technologies to young people from municipal public schools in the city of Campos do Jordão-SP, in the 7 to 14 age bracket.

Keywords: cyberbullying, security, privacy, sexting, cybercrime.

INTRODUÇÃO

Com a popularização da internet, as informações têm um amplo alcance e circulam rapidamente. Atualmente, crianças têm acesso a tecnologias e internet cada vez mais cedo. Adolescentes estão conectados o ‘tempo todo’, interagindo entre si e compartilhando informações.

Sendo assim, é necessário conhecimento sobre as ferramentas disponibilizadas e um comportamento preventivo em relação aos perigos ocultos da exposição excessiva na rede. Além disso, está cada vez mais comum a agressão através da internet, que pode trazer sérias consequências para suas vítimas.

Para a Procuradora Regional da República Neide Cardoso, coordenadora nacional do grupo de trabalho de enfrentamento aos crimes cibernéticos do Ministério Público Federal (MPF), um aspecto que desperta preocupação das autoridades é a exposição voluntária

de informações pessoais dos jovens. Há casos em que são divulgados dados da escola, da residência, da rotina da família. De acordo com o órgão, os principais riscos são o aliciamento online; a difusão de imagens pornográficas de crianças ou adolescentes e o *cyberbullying*.

Segundo Amado *et al* (2009) o *cyberbullying*, diferentemente do *bullying* face-a-face, baseia-se em outras formas de poder que não a força física, mas associadas ao domínio das tecnologias, ampliando o perfil dos agressores e das vítimas. Amplifica também suas consequências, uma vez que as agressões podem difundir-se facilmente e rapidamente, mantendo-se infinitamente presentes no espaço virtual. Essa característica faz do *cyberbullying* uma agressão potencialmente mais destruidora do que o *bullying* direto, uma vez que o grau de exposição é infinito e não oferece condições de defesa para a vítima. Outro fator preocupante é a sensação de anonimato e invisibilidade proporcionadas pela comunicação virtual. Isso faz com que muitas das vezes os autores de agressão virtual sequer tenham consciência das consequências desses atos sobre as vítimas.

Não apenas o *cyberbullying* tem trazido consequências graves para os jovens, mas também o uso da tecnologia para praticar o chamado *sexting*, que consiste em compartilhar eletronicamente material sexualmente explícito. Cada vez mais jovens, incluindo pré-adolescentes na faixa dos 10 a 12 anos, têm aderido a essa perigosa prática. Para o psicólogo e pesquisador da Universidade Federal da Bahia Rodrigo Nejm, diretor de Educação da Organização não Governamental (ONG) SaferNet, "*o vazamento de conteúdo íntimo tem superado, em volume, casos registrados em comparação aos episódios de cyberbullying.*" Segundo ele, os adolescentes utilizam a internet com uma sensação de poder e anonimato, que aquilo que está fazendo está protegido, que não tem consequências. A facilidade de acesso à internet, a sensação de segurança provocada pelo uso do celular pessoal, a erotização precoce e a falta de instrução sobre educação sexual estão entre os fatores apontados pelo psicólogo para o aumento dos casos de *sexting*. Mesmo as crianças e adolescentes sendo considerados 'nativos digitais' isso não quer dizer que possuem capacidade crítica, de reflexão, de fazer escolhas conscientes e evitar a exposição nociva.

Marcelo Coutinho, especialista no tema e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que esses estudantes não percebem as armadilhas dos relacionamentos digitais. 'Para eles, é tudo real, como se fosse do jeito tradicional, tanto para fazer amigos como para comprar, aprender ou combinar um passeio.'

Segundo Rosane Leal da Silva, Josiane Rose Peetry Veronese, em seu artigo 'Os crimes sexuais contra crianças e adolescentes no ambiente virtual':

A escolha de adolescentes como vítimas se dá em razão de vários fatores, dentre eles: excessi-

va confiança demonstrada nesta faixa-etária, momento em que os adolescentes acreditam que nada acontecerá com eles, ao que se soma a necessidade de desafiar a autoridade parental, praticando atos que lhes pareçam transgressões; os adolescentes, apesar de tentarem aparentar esperteza, na realidade são ingênuos, o que os leva a ser facilmente influenciados por adultos e desconhecidos; têm necessidade de atenção e afeto; gostam de aventuras, e entrar em contato com pessoas estranhas pode lhes parecer desafiador; são impactados por processo de adultização precoce, o que os conduz à maior exposição na web, erotizando mensagens e revelando a sua imagem. (SILVA, R. L. da, VERONESE, J. R. P)

Sendo assim, o fato de que grande parte do público-alvo encontra-se em idade escolar motivou o desenvolvimento do projeto nas escolas de Ensino Fundamental de Campos do Jordão. Teve por objetivo, através do conhecimento das armadilhas e riscos encontrados na internet, despertar um comportamento adequado e preventivo nos adolescentes participantes.

O projeto foi desenvolvido durante o segundo semestre de 2016, nas escolas EM Irene Lopes Sodré, turmas do 6º ao 9º ano, e EM Frei Orestes Girardi, turmas do 1º ao 5º ano. Neste período foram atendidos 104 alunos de Ensino Fundamental I e 165 alunos de Ensino Fundamental II, com idades entre 7 e 16 anos.

ATIVIDADES REALIZADAS

O projeto teve início na escola Irene Lopes Sodré no mês de setembro de 2017 seguindo até dezembro do referido ano. Inicialmente, foi trabalhado o tema *bullying*. Primeiramente foi realizada uma conceitualização do que seria o *bullying*, depois uma roda de conversa onde os alunos puderam relatar experiências próprias ou dos colegas em relação ao tema e seus sentimentos quanto a isso. O tema também foi trabalhado através da música HOPEFUL - Bars & Melody e ao final fizeram uma encenação em grupo com base nessa música. Após verificar que os alunos entenderam adequadamente o tema, foi introduzido os conceitos de *cyberbullying*. Isso foi feito através da exibição de um vídeo sobre uma vítima de *cyberbullying* e uma roda de conversa. Foi aplicado também dinâmicas para reforçar a autoestima dos alunos. Em seguida foi trabalhado o tema Redes Sociais. Após uma pesquisa sobre as redes mais utilizadas pelos alunos, foram apresentados conceitos de segurança e restrição de acesso aos dados por pessoas desconhecidas, além da divulgação imprudente de dados pessoais e íntimos. Foi realizada uma dinâmica em grupo para reforçar os perigos de se relacionar com estranhos através das redes sociais. Finalmente, foi mostrado aos alunos como evitar golpes aplicados por hackers e vírus.



Atividade em grupos com alunos do 8º ano da escola Irene Lopes Sodré



Roda de conversa com alunos do 7º ano da escola Irene Lopes Sodré



Dinâmica de grupo com alunos do 6º ano da escola Irene Lopes Sodré



Atividade sobre *bullying* com alunas do 6º ano da escola Irene Lopes Sodré

No mês de outubro, iniciou-se o projeto na escola Frei Orestes Girardi, seguindo até dezembro do referido ano. Levando-se em conta a faixa etária dos alunos, os temas *Bullying*, *Cyberbullying* e Redes Sociais foram trabalhados através de desenhos animados, dinâmicas, rodas de conversa e gincanas. O tema *bullying* inicialmente foi trabalhado através de uma atividade em que os alunos deveriam se observar e identificar diferenças e semelhanças físicas. Depois foi apresentado um vídeo da Turma da Mônica sobre o tema e uma roda de conversa. Foi trabalhado também a questão dos apelidos, até que ponto são inofensivos. O tema *cyberbullying* foi trabalhado através de um vídeo e roda de conversa. Para o tema Redes Sociais também foi feita uma pesquisa sobre as redes que os alunos conhecem, uma explanação sobre divulgação de informações pessoais e sobre falar com pessoas desconhecidas. Após isso, foi realizada uma gincana onde os alunos puderam em equipe trabalhar os conceitos de *cyberbullying*, perigos de se expor na internet, conversar com estranhos e como utilizar adequadamente as redes sociais.



Apresentação do tema Redes Sociais para alunos do 5º ano da escola Frei Orestes Girardi



Roda de conversa sobre o tema *Bullying* com alunos do 3º ano da escola Frei Orestes Girardi

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse projeto permitiu mostrar a alunos de uma ampla faixa etária, considerada de risco, que certas atitudes ao utilizar a internet pode

os expor a perigos e situações vexatórias que podem impactar profundamente suas vidas. Os alunos participaram do projeto com interesse e demonstraram através das atividades que foram impactados positivamente pelos temas trabalhados. Os professores das turmas envolvidas relataram ao final do projeto que houve significativa melhora no comportamento dos alunos após a participação no projeto. O projeto foi muito bem recebido pelas escolas, que relataram ter tido problemas anteriormente relacionados aos temas com determinados alunos, sendo o trabalho desenvolvido com eles muito oportuno. A disponibilidade das escolas em ceder espaço e materiais suficientes para a aplicação do projeto foi de suma importância em seu êxito.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. et al. **Cyberbullying**: Um desafio à investigação e à formação. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal. 2009. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/409/363>>. Acesso em 24 de julho de 2016.
- SILVA, R. L. da, VERONESE, J. R. P. **Os crimes sexuais contra crianças e adolescentes no ambiente virtual**. Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6634&revista_caderno=12>. Acesso em 24 de julho de 2016.
- BULLYING**: Um Desafio às Escolas do Século XXI. Brasil Escola. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/bullying-um-desafio-as-escolas-seculo-xxi.htm>>. Acesso em 24 de julho de 2016.
- CRISTALDO, Heloísa. **Adolescentes e a internet**: como navegar na rede com segurança. Agência Brasil, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://agencia-brasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/adolescentes-os-riscos-do-uso-excessivo-da-internet>>. Acesso em 24 de julho de 2016.
- TINOCO, Rui. **A infância e a adolescência na internet**: quais serão as novas formas de adoecer? Portal Psicologia, 2010. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/ver_opiniao.php?codigo=AOP0255>. Acesso em 24 de julho de 2016.
- UNICEF. **O Uso da Internet por Adolescentes**. UNICEF, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/br_uso_internet_adolescentes.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2016.
- HAMANN, Renan. **Você sabe o que é sexting?** Tecmundo, 2009. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/celular/3070-voce-sabe-o-que-e-sexting-hm>>. Acesso em 24 de julho de 2016.
- SANTOMAURO, B. **Cyberbullying**: a violência virtual. Revista Online Nova Escola, 2010. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/formacao/cyberbullying-violencia-virtual-bullying-agressao-humilhacao-567858.shtml>>. Acesso em 21 de julho de 2016.
- FANTE, C. **Bullying nas escolas**. Entrevista concedida à Revista Carta Capital, 2010. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/carta-fundamental-arquivo/bullying-nas-escolas>>. Acesso em 21 de julho de 2016.
- BRASIL, **Lei no 13.185**, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em 19 de julho de 2016.
- Cartilha de Segurança para Internet Versão 4.0**. Comitê Gestor da Internet no Brasil, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>>. Acesso em 19 de julho de 2016.
- SAFERNET, **Educadores**. Disponível em: <<http://new.netica.org.br/educadores>>. Acesso em 19 de julho de 2016.
- BULYING VIRTUAL**. Produção de Stéphane Jacques. Montreal, Quebec, Canadá: 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tkDvyfSeziE>>. Acesso em: 19 de julho de 2016.
- Consequências do Bullying e/ou Cyberbullying nos Personagens**. Portal Educação. Disponível em: <www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/60391/consequencias-do-bullying-e-ou-cyberbullying-nos-personagens>. Acesso em 18 de julho de 2016.
- Cyberbullying** – O que é e como se proteger desse grave problema. DNT - O Direito e Novas Tecnologias, 2009. Disponível em: <<http://www.dnt.adv.br/noticias/cibercultura/cyberbullying-o-que-e-e-como-se-proteger-desse-grave-problema>>. Acesso em 18 de julho de 2016.
- Dicas de Segurança no uso de computadores e da Internet**. DNT - O Direito e Novas Tecnologias, 2009. Disponível em: <<http://www.dnt.adv.br/noticias/seguranca-da-informacao/cartilha-dicas-de-seguranca-no-uso-de-computadores-e-da-internet>>. Acesso em 18 de julho de 2016.
- Uso responsável da internet pelas crianças**. DNT - O Direito e Novas Tecnologias, 2009. Disponível

em: <<http://www.dnt.adv.br/cartilhas/cartilha-uso-responsavel-da-internet-pelas-criancas>>. Acesso em 18 de julho de 2016.

Orientação aos Pais no combate a pedofilia na internet. DNT - O Direito e Novas Tecnologias, 2009. Disponível em: <<http://www.dnt.adv.br/noticias/cartilha-orientacao-aos-pais-no-combate-a-pedofilia-na-internet>>. Acesso em 18 de julho de 2016.

Dicas de como os pais podem orientar os filhos para o uso seguro da rede. DNT - O Direito e Novas Tecnologias, 2008. Disponível em: <<http://www.dnt.adv.br/noticias/dicas-de-como-os-pais-podem-orientar-os-filhos-para-o-uso-seguro-da-rede>>. Acesso em 18 de julho de 2016.

HOPEFUL. Produção de Bars and Melody, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wT3RhIJZu4k>>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

BARS & MELODY – **Simon Cowell's Golden Buzzer Act | Britain's Got Talent.** 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g3Rf5qDuq7M>>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

DAQUINO, Fernando. **A História das Redes Sociais: Como Tudo Começou.** Tecmundo, 2012. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/33036-a-historia-das-redes-sociais-como-tudo-comecou.htm>>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

ADAMI, Ana. **Redes Sociais.** InfoEscola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociedade/redes-sociais-2/>>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

CANTALOGO, Aline Rodrigues. **Aula sobre bullying com personagens da Turma da Mônica.** Portal do Professor, 2011. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=31223>>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

SANTOS, Edméa Oliveira; WEBER, Aline. **Com o bullying não se brinca.** Uerj, Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/janinhacae-tano7/projeto-com-o-bullying-no-se-brinca>>.

DESAFIOS DA INCLUSÃO RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS SURDOS EM UM CURSO PROFISSIONALIZANTE NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – CÂMPUS CAMPOS DO JORDÃO

CUNHA, Ana Lúcia¹

¹Profa. Ms. Área de Turismo – Curso de Formação Inicial e Continuada - Panificação e Confeitaria do Instituto Federal de São Paulo – câmpus Campos do Jordão.

RESUMO

O trabalho em questão é fruto de experiências a partir de um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Panificação e Confeitaria oferecido à comunidade surda e ministrado pela autora, na condição de docente do Instituto Federal de São Paulo – câmpus Campos do Jordão. Tal ação teve início há dezoito meses, e já é possível fazer um relato como registro das experiências. Compreender o processo de ensino-aprendizagem dos surdos, com seus desafios e limites, e colocar essas questões em pauta representa sempre uma possibilidade de aprendizado e aprimoramento no processo de inclusão dos alunos com surdez.

Palavras-chave: Ensino Profissionalizante; Educação inclusiva; Surdez; Panificação e Confeitaria.

ABSTRACT

The work in question is the result of experiences from a Basic and Continued Education course of Baking and Confectionery, offered to the deaf community of the region and taught by the author as a teacher at the Instituto Federal de São Paulo – câmpus Campos do Jordão. This action started eighteen months ago and it is already possible to make a report as a record of the experiences. To understand the teaching-learning process of the deaf people with challenges and limits, and to put these issues at the forefront always represents a possibility for learning and improvement in the process of inclusion of students with deafness.

Keywords: Professionalizing education; Inclusive education; Deafness; Baking and Patisserie.

OBJETIVO

Relatar uma experiência em sala de aula sobre inclusão.

INTRODUÇÃO

Quando se reflete acerca da educação e dos direitos humanos, o alicerce para discussão deve ser a própria Constituição Brasileira, que preconiza a igualdade de direitos a todos os cidadãos. Aliada a esse documento, a Lei nº 9.394 – Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996, também torna-se imprescindível para o debate, visto que em seu capítulo V trata sobre a Educação Especial e assegura, no Artigo 59, o direito à “educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade...” (BRASIL, 1996). Como preparar um deficiente para o mercado de trabalho, se ainda na oferta da educação básica ocorrem falhas que comprometem todo resultado posterior? Nos Institutos Federais, essa possibilidade dos Cursos de Formação Inicial e Continuada despontam como uma saída para tal lacuna por meio de cursos profissionalizantes pensados e direcionados para esse público.

Recorrer à história é a base para o entendimento dos processos sociais. Cada indivíduo possui características muito particulares que o diferenciam dos demais, e a essas diferenças são atribuídos significados com claras influências políticas, sociais e filosóficas. A principal delas provém do trabalho social ou da capacidade que cada indivíduo tem de ser produtivo e de apresentar resultados.

“A potencialidade humana para o trabalho em cada sociedade será o critério determinante para julgar se o sujeito é ‘normal’ ou ‘deficiente’ (FERNANDES, 2013, p. 36). Assim, segundo Skliar (1999), a presunção de deficiência não está no indivíduo, mas nos processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam a forma como o outro é pensado.

Os conceitos se modificaram consideravelmente e, para Fernandes (2013, p. 33), é possível delimitar quatro grandes fases pelas quais a história ocorreu: “Período do extermínio, da segregação, da institucionalização e, por fim, da integração e inclusão”.

Baggio e Nova (2009) informam que, na Idade Antiga, a surdez era encarada como castigo e as pessoas deveriam ser eliminadas, sendo seu destino a morte ou o abandono. As mesmas autoras informam ainda que os surdos eram lançados ao mar, atirados dos penhascos ou abandonados nas florestas.

Dessa forma, foi construída a identidade do surdo: como alguém incapaz e rejeitado. Vale lembrar que os papéis sociais são construídos no sentido de hierarquizar os indivíduos, segundo o psicólogo González-Rey (2005).

Segundo Fernandes (2013), com o advento do Cristianismo, ocorre uma mudança no pensamento e o extermínio passa a ser questionado. No entanto, a surdez continua sendo vista como um castigo e, apesar da antiga prática ter sido abolida, surgem os asilos e abrigos dentro de uma concepção assistencialista, levando as pessoas à segregação social, ato de separação do convívio de todos aqueles que não se encaixavam nos padrões de normalidade.

O Século XVIII foi marcado pela Revolução Industrial, na Inglaterra. Neste contexto, a burguesia, ávida por lucros e produção, via nos deficientes uma mão de obra barata propiciando sua inserção no mundo do trabalho. Iniciam-se, assim, as instruções básicas de escrita, leitura e cálculos, privilegiando aqueles cuja deficiência era simples e favorecia o processo de letramento. Essas pessoas eram aproveitadas como força de trabalho, enquanto os demais continuavam segregados socialmente em espaços de confinamento.

Conforme afirma Fernandes (2013), também no século XVIII, com o Movimento Iluminista, ocorreu o chamado “modelo clínico terapêutico”, marcado pelo surgimento das “Escolas Especiais”, que promoviam a identificação entre deficiência-doença-tratamento-cura.

Foram muitos os marcos na história da educação para surdos, passando pelo abade Charles Michel de L’Épée (1712-1789), que fundou a primeira escola pública para surdos e pelo “Congresso de Milão” (1880), que impôs que as línguas de sinais fossem definitivamente banidas, forçando-se o método de oralização. No entanto, Baggio e Nova (2013) afirmam que, apesar da proibição, os surdos continuaram a usá-la até que fossem reabilitadas pelo linguista William Stokoe (1960), que contribuiu para que o surdo não fosse

mais visto como portador de patologia, mas como uma pessoa capaz de relações sociais com desenvolvimento cognitivo e afetivo. No Brasil, em 2002, é assinada a Lei 10.436 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 5. 626/05, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua oficial dos surdos.

Como políticas públicas, podemos citar a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, assinada por 160 países e ratificada no Brasil como emenda constitucional em 2008, que gerou a publicação de um conjunto de leis que garantem o direito à educação inclusiva.

TRABALHO DESENVOLVIDO

No primeiro projeto, foram admitidos 15 alunos surdos para início de um Curso de Formação Inicial e Continuada em Panificação e Confeitaria. Eu, como professora técnica da área, não sou habilitada em LIBRAS e fui acompanhada por outro professor que, na realidade, não é um intérprete, visto que também possui deficiência auditiva. Esse professor que me acompanhou no trabalho possui pouca audição, não sendo um “bom ouvinte” para uma tradução simultânea. Em função do seu alto grau de surdez, há o comprometimento dos sistemas e símbolos que permitem a perfeita comunicação oral em português.



Fotografia 1. Alunos surdos do Curso de Panificação e Confeitaria no Laboratório. Fonte: Próprio autor (2017).



Fotografia 2. Alunos em momento de aula no laboratório. Fonte: Próprio autor (2018).



Fotografia 3. Alunos surdos do Curso de Panificação e Confeitaria no Laboratório. Fonte: Próprio autor (2018).

O desconhecimento da cultura surda fez com que surgissem os primeiros obstáculos. As aulas não poderiam seguir os padrões estabelecidos, e foi nesse instante que senti a necessidade de inovar na metodologia do curso para chegar aos alunos. Eles não eram alfabetizados e, conseqüentemente, desconheciam a maioria das palavras que seriam usadas para explicar a teoria da panificação e confeitaria.

Dessa forma, a decisão estava em utilizar a internet como parceira na apresentação de figuras que ilustrassem as teorias que estavam sendo colocadas. Outra forma que apresentou excelentes resultados foi a disponibilização de matérias-primas cujos nomes eles desconheciam. Com esse material devidamente identificado, seria possível trabalhar de forma mais concreta, visto que eles poderiam pegar, cheirar e até experimentar os produtos, o que facilitaria a efetivação do conhecimento.

Quanto ao preparo, a metodologia utilizada foi a da demonstração. O professor executa, com os alunos observando e, na seqüência, os discentes replicam o processo até a devida interação do conhecimento.

Ao final, eles apresentam a produção, degustam e fazem os registros necessários para o aprendizado, conforme figura 4.

Nos cursos que foram abertos em seguida, a opção foi a de trabalhar com turmas mistas de surdos e ouvintes. Chegamos à conclusão de que a promoção da convivência social teria um efeito positivo no desenvolvimento dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio da inclusão não se restringe ao acesso à sala de aula. Na tentativa aleatória de incluir, incorre-se no mesmo erro que acontece no mercado de trabalho, oferecendo o mínimo. A formação integral do indivíduo perpassa o ambiente escolar, no qual ele se constitui e se prepara para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho.

Para uma efetiva inclusão, é necessária a inversão total dos valores prevaletentes e a compreensão de que a diversidade é essencial na transformação da sociedade. Percebo que o papel social dessa

iniciativa está acima de qualquer outro valor. Cada encontro dos alunos surdos e ouvintes promove um momento de interação, de socialização, no qual o preparo dos pães fica como pano de fundo para essa ação inclusiva, como ilustra as figuras 1, 2 e 3.

Durante os encontros, é visível a boa vontade por parte dos envolvidos e os esforços empreendidos nessa interação. Percebe-se que a ausência de uma linguagem comum não impede o relacionamento, o que prevalece é o sentido de grupo em que os indivíduos equiparam-se, ajudam-se e constroem-se.

O projeto continua, já temos alunos inseridos no mercado de trabalho e, a cada turma, aumenta a lista de espera, já que só conseguimos atender 15 alunos por turma. No câmpus, há o Curso de Pedagogia e seus alunos apreciam a iniciativa e cuidam de divulgar nas redes sociais por entenderem a importância da iniciativa, conforme mostra a ilustração 1.



Fotografia 4. Produção dos alunos em aula de Panificação. Fonte: Próprio autor (2018).

Ilustração 1.

Divulgação feita no Facebook por aluno do Curso de Pedagogia do IFSPCJO. Fonte: https://www.facebook.com/pg/turismo.eventos.hospedagem.ifspcj/photos/?ref=page_internal. Postada em 27/04/2018



REFERÊNCIAS

BAGGIO, M.A.; NOVA, M.G.C. **LIBRAS**. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Curitiba: Ibpex, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso .

BAYER, E. R. **A Inclusão do Surdo no Ensino Técnico: Estudo de Caso sobre a Interação na Cena Pedagógica**. Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão, UNICRUZ, Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em <http://www.revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/electronica/article/view/14-25>. Acesso em 18/03 às 19 h.

DIVERSA – **Educação Inclusiva na prática**. Disponível em: <http://diversa.org.br/educacao-inclusiva/por-onde-comecar/marcos-legais/convencao-sobre-os-direitos-das-pcd/como-a-convencao-impactou-a-educacao-brasileira/> Acesso em 22/04 as 12.06.

DUARTE, A.S.; HARDOIM, E.L. **Signo Ideológico: O Surdo de Aristóteles ao visual da Contemporaneidade**. Revista Diálogos. 2015. Disponível em <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/3369/2366>, acesso em 22/04 às 23:05h.

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

HIRATA, T.C.S.; DUTRA, A.; STORTO, L.J. **Estudo de Caso: Inclusão de aluna surda no ensino profissionalizante em escola pública da cidade de Londrina**. Revista Eletrônica de *Educação*, v. 7, n. 3, p.205-225. ISSN 1982-7199. 2013. Disponível em www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/499/305

IBGE - **Censo demográfico 2010**. Retirado do site da SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Resultados preliminares da amostra – CENSO 2010. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/indicadores/censo-2010> Acesso em 25/04 – 12:20 h.

LORENZI, V. M. **Desafio da Inclusão de aluno com surdez: Um estudo de caso**. XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUC Curitiba 2013. Disponível em educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7912_4519.pdf Acesso em 16/03 às 23:45h.

SKLIAR, C. **A Invenção e a Exclusão da Alteridade Deficiente a partir dos significados da normalidade**. Revista Educação e Realidade. 1999. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55373/33644> acesso em 20/04 às 21h.

SARAU LITERÁRIO: DO ENSINO DA LITERATURA À ESTÉTICA DA SENSIBILIDADE

Patrícia A. da Silva¹, Maria C. S. Guilhen², Marilda Beijo³, Rosemeire Bressan⁴

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Câmpus Catanduva. patriciaaasb@ifsp.edu.br.

² Professora do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia, Câmpus Catanduva. mariacelia@ifsp.edu.br.

³ Professora do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia, Câmpus Catanduva. marilda@ifsp.edu.br.

⁴ Professora do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia, Câmpus Catanduva. robressan@ifsp.edu.br

RESUMO

O presente relato refere-se às experiências decorrentes do Projeto de Extensão desenvolvido no Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Catanduva e intitulado "Il Sarau Literário: Eu e o Outro". A ação dos extensionistas permitiu a realização de um grande evento em que a arte foi tomada como instrumento de sensibilização estética, ética e política. Os textos, em diferentes gêneros literários e previamente selecionados, foram discutidos e analisados com os participantes do projeto e algumas relações intertextuais foram exploradas, possibilitando o contato com outras manifestações artísticas, além da Literatura, tais como música, dança, pintura, escultura e teatro.

Palavras-chave: Ensino da Literatura; Experiência; Sarau Literário.

ABSTRACT

The presente report refers to the experiences arising from the Extension Project developed at the Federal Institute of Education, Science and Technology, Campus Catanduva and titled Il Literary Sarau: "Me and the other". The action of the extensionists allowed the realization of a great event in which art was taken as an instrument of aesthetic, ethical and political sensitization. The texts, in different literary genres and previously selected, were discussed and analyzed with the participants of the project and some intertextual relations were explored, making possible the contact with other artistic manifestations, besides Literature, such as music, dance, painting, sculpture and theater.

Keywords: Teaching of literature; experience, literary sarau. .

INTRODUÇÃO

Ao perquirir a qualidade da educação brasileira, nos deparamos com o insucesso escolar, evidenciado por avaliações nacionais e internacionais, bem como pelas pesquisas acerca da leitura literária. A grande maioria dos indicadores aponta o baixo desempenho com a leitura e o fato de os brasileiros lerem muito pouco.

Nesse sentido, julgamos imprescindível refletir sobre o ensino da literatura, que a nosso ver, coaduna-se com a tese defendida por Todorov (2010). Para ele, a Literatura está em perigo não pela escassez de bons autores, mas devido ao modo como o estudante entra em contato com ela: não por meio da leitura do texto propriamente dito, e sim, por meio das teorias ou da história literária - forma disciplinar e institucional recorrente. Assim, segundo o autor, a literatura deixa de ser um agente de conhecimento sobre o mundo, os homens, as paixões, enfim, sobre a vida íntima e pública para tornar-se apenas uma matéria escolar que ensina periodização, ou ainda, um estudo renegado ao segundo plano.

Como afirma Candido, a literatura não faz o homem melhor e nem pior; mas o humaniza em sentido profundo, porque o faz viver com todas as contradições e vicissitudes que a vida oferece. Portanto,

“negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade” (CANDIDO, 1995, p. 235).

Desse modo, experiências significativas envolvendo o estético, o sensorial e o emocional devem estar na essência da proposta de trabalho, nas mediações e no emprego de estratégias diversificadas do professor de Língua Portuguesa. Precisamos dar aos nossos alunos uma formação “humanizada” (estética, ética e política) a qual poderia ser priorizada durante todo processo educacional, mas que, infelizmente, sabemos não o ser.

Portanto, com o objetivo de promover o êxito escolar e a formação plena do aluno (especialmente a formação leitora), acreditamos ser necessário nos afastar de velhos modelos metodológicos e procurar alternativas diferenciadas para o trabalho com o texto literário, que sejam norteadas pela “experiência” como meio para sua efetivação, êxito que cremos ter sido alcançado com a realização do II Sarau Literário. A partir dessa perspectiva é que desenvolvemos este projeto de extensão, cujo objetivo é intervir na formação não apenas dos alunos extensionistas, mas do cidadão comum, por meio de práticas de leitura do texto literário, reflexão e interpretação desses textos por meio de músicas, danças e declamação de poesias.

ATIVIDADES REALIZADAS

O projeto foi desenvolvido por uma Comissão de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Câmpus Catanduva. A divulgação foi feita por professores e alunos. O número de vagas disponíveis para a comunidade externa foi de 10 vagas. O projeto consistiu em unir pessoas de todas as idades, da comunidade externa e do Instituto Federal para desenvolver um estudo literário com aplicações práticas que foram apresentadas em um Sarau Literário, que ocorreu no Câmpus Catanduva. Os participantes foram sendo conduzidos na construção gradual de suas emoções e de um repertório de informações relacionadas às diferentes obras literárias. Foram conduzidos a parar... para ouvir, para ver, para discutir, para ler, para refletir, para sentir... e, a partir daí, para expressar-se.

Após alguns encontros, o tema a ser desenvolvido no Projeto foi definido: “Eu e o Outro”, pois prevaleceu o desejo da maioria em falar sobre a importância das relações interpessoais que podem ir “do ódio ao amor”. A construção do Sarau se deu aos poucos. Primeiramente escolhemos a sensibilização das pessoas por meio da arte e a valorização das relações interpessoais. Depois, demonstrou-se historicamente a evolução das relações humanas, abordando, desde o ápice de sua degradação por meio da guerra, até as demonstrações mais genuínas de afeto e solidariedade ao próximo na sociedade contemporânea, seja ele um membro familiar ou não. Na figura 1 temos os participantes interpretando a música *Geni e o Zepelim*, de Chico Buarque.



FIGURA 1: Interpretação da música *Geni e o Zepelim*.

O repertório para a apresentação foi constituído por: poemas, contos, trechos de romances, crônicas e músicas que dialogassem entre si e com a intenção do Sarau. Autores e compositores canônicos da Língua portuguesa foram selecionados pelos alunos e docentes, como Drummond, Fernando Pessoa, Marina Colassanti, Manoel de Barros, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Cora Coralina, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Chico Buarque, Geraldo Vandré, entre outros, além de autores e compositores contemporâneos como Arnaldo Antunes, Emicida, Fábio Brasa, Nando Reis, também entre outros. Ficou evidente o respeito atribuído tanto à arte canônica quanto à popular contemporânea, o que surpreendeu positivamente os extensionistas. Também foi possível estabelecer juntos, inúmeras relações intertextuais possíveis entre Literatura, música, dança, dramatização e as artes plásticas. A figura 2 mostra os participantes apresentando a história de João-Joana, de Drummond.



FIGURA 2: História de João-Joana, Drummond.

Os participantes tiveram vez e voz em todos os encontros realizados para a organização do evento. A troca de experiências e gostos artísticos entre pessoas de diferentes níveis sociais e de ensino foi um aprendizado imensurável para todos. Os próprios participantes foram definindo o que cada um poderia contribuir com o Sarau. Foram realizados ensaios

individuais, visando a obter uma interação profícua entre cada aluno e sua obra, e ensaios gerais. Este momento oportunizou inúmeras novas interações entre os participantes e a arte apresentada por cada um de seus colegas, como pode ser visto na Figura 3, em que os alunos estão declamando o poema de Ferreira Gullar, "Traduzir-se".



FIGURA 3: Declamação do poema "Traduzir-se".

A cada apresentação, fossem declamações individuais, em duplas ou em grupos, danças, músicas cantadas e tocadas ou o lindo teatro de sombras, os alunos participantes eram surpreendidos com o dinamismo de cada execução, realizada dentro e fora do palco, inclusive entre a plateia, com a força de cada obra e, principalmente, com o talento do colega, nunca antes se quer imaginado. A figura 4 mostra o aluno retratando o tema do Sarau, "Eu e o outro", em forma de uma tela.



FIGURA 4: Execução de um quadro com o tema "Eu e o outro".

Desde o olhar de surpresa até as lágrimas nos olhos emocionados, cada expressão de nossos alunos revelou a nós, docentes, a imensurável troca de conhecimentos e o quão significativo foi esta expe-

riência didática para todos os participantes, mesmo ainda nos ensaios gerais. Foi gratificante perceber a superação de vários alunos que nunca haviam falado ou se apresentado em público antes, ou ainda daqueles que afirmaram nunca antes terem lido um poema ou qualquer texto literário na vida.

Para as apresentações havia um palco que foi decorado com um cenário gentilmente cedido pelos pais de um aluno do projeto. Na noite de apresentação, finalmente, a mágica aconteceu e os objetivos do projeto de extensão foram alcançados. As interações significativas possibilitadas entre os extensionistas e a arte, foram estendidas aos servidores e à comunidade externa, familiares, amigos e convidados presentes, como pode ser visto na Figura 5.



FIGURA 5: Plateia atenta às apresentações.

Os objetivos de sensibilizar as pessoas por meio da arte e chamar atenção para as relações interpessoais foram alcançados. Para finalizar, na figura 6 temos a escultura de um casal, construída em tamanho real por um participante e utilizada para embelezar a entrada do espaço onde ocorreu o Sarau. No dia da apresentação, foi possível contar com a presença de mais de cem pessoas que vieram prestigiar o evento, além dos extensionistas e da comissão organizadora composta pela bibliotecária e sua equipe, assistentes administrativos e professores de disciplinas diversas.



FIGURA 6: Entrada do Sarau, com vista de dia e noite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a experiência humana só é profunda, só afeta as pessoas se for iniciada pelo aspecto afetivo, afetando os sentimentos para depois poder trabalhar com o intelectual, refletindo o acontecido e assim podendo levar a uma construção volitiva, ou seja, uma ação da vontade, embasada em uma experiência sentida e pensada. Nessa perspectiva, consideramos a literatura como um instrumento de humanização, capaz de sensibilizar e desenvolver o senso estético, além do ético e político dos participantes do projeto.

Nesse sentido, esperamos que o presente projeto de extensão, na intenção de se afastar de metodologias tradicionais de ensino, tenha oportunizado aos nossos alunos e à comunidade externa vivenciarem experiências de aprendizagem, de fato, significativas.

E isso foi confirmado pela comunidade externa que relatou ter se sentido emocionada como em nenhuma outra ocasião. Além disso, alguns disseram nunca ter participado de evento como este, que incentive a Arte/Literatura como forma de transformar a vida das pessoas, dando a elas asas para voar e se encontrar além do infinito.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p.235.

TODOROV, Tzvetan. **Literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012.

MÚSICA NA BIBLIOTECA

Daniele Spadotto Sperandio¹

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) na Unidade Universitária de Paranaíba/MS, especialista em Gestão Pública (UCDB) e em Gerência de Unidades de Informação (UEL), Graduada em Biblioteconomia e Ciência da Informação (UFSCar), Coordenadora de Biblioteca e Bibliotecária-Documentalista do IFSP, Câmpus Votuporanga, danispadotto@ifsp.edu.br.

RESUMO

O objetivo das apresentações musicais do Projeto de Extensão Biblioteca viva, foi promover a interação entre o usuário e a cultura, de forma a mudar o conceito da biblioteca como lugar onde o silêncio impera e suscitar uma nova concepção da biblioteca, com atrativos aos indivíduos conectados às tecnologias. O desenvolvimento dessas apresentações visou atrair públicos de perfis distintos, promover a biblioteca na comunidade de seu entorno e possibilitar maior interação entre o ensino e a cultura. Como resultados, observo u-se adesão do público, utilização da biblioteca pela comunidade e como esta contribui na formação cultural e acadêmica de todos.

Palavras-chave: ação cultural; cultura; música.

ABSTRACT

The purpose of the musical presentations of the Extension Project Living Library was to promote the interaction between the user and the culture, in order to change the concept of the library as a place where silence prevails and create a new conception of the library, attracting connected individuals technologies. The development of these presentations aimed at attracting audiences of different profiles, promoting the library in the community of its surroundings and enabling a greater interaction between the teaching and the culture. As a result, there was public acceptance, use of the library by the community and how it contributes to the cultural and academic formation of all.

Keywords: cultural action; culture; music.

INTRODUÇÃO

A cultura é essencial na formação da vida pessoal, social e acadêmica do indivíduo. Coelho (2008) afirma que um mundo sem arte é tomado pela ignorância, pelo divertimento rasteiro e pelo embrutecimento dos espíritos e colocar em prática a cultura iniciando pela arte, é uma forma de transformar o mundo.

Nesse sentido, a biblioteca possui papel fundamental na realização de atividades complementares com o intuito de promover a cultura entre os jovens e implementar atividades e eventos de ação cultural. Desse modo, incentivar os diversos públicos que faz uso desse espaço e atrair outros que consideram a biblioteca apenas como local de leitura e silêncio, torna-se um desafio a ser superado.

Trabalhar a cultura para educar é papel de todos, independentemente se atuam ou não em estabelecimentos de ensino.

A concepção da ação cultural na biblioteca vai muito além desse aspecto. Para Almeida (1987, p.33) a ação cultural “busca a expressão e a criatividade dos indivíduos no grupo e na comunidade”, por meio de um relacionamento entre o processo de educação coletiva durante o desenvolvimento das atividades práticas, além da troca de informações e discussão dos temas de interesse do grupo.

O objetivo do Projeto de Extensão Biblioteca Viva: leitura, cinema e música, desenvolvido pela Biblioteca do IFSP, Câmpus Votuporanga,

foi incentivar o gosto pela cultura entre os jovens a partir de apresentações musicais, com comentários educativos de docentes e convidados que abordaram a temática de cada encontro musical e promover a biblioteca na comunidade onde está inserida.

A realização de atividades culturais é essencial para que o público, independente de seu perfil, tenha uma interpretação mais abrangente do mundo e das várias formas de cultura, da arte, da música e da literatura e, dessa forma, perceber seu papel perante a sociedade e que suas escolhas são as responsáveis por sua formação.

ATIVIDADES REALIZADAS

O projeto de extensão Biblioteca viva: leitura, cinema e música teve início em abril e foi finalizado em dezembro de 2017. Houve a realização de uma variedade de atividades, entre elas, exibição de filmes, oferta de oficinas e apresentações musicais, com a participação voluntária de discentes, docentes, técnicos-administrativos e comunidade externa.

Todas as atividades foram amplamente divulgadas no *site* e na página em rede social do campus, na página em rede social da Biblioteca e no *site* criado especificamente para o projeto. Foram confeccionados folders e distribuídos em pontos estratégicos da cidade para que houvesse participação efetiva da comunidade.

A comunidade externa participou de enquete aplicada por meio do site do projeto e de página em rede social. Para os alunos do campus, a aplicação de enquete foi efetivada *in loco*. O intuito das enquetes foi levantar entre o público, as atividades com maior interesse e, após a realização destas, de avaliar o nível de satisfação e receptividade dos participantes.

A realização de apresentações musicais dentro da biblioteca teve como finalidade incentivar os discentes do campus que cantavam ou tocavam instrumentos musicais a participar dessa atividade bem como, em propiciar que os amigos externos ao campus, participassem desses encontros.

Foi divulgado um edital para que os voluntários com interesse em ser voluntário nas atividades se cadastrassem, assim poderiam se inscrever para participar das apresentações musicais ou das demais atividades do projeto como colaboradores.

A primeira apresentação musical, ocorreu no dia 31 de agosto de 2017, com o tema “Moda de Viola” e contou com um público estimado em duzentas pessoas, que pode ser observado na Figura 1. Entre o público, registrou-se a presença de discentes dos cursos integrados e superiores, docentes, servidores, pais e amigos de alunos bem como de ex-alunos e pessoas da comunidade.

Foram abordadas as características das músicas de cada época e sua origem, como os aspectos históricos do sertanejo raiz, as influências e sua evolução partindo da década de 1930 até os anos 1990.



FIGURA 1 – Público presente na apresentação musical Moda de Viola. Fonte: Fotografado pela autora (2017).

Os músicos e intérpretes dessa apresentação (Figura 2) foram o Prof. Thito (professor de viola caipira, violão e acordeão), seu neto, o jovem sanfoneiro de 12 anos, Juan Avelino de Souza e o aluno do curso de graduação em Engenharia Civil, Luciano José Santos Júnior.



FIGURA 2 – Intérpretes da apresentação musical Moda de Viola. Fonte: Fotografado pela autora (2017)

No dia 28 de setembro de 2017, ocorreu a apresentação musical com o tema “Música na Ditadura”, cujo repertório objetivou a interpretação de músicas que evidenciava um duplo sentido nas letras, meio este utilizado pelos artistas da época para compor e gravar músicas com o intuito de driblar a censura existente no período.

Pode-se observar o público presente na Figura 3.



FIGURA 3 – Público presente na apresentação Música na Ditadura. Fonte: Fotografado pela autora (2017).

Entre as músicas interpretadas pelo músico Clodoaldo Lima estão Cálice e Roda Viva, gravações de Chico Buarque, Alegria Alegria de Caetano Veloso, Pra não dizer que não falei das flores de Geraldo Vandré, O bêbado e o equilibrista de Elis Regina e Mosca na Sopa de Raul Seixas.

A professora Terezinha Gonzaga, convidada especial para o evento, emocionou-se, bem como o público presente, ao dar um depoimento expressivo de sua vivência dessa época que marcou sua adolescência.

Observe o músico Clodoaldo Lima e a professora Terezinha na Figura 4.



FIGURA 4 – Músico e Intérprete e comentarista. Fonte: Fotografado pela autora (2017).

Em 25 de outubro de 2017, ocorreu no Anfiteatro, a apresentação musical com a temática “Rebelia dos anos 80”, com a interpretação de músicas nacionais que marcaram a década de 1980.

A mudança do local foi motivada devido ao quantitativo do público, estimado em torno de trezentas pessoas, pois essa apresentação abriu a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a I Mostra de Trabalhos e a Casa Aberta, que contou com a presença de estudantes de escolas da cidade e demais interessados em conhecer a instituição.

Na temática “Rebelia dos anos 80”, as canções selecionadas para o repertório abordaram os aspectos sobre política e corrupção, desigualdades sociais, autoritarismo e ditadura, revolução e guerra, intolerância às diversidades e a rebeldia.

Entre as músicas apresentadas pela Banda Acústico Federal, Banda IFsJoke, Professora Bruna Lima e as alunas Kézia Souza e Fabiana Parreira, havia composições interpretadas por Titãs, Ira, Legião Urbana, Plebe e Rude, Uns e Outros, Raul Seixas, Caçuza, Lulu Santos e Rita Lee.

Os professores Osvandre Alves e Anésio Azevedo, abordaram os aspectos históricos, sociais e políticos dessas canções.

O público que esteve presente nas apresentações musicais desenvolvidas por meio do Projeto de Extensão Biblioteca viva, recebeu um endereço eletrônico para participar, voluntariamente, da ava-

liação de satisfação. Salienta-se que o endereço eletrônico entregue ao público era diferente para cada evento, de modo a mapear com maior precisão, o nível de interesse e receptividade da comunidade. Entre as perguntas, o respondente podia propor sugestões de outras atividades para serem desenvolvidas. Foram poucas as respostas pela avaliação ser opcional, no entanto, foram positivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização das apresentações musicais houve receptividade entre os usuários, além de contribuir para o aumento da procura da comunidade interna e externa pelos serviços da biblioteca, como maior demanda na utilização do acervo pela comunidade externa.

A biblioteca como local de não silêncio ainda possui certa resistência entre os usuários focados na velha concepção de biblioteca, onde o silêncio deve reinar. Alguns discentes registraram certa insatisfação em relação à realização de eventos, mesmo que tenham sido divulgados previamente e, com duração prevista de uma hora.

A faixa etária mais participativa foi entre 14 a 17 anos. Ao mesmo tempo, registrou-se entre o público presente nas apresentações musicais, vários pais de discentes do IFSP câmpus Votuporanga e pessoas da comunidade

Foi grande a repercussão das apresentações musicais entre os alunos, motivando-os em colaborar, voluntariamente, das programações como músicos e intérpretes.

A realização de ações culturais dentro da biblioteca é fundamental para sua maior visibilidade na comunidade onde está inserida e, no que se refere às apresentações, estas foram responsáveis em reunir um público diversificado, independente de suas preferências musicais.

Conclui-se que, independente do tipo, as atividades culturais são essenciais para a formação do indivíduo, seja aluno da instituição ou não.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. de. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1-4, p. 31-38, jan./dez. 1987. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/18444>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

COELHO, T. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultura, 2008. Disponível em: <http://d3n-v1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/001054.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.

PROJETO “CIÊNCIA E ARTE”

Ricardo M. M. Rosado¹, Riama C. Gouveia², Bruno M. Ribeiro³

¹ Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFSP – câmpus Sertãozinho, ricardo.meloni@ifsp.edu.br.

² Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFSP – câmpus Sertãozinho, riama@ifsp.edu.br.

³ Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio do IFSP – câmpus Sertãozinho, bruno_molero@outlook.com.

RESUMO

Este trabalho descreve a experiência de um projeto de extensão criado no IFSP *campus* Sertãozinho em 2016 no qual teatro e paródias musicais foram utilizados para ensinar Física de uma maneira atraente para os alunos. Em 2017, outros professores de Física, Química, Biologia e Artes passaram a fazer parte do projeto, que incorporou também outras manifestações artísticas, como edição gráfica e modelagem, permitindo a participação de maior número de estudantes. Além de facilitar a aprendizagem dos conteúdos discutidos em cada atividade, notou-se que a participação no projeto serviu para ampliar a visão dos estudantes sobre as Ciências da Natureza.

Palavras-chave: Extensão; Divulgação Científica; Artes.

ABSTRACT

This paper presents the experience of an extension project created at IFSP campus Sertãozinho in 2016 in which theater and musical parodies were used to teach Physics in an attractive way to the students. In 2017, other Physics, Chemistry, Biology and Arts teachers became part of the project, that also incorporated other forms of art, like graphic edition and modeling, allowing the participation of more students. In addition to facilitating the learning of the contents discussed in each activity, it was noted that participation in the project serves to broaden students' view of the natural sciences.

Keywords: Extension; Popular Science; Arts.

INTRODUÇÃO

O uso da Arte para o Ensino de Ciências é abordado por diversos autores. Júdice e Dutra (2001) relatam uma experiência em que o teatro foi utilizado para contextualização histórica de cientistas e Vieira (2015) trata da relação existente entre a Física e a Dança. As paródias musicais também são valiosos recursos, utilizados por professores para memorização e síntese de conteúdos, como Deponti et. al (2013) que trabalham paródias no estudo de calorimetria, ou Santos et al. (2017) que ministraram oficina sobre o tema no Simpósio Nacional de Ensino de Física (SNEF). Em termos de recursos visuais Sartori (2012), por exemplo, discute como produções de vídeos sobre conteúdos científicos podem auxiliar o trabalho do professor de Física.

Assim, com o intuito de aproveitar o interesse e as habilidades artísticas dos estudantes como uma alternativa ao Ensino das Ciências em sala de aula e, simultaneamente, divulgar o conhecimento científico e o IFSP para a comunidade de Sertãozinho e região, foi criado em 2016 o projeto *Ciência e Arte* no IFSP – *campus* Sertãozinho. A proposta nasceu a partir de uma apresentação artística envolvendo conteúdos de física que ocorreu na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de 2014 (Rosado, 2015). Em 2017, o projeto foi ampliado, contando com a participação de outros professores e passando a abordar Modelos Atômicos, Astronomia e Nanotecnologia com uso de formas de expressão artísticas também diversificadas.

ATIVIDADES REALIZADAS

No ano de 2016 o projeto foi coordenado por um professor de Física e contou com um monitor bolsista, sendo desenvolvidas atividades de música e teatro. Em 2017 o projeto incluiu a participação de mais professores (Física, Química, Biologia e Artes) e dois monitores bolsistas, sendo ampliadas e diversificadas as atividades desenvolvidas.

Atividades de Música

Com o objetivo de introduzir conteúdos de Física de Partículas no Ensino Médio, foram trabalhadas três paródias musicais. As letras foram compostas pelo coordenador do projeto e estudantes do Ensino Médio Integrado com conhecimentos de música foram convidados a participar de ensaios e das apresentações das paródias ao público interno e externo. Também foram convidados estudantes para interpretar as músicas com dança, e os próprios ficaram responsáveis pelo figurino e pelas coreografias para as paródias.

O trabalho foi apresentado em congressos de extensão do IFSP em 2016 (Figura 1) e 2017, neste último com a inclusão de uma paródia abordando a vida e da obra de Isaac Newton.



FIGURA 1. À esquerda: Apresentação no III CEMAC em Sertãozinho – SP. À direita: Apresentação da peça *Alice no País da Física* no XXII SNEF.

Atividades de Teatro

A peça trabalhada foi *Alice no País da Física*, inspirada no livro *Alice no País das Maravilhas* de Lewis Carroll. O texto, de autoria do coordenador e do monitor do projeto no ano de 2016, narra a história de uma jovem curiosa pela ciência que, num mundo mágico,

encontra cientistas e vive fenômenos físicos. O objetivo central da peça é discutir conceitos de mecânica com estudantes do Ensino Fundamental II e Médio de uma forma descontraída.

Em conjunto com o coordenador e com o monitor do projeto, estudantes do Ensino Médio Integrado do IFSP *campus* Sertãozinho participaram da produção, ensaios, elaboração do cenário, figurinos e de todas as etapas relativas à preparação da peça teatral.

A peça foi apresentada no III CEMAC para uma plateia de estudantes de Ensino Fundamental e Médio de escolas estaduais e municipais de Sertãozinho. O grupo foi convidado a reapresentar a peça no XXII SNEF (Figura 1), evento que conta com a participação de estudantes e professores de Física de todo o país.

As apresentações de teatro e música foram filmadas e estão disponibilizadas no canal *Ciência e Arte – IFSP* do YouTube, ampliando a divulgação do projeto à comunidade externa ao IFSP.

Atividades de Astronomia:

A astronomia desperta a curiosidade e permite o desenvolvimento de atividades práticas e lúdicas sendo, por isso, selecionado como assunto para o projeto em 2017. Tendo em vista a quantidade de interessados (68 estudantes), os trabalhos foram divididos entre dois grupos.

Um grupo foi composto por estudantes do Ensino Médio Integrado, um professor e um monitor e decidiu construir um sistema solar em escala (Figura 2): mediram a escola, calcularam proporção para distâncias e tamanhos dos planetas.... O sistema solar construído e distribuído pela escola foi visitado pela comunidade interna e externa, em especial na SNCT de 2017.

O outro grupo foi composto por um professor, um monitor e estudantes de Engenharia Elétrica e Licenciatura em Química e decidiu trabalhar com espectroscopia de estrelas, preparando uma oficina envolvendo aspectos lúdicos do tema: espectroscópios de baixo custo para análise de lâmpadas, luz emitida pela queima de sais e simulação da interação da luz com modelos do *Átomo de Hidrogênio* (https://phet.colorado.edu/pt_BR/simulation/hydrogen-atom). A oficina foi aplicada com turmas de 1º e 2º ano de Ensino Médio.



FIGURA 2. À esquerda: Sistema solar em escala. À direita: Nanoarte.

Atividades de Nanoarte

As atividades iniciaram com aulas sobre nanotecnologia e funcionamento de microscópios, para estudantes do Ensino Médio Integrado, Engenharia Elétrica e Licenciatura em Química. Depois foram fornecidas imagens de nanoestruturas, os participantes selecionaram imagens de interesse e ficaram incumbidos de editá-las.

Como resultado, foram produzidas nove gravuras organizadas para exposição na Feira do Livro de 2017, que conta com a visita de grande número de pessoas da comunidade de Sertãozinho e região. Na feira as gravuras foram exibidas junto às imagens originais, com um texto explicativo (Figura 2), além de amostras de nanofios que podiam ser observados através de um microscópio. Desta forma o público atraído pela exposição artística estabeleceu contato com conteúdos da ciência contemporânea.

O material também foi exposto na SNCT de 2017, que contou com a visita de estudantes de várias escolas estaduais e municipais de Sertãozinho.

ATIVIDADES DE REPRODUÇÃO DE EXPERIMENTOS E MODELOS ATÔMICOS:

Cinquenta estudantes manifestaram interesse em participar destas atividades, que foram acompanhadas por um professor e um monitor, e ocorreram de forma simultânea.

Durante os trabalhos os estudantes construíram os modelos atômicos de Dalton, Thomson e Rutherford-Bohr em estruturas tridimensionais (Figura 3), algumas delas com movimento.



FIGURA 3. Modelos atômicos de Dalton, Thomson e Rutherford-Bohr.

Os experimentos, reproduzidos de forma lúdica e interativa, relacionaram-se às descobertas atômicas. Para o experimento de Rutherford, por exemplo, utilizou-se fibra ótica para representar o feixe de partículas alfa e folha de papel metálico para representar a folha de ouro.

Os materiais foram expostos na SNCT de 2017 e os estudantes que visitaram a exposição puderam observar e interagir com os modelos, solucionando suas dúvidas com os estudantes do IFSP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Ciência e Arte oferece contribuições para os estudantes envolvidos, para a comunidade de Sertãozinho e região e para IFSP *campus* Sertãozinho, de diferentes formas.

Todos os estudantes do IFSP envolvidos têm contato com discussões científicas que não teriam

em sala de aula ou aprofundam assuntos já abordados, o que contribui com a aprendizagem dos conteúdos. Além disso, alguns estudantes são motivados a participar devido ao aspecto artístico, e acabam despertando interesse pela ciência.

Os estudantes de escolas estaduais e municipais de Sertãozinho, e a comunidade da região em geral, são beneficiados com o projeto pela possibilidade de participação em eventos artísticos e culturais que discutem ciência, já que eventos desse tipo não são comuns na cidade.

Para o IFSP *campus* Sertãozinho, além do impacto promovido nos estudantes envolvidos, vale ressaltar o aspecto da divulgação da Instituição. Com as apresentações artísticas e exposições o IFSP *campus* Sertãozinho ganha cada vez mais destaque, sendo reconhecido por número cada vez maior de pessoas e servindo como exemplo e motivação para o desenvolvimento de atividades similares em outras instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

DEPONTI, M.A.M.; FERNANDES, M.B.; VASCONCELOS, F.E.O. **Composição de paródias musicais no ensino de Física**. In: SIMPÓSIO SUL-RIO-GRANDENSE DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA. Pelotas, 2013. Resumos... Pelotas: Pronecim, 2013. Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/obeduc/files/2014/04/SSRPCM_CIDA.pdf> Acesso em: 17 mai 2017.

JÚDICE, R.; DUTRA, G. **Física e teatro, uma parceria que deu certo**. Física na Escola. São Paulo: Sociedade Brasileira de Física, v.2, n.1, p.7-12, 2001.

ROSADO, R.M.M. **Uso de jogos didáticos e outras estratégias de ensino-aprendizagem para o ensino de Física de Partículas**. In: ENCONTRO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A LICENCIATURA, Itapetininga, 2015. Resumos... Itapetininga: IFSP – *campus* Itapetininga, 2015.

SANTOS, A.C. et al. **Paródia como ferramenta para o ensino da Física**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA, 22, São Carlos, 2017. Oficinas... São Paulo: Sociedade Brasileira de Física, 2017. Disponível em: <http://www1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xxii/sys/cursos/popup_curso.asp?curl=OF17> Acesso em: 17 mai 2018.

SARTORI, A.F. **Produção docente de vídeos digitais para o ensino de física: desafios e potencialidades**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) – Ensino de Ciências (Física, Química e Biologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VIEIRA, M.A. **Alguns Aspectos da Física Mecânica e Dança**: Procedimentos técnico-criativos. Horizonte Científico, v.9, n.2, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/31176>> Acesso em: 17 mai 2018.